



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Bacharelado em Ciências Sociais

Tarde

JUIZ DE FORA/MG
2025

Administração Universitária

Reitora

Profa. Dra. Girlene Alves da Silva

Vice-Reitor

Prof. Dr. Telmo Mota Ronzani

Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Fernando Perlatto

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Wagner Batella

Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Prof. Dr. Raphael Bispo

Vice-Coordenadora do Curso de Ciências Sociais

Profa. Dra. Célia Arribas

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais (2021-2024)

Prof. Dr. Raphael Bispo

Profa. Dra. Célia Arribas

Profa. Dra. Rogéria Campos de Almeida Dutra

Profa. Dra. Christiane Jalles de Paula

Profa. Dra. Rogéria da Silva Martins

Profa. Dra. Rafaela Reis

Prof. Dr. Luzimar Pereira

Sumário

1 – Introdução: O Curso de Ciências Sociais na UFJF	6
2 – Informações Gerais sobre o Curso	9
2.1 – Justificativa da Oferta do Curso	9
2.2 – Objetivos do Curso	10
2.3 – Formas de Acesso ao Curso	10
2.4 – Carga-Horária Total do Curso	11
2.5 – Período de Integralização	11
2.6 - Número de vagas, turno e ingresso	11
3 – Perfil do Egresso/ Formando	13
3.1 – Competências e Habilidades	13
3.2 – Competências Gerais	13
3.3 – Competências Específicas para o Bacharelado	14
3.4 – Público-Alvo	14
3.5 – Sistema de Avaliação do Projeto do Curso	15
3.6 – Sistema de Avaliação do Ensino e Aprendizagem	15
3.7 – Apoio ao Discente	16
4 – Administração Acadêmica	19
4.1 – Coordenação do Curso (COC)	19
4.2 – Núcleo Docente Estruturante (NDE)	19
4.3 – Colegiado do Curso (CLC)	20
4.4 – Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX)	22
4.5 – Comissão de Orientação de Estágios (COE)	23
4.6 – Departamento de Ciências Sociais (DCSO)	24
4.7 – Representação Estudantil	24

5 – Estrutura Curricular **25**

5.1 – Concepção Geral	25
5.2 – Ciclo Básico (Formação Específica)	25
5.3 – Formação Complementar e Formação Livre	27
5.5 – Reingresso no Bacharelado por Vaga Ociosa	32
5.6 – Pré-requisitos e Co-requisitos no Bacharelado	33

6 – Periodização do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais **35**

6.1 – Periodização do Ciclo Básico (Formação Específica)	35
6.2 – Periodização da Formação Complementar e Livre	36
6.3 – Periodização por Reingresso por Vaga Ociosa	37

7 – Diretrizes Pedagógicas **38**

7.1 – Prática como Componente Curricular	38
7.2 – Atividades Curriculares de Extensão	38
7.3 – Temas Transversais: Conteúdos Étnico-raciais, Ambientais e Educação para os Direitos Humanos	41
7.4 – Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais	44
7.5 – Estágios Supervisionados Não-obrigatórios	45
7.6 – Aproveitamento de Estudos: Dispensas e Equivalências	46

8 – Ementário **49**

8.1 – Disciplinas Obrigatórias do Ciclo Básico (Formação Específica)	49
8.2 – Disciplinas Obrigatórias da Formação Complementar	68
8.3 – Disciplinas Eletivas	87

9 – Disposições Gerais e Transitórias **155**

9.1 – A transição de PPCs no Curso de Ciências Sociais	155
9.2 – Cronograma de Transição e Distribuição de Vagas: Segundo Ciclo e entrada via PISM/ SISU	157
9.3 – Equivalência de Disciplinas entre Antigo Curso de Segundo Ciclo e a Nova Matriz Curricular	158
7.3 – Questões Omissas	159

Anexos

Anexo 1: Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	160
Anexo 2: Regimento do Colegiado do Curso (CLC)	163
Anexo 3: Regimento da Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX)	167
Anexo 4: Regimento da Comissão de Orientação de Estágios (COE) e dos Estágios Não-obrigatórios	170
Anexo 5: Fluxograma do Bacharelado em Ciências Sociais da UFJF	174

1 – INTRODUÇÃO: O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

O Curso de Ciências Sociais da UFJF, proposto em 1946, teve início efetivo em 1947, por meio do Decreto Federal nº. 23.939, de 27 de outubro de 1947, que autorizou o funcionamento dos Cursos de Geografia, História, Ciências Sociais e de Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora. Trata-se, portanto, de um dos cursos de Ciências Sociais mais antigos do país. Possui características históricas particulares: foi criado pela iniciativa de um grupo de intelectuais católicos, fundadores da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora pela Lei Federal nº 5.060 de 1º de julho de 1966, atendendo com atraso de três anos o previsto no artigo 10 da Lei 3.858/1960 que criou a referida Universidade); e, destoando da maioria dos cursos de Ciências Sociais existentes no país, não estava situado num grande centro nem vinculado a Faculdades de Direito ou Economia.

Sua primeira turma de professores era praticamente autodidata em Ciências Sociais, sem formação acadêmica. A partir da segunda turma, impulsionou-se a construção de trajetórias acadêmicas institucionalizadas. As gerações posteriores mantiveram ativas a docência e a pesquisa. Há registros, inclusive, de várias iniciativas da sociedade civil, a exemplo do Centro de Estudos Sociológicos de Juiz de Fora, entidade que até os anos 1970 promoveu pesquisas sobre a cultura popular mineira e brasileira, e sobre temas específicos da sociedade juiz-forana, como a industrialização e o mundo do trabalho.

Com a redemocratização do país, ao final dos anos 1980, o Curso de Ciências Sociais da UFJF passou a interagir de modo mais incisivo com importantes programas de pós-graduações *stricto sensu*, sobretudo os mestrados da UFMG, do Museu Nacional, do IUPERJ e da USP, tanto através da capacitação de docentes quanto pelo contínuo fluxo de estudantes que lá cursaram a pós-graduação. No início dos anos 1990, ocorreu uma gradual substituição de professores aposentados por uma nova geração docente qualificada em mestrados nas respectivas áreas disciplinares. Em grande medida, as reformas curriculares realizadas até 1996 consolidaram o modelo vigente até o momento atual.

Até o ano de 1992, o Curso funcionava em dois turnos, diurno e noturno, com entrada semestral de novos alunos. Em 1993, o Curso de Ciências Sociais tornou-se exclusivamente noturno, com ingresso anual. De certo modo, o único turno permitiu uma melhor capacitação do corpo docente do Departamento de Ciências Sociais, e logo a ampla maioria dos seus professores veio a concluir seu doutoramento.

Posteriormente, foi possível a elaboração e implementação de um projeto de mestrado no ano de 2005, que o Departamento de Ciências Sociais credenciou junto a CAPES. Em 2006, foi então criado o curso de doutorado, credenciado na CAPES com nota 4 (quatro). Destas iniciativas, ressalta-se o impacto positivo das atividades da pós-graduação nas atividades da graduação, por meio da realização de encontros de discussão, minicursos, palestras e seminários.

No mesmo sentido, o Centro de Pesquisas Sociais (CPS), órgão suplementar de pesquisa da Reitoria, sob a coordenação de professores do Departamento de Ciências Sociais, tornou-se uma instância de mobilização para inúmeras carreiras de pesquisa em Ciências Sociais na UFJF: além de considerável infraestrutura que o ampara na realização de pesquisas de grande porte, constitui-se num espaço de formação continuada para os acadêmicos do Curso.

Em 2007, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do

Ministério da Educação (MEC), e propôs a criação de bacharelados interdisciplinares. Em 2010, a graduação em Ciências Sociais aderiu a este modelo, de renovação da arquitetura curricular das universidades brasileiras. O Curso passou a ter entrada indireta, sendo oferecido apenas como Segundo Ciclo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (BACH), também à noite.

A partir então, entre os anos de 2007 e 2025, o candidato que desejava a graduação em Ciências Sociais concorria às vagas destinadas ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (BACH) e, posteriormente, optava pela habilitação em Ciências Sociais (com duas opções de modalidade: o bacharelado e a licenciatura). Cabe ressaltar que no Edital dos Programas de Ingresso 2011 da UFJF foram oferecidas 267 vagas para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, sendo 90 dessas destinadas às Ciências Sociais, depois da conclusão dos requisitos de Primeiro Ciclo. Desde então, até o ano de 2025, foram 90 vagas anuais para o Curso de Ciências Sociais, acessado sempre como Segundo Ciclo, 45 por semestre, sempre noturnas.

O BACH foi concebido como um Curso que promove formação generalista na área de Ciências Humanas e era integralizado em cinco semestres, findos os quais os alunos podiam, mediante avaliação do seu índice de rendimento acadêmico (IRA), ingressar em um dos Cursos do Segundo Ciclo: Filosofia, Turismo, Ciência da Religião ou Ciências Sociais. Durante todo esse período, o Curso de Ciências Sociais sempre foi o mais procurado pelos discentes que finalizaram o primeiro ciclo, revelando a qualidade dos professores e temas de ciências sociais que se dedicavam ao BACH.

Contudo, desde 2015, com a publicação da Portaria nº 2, do Conselho Nacional de Educação (CNE), ocorreu um gradual processo de implementação de mudanças nos cursos que ofereciam a habilitação em licenciatura na UFJF. A principal delas foi a ampliação da carga horária total dos cursos de licenciatura para, no mínimo, 3200 horas. Em 2018, após vários anos de debates internos, a UFJF aprovou o Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas (PPI), conforme determinava a legislação vigente. Logo em seguida, veio a proposta geral do CNE de curricularização da extensão em todas as graduações Brasil afora, exigindo novas adaptações ao Curso de Ciências Sociais da UFJF.

Assim, para adequar o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais a estas resoluções gerais, percebeu-se ser necessário discutir a forma de ingresso no curso, uma vez que a modalidade licenciatura passaria a ter um tempo de integralização demasiadamente longo (sete anos, no mínimo). A aprovação do PPI das Licenciaturas da UFJF exigiu, assim, a alteração na forma de ingresso no curso.

Tal diagnóstico levou o Departamento de Ciências Sociais – ouvidos a Coordenação, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso – a aprovar, em reunião departamental, por unanimidade, em 10 de novembro de 2022, a mudança na forma de entrada no Curso de Ciências Sociais, para que se instituísse novamente a entrada direta no curso, via PISM (Programa de Ingresso Seletivo Misto) da UFJF e o SISU (Sistema de Seleção Unificada) do Ministério da Educação. Consequentemente, o Departamento também aprovava com essa medida o fim da formação em Ciências Sociais em ciclos formativos, não passando mais a compor a sua matriz curricular com o BACH. Em 14 de dezembro de 2024, o Conselho Universitário da UFJF (CONSU) aprovou a mudança na forma de ingresso do curso de Ciências Sociais, que passa com isso a ter a seguinte estrutura: um Bacharelado no turno da tarde e uma Licenciatura em Ciências Sociais no turno da noite.

Assim, como todas essas mudanças em tela, exigiu-se uma densa Reforma Curricular no Projeto Político Pedagógico do curso. Nestes termos, o presente PPC foi

elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado do Curso (CLC) a fim de atender às novas exigências para a formação qualificada de cientistas sociais pela UFJF.

2 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO

2.1 – *Justificativa da Oferta do Curso*

O tipo de saber envolvido nas Ciências Sociais possibilita um amplo campo de desenvolvimento de instrumentos conceituais aplicáveis à interpretação e intervenção na realidade social. Nesse sentido, permite articular criticamente três paradigmas do saber social (Ciência Política, Antropologia e Sociologia), com vistas não apenas ao seu aprofundamento teórico, mas, sobretudo, à experiência de implementar pesquisas e ações que possam ter resultados práticos em termos de atuações sociais como, por exemplo: diagnósticos sobre desenvolvimento humano, criminalidade, cultura, comportamento político, mobilidade das classes sociais, entre tantos outros campos que não são compreensíveis sem um adequado delineamento em termos de teoria social.

Como função central, o Curso de Graduação em Ciências Sociais pretende formar profissionais com espírito crítico para a análise das questões societárias, além de dotar esses agentes de habilidades para intervenção prática nos diversos problemas que reclamam a conjugação de ciência com o discernimento ético, promovendo valores que sustentam a noção de um bem comum compartilhado pelos membros da sociedade brasileira.

A formação de todo cientista depende crucialmente de seu aparelhamento metodológico. Essa proposição requer ênfase no aprendizado e na correta aplicação da teoria social, tendo como meta o aprofundamento do estudo e prática de métodos e técnicas de pesquisa sob um novo ângulo. Daí, a atitude de renovação da prática metodológica através do diálogo crítico entre os enquadramentos dos três paradigmas das Ciências Sociais. Se de um lado temos bem desenvolvido pela Sociologia e pela Ciência Política a manipulação de *surveys* quantitativos, que envolvem procedimentos amostrais e permitem, em alguns casos, uma relativa generalização das conclusões, de outro, na Antropologia, há a dedicação a procedimentos de observação direta e próxima dos fatos relevantes. A observação etnográfica, aliada a técnicas de entrevista, traz um aporte capaz de alterar e adensar a compreensão dos fenômenos sociais.

Contra antigos preconceitos de um abismo epistemológico entre estudos quantitativos e qualitativos, a proposta do Curso busca envolver os distintos olhares sobre objetos comuns. Um exemplo básico: um estudo eleitoral pode tanto discutir quantitativamente a tendência da opinião pública quanto, sobre o mesmo tema, investigar as representações culturais do voto, o sentido da democracia como festa ou a influência de níveis de escolarização e renda no voto. Tais enquadramentos passam a dialogar, gerando tensões e indicando novas possibilidades de compreender a realidade social e de nela orientar-se de forma mais adequada em seu exercício profissional (seja no ensino ou na pesquisa).

Por sua vez, as docências no Ensino Superior e no Ensino Médio devem complementar, de forma substantiva, as possibilidades de atuação profissional do egresso de Ciências Sociais, ampliando o caráter de pesquisa que marca o Curso. De acordo com os dados do IBGE, no ano de 2022, o município de Juiz de Fora (MG) conta com o total de 540.756 pessoas, configurando-se como o quarto município mais populoso do estado de Minas Gerais e o 38º do Brasil. Apesar da cidade de Juiz de Fora contar com várias instituições privadas de ensino superior, não há nestas instituições a oferta de graduação em Ciências Sociais. A UFJF é a única instituição pública e federal que oferece a graduação em

Ciências Sociais no município. A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), instituição pública estadual que oferta também o curso de graduação em Ciências Sociais, fica a 96 km de Juiz de Fora, não atendendo, portanto, a demanda local por esta formação. Vale destacar a importância da oferta do curso de Ciências Sociais em Juiz de Fora, como cidade principal da região da Zona da Mata, atendendo a população do município e da região, oferecendo a oportunidade para a descoberta das Ciências Sociais como ciência e como profissão.

Sendo assim, do ponto de vista formativo, o curso deve atender diferentes perspectivas de atuação profissional: docência na educação básica; no trabalho intelectual na academia e no mercado profissional não acadêmico, condizente às preocupações da população em geral. Todas com igual valor e prestígio, desde que absorvidas e configuradas no fundamento crítico acionadas pela capacidade analítica dos fenômenos sociais.

2.2 – Objetivos do Curso de Bacharelado

Os objetivos do curso de Bacharelado em Ciências Sociais se relacionam tanto com a formação profissionalizante, quanto com a formação geral, através da ampliação do capital cultural e consciência crítica tão necessárias ao exercício da cidadania. Em se tratando da formação profissional, o curso objetiva capacitar seus discentes em duas vertentes.

- A primeira, para atuação do egresso como antropólogo, cientista político ou sociólogo em diferentes cargos e ocupações no mercado e nas instituições privadas e públicas;
- A segunda, para atuação do egresso como pesquisador e professor nas instituições de ensino superior nos cursos das grandes áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, bem como áreas afins;

2.3 – Formas de Acesso ao Curso

A principal forma de acesso ao Curso de Ciências Sociais é via processos de entrada originários (SISU/ENEM e PISM/UFJF).

O Processo Seletivo Público Originário (SISU/ENEM e PISM/UFJF) segue as normas da Universidade Federal de Juiz de Fora, que estão definidas no Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG), em seu Título II, Capítulo I, de 03 de setembro de 2019, que em seu art. 3º diz que “processo seletivo público é toda modalidade de seleção, definida pelo Conselho Setorial de Graduação, podendo ser realizado pela própria UFJF, por outro Órgão da Administração Pública Federal ou por ambos, visando ao ingresso originário de discentes nos cursos de graduação”.

O RAG também regula as formas de ingresso, no Título II, Capítulo I, art. 3º onde se lê que “O processo seletivo público de ingresso originário, com classificação no limite das vagas definidas para cada curso, fica definido como aqueles que permitem acesso aos cursos de graduação da UFJF e se dará mediante: a) Vestibular b) PISM c) SISU”.

A segunda forma de ingresso no Curso de Ciências Sociais é se, caso haja sobra de vagas, que elas sejam preenchidas por critérios estipulados pelo Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF para preenchimento de vagas ociosas, com convocação via edital próprio. Cinquenta por cento (50%) das vagas ociosas disponibilizadas são destinados a candidatos excedentes do mais recente processo seletivo de ingresso originário (SISU/PISM),

e os 50% restantes são destinados para candidatos a reinscrição, mudança de curso, transferência e ingresso como graduado.

Por fim, ainda é possível também o ingresso no curso em casos de admissão especial, definidos em lei, como vagas criadas por programas de convênio ou transferência de aceitação obrigatória.

2.4 – Carga-horária Total do Curso

De acordo com o art. 3º da Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, a carga horária do Curso de Ciências Sociais em sua modalidade bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de Cursos de bacharelado.

A Resolução que normatiza a carga horária de Cursos de bacharelado é a Resolução CNE/CES nº. 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Baseado nesse documento normativo, o Curso de bacharelado em Ciências Sociais possui carga horária mínima total de 2.430 horas.

2.5 – Período de Integralização

Os prazos para a integralização do Curso de Ciências Sociais são:

- Na modalidade Bacharelado, mínimo de 08 (oito) períodos ou 04 (quatro) anos, média de 10 (dez) períodos ou 05 (cinco) anos e máximo de 13 (treze) períodos ou 06 (seis) anos e meio;

Os discentes que ingressarem no curso por outras modalidades de acesso conforme consta no Item 3.3 deste PPC, também deverão observar os prazos acima mencionados.

Depois de ter concluído o curso de licenciatura em Ciências Sociais o discente pode ter o interesse em cursar o bacharelado em Ciências Sociais por meio do edital de vaga ociosa. Por conta das inúmeras disciplinas em comum, o discente do bacharelado oriundo da licenciatura da UFJF terá o prazo máximo de:

- mais 06 (seis) períodos ou 03 (três) anos para concluir o curso de Bacharelado;

2.6 – Número de vagas, turno e ingresso

O Bacharelado de Ciências Sociais é um curso vespertino, logo, tendo todas as suas disciplinas ministradas no período da tarde (entre 14h e 18h). São 48 vagas ofertadas anualmente, para entrada direta via PISM/ UFJF ou SISU, sempre no primeiro período letivo do ano. Ele tem a duração mínima de quatro anos ou oito períodos letivos. Logo, temos:

Bacharelado em Ciências Sociais	
Vagas	48
Turno	Tarde
Duração	4 anos (8 períodos letivos)
Entrada	Primeiro Período Letivo do Ano
Unidade Acadêmica	Instituto de Ciências Humanas

3 – PERFIL DO EGRESSO/ FORMANDO

3.1. Competências e Habilidades

De acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso estabelecidas na Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, entende-se que o cientista social atua na compreensão e intervenção das atividades desenvolvidas nos espaços sociais, não somente orientando as instituições como também contribuindo para as condições normativas de seu funcionamento. Cabe a esse profissional analisar, propor e participar de processos que desencadeiem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atividades e instituições sociais e políticas, incluindo atividades relacionadas ao planejamento, construção e avaliação de políticas públicas e ações de gestão no terceiro setor.

Um dos campos privilegiados de trabalho é a pesquisa acadêmica em nível superior, bem como um amplo leque de pesquisas de opinião. A área de estudos de culturas e de grupos étnicos minoritários constitui-se hoje num dos campos estruturados de ação da Antropologia e da Sociologia próprias ao campo das Ciências Sociais. No que se refere à docência, o cientista social atua no ensino médio e superior. Em síntese, o profissional do Curso de Ciências Sociais é um agente com formação versátil e crucial em procedimentos de análise e intervenções em processos da sociedade contemporânea.

Em consonância com o Parecer CNE/CES nº. 492 de 2001, que orienta a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, tem-se, de modo geral, as seguintes competências e habilidades gerais como princípios que guiam este Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais:

- **Perfil do Bacharel em Ciências Sociais da UFJF:** o bacharel em Ciências Sociais poderá atuar como pesquisador, seja na área acadêmica ou não acadêmica, com capacidade reflexiva; profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. Desenvolver, sobretudo, um apoio à profissionalização para a promoção de aptidões necessárias para o trabalho em organizações mais complexas.

3.2 – Competências Gerais

As competências e habilidades gerais a serem desenvolvidas pelo aluno de Ciências Sociais, observando o Parecer nº 492 de 2001, são:

- Dominar a bibliografia teórica e metodológica básica das Ciências Sociais;
- Pensar os temas sociais de forma circunstanciada pela teoria social com liberdade de interpretação;
- Interpretar teórica e aplicadamente o saber da teoria social, inclusive para permitir intervenções na realidade;
- Desenvolver uma autonomia intelectual, capacidade analítica e crítica;
- Valorizar o compromisso e responsabilidade social;
- Exercitar a sensibilidade e curiosidade investigativas e a criatividade;

- Desenvolver a aptidão para socializar conhecimentos em vários contextos para públicos distintos;
- Promover a articulação de conhecimentos da área com as demandas da sociedade;
- Dominar competências na utilização de tecnologias aplicáveis às Ciências Sociais;
- Como professor ou pesquisador, o cientista social deve trabalhar numa perspectiva crítica na geração e interpretação de dados que sua atividade venha a gerar;
- Compromisso social, ou seja, uma atenção ao contexto de ação no meio social em que vive e que lhe permite ser consequente.

3.3 – Competências Específicas para o Bacharelado

As competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas pelo aluno de Ciências Sociais, em sua modalidade bacharelado, observando o Parecer nº 492 de 2001, são:

- Estimular os discentes a aproximarem-se de questões relevantes para a agenda pública;
- Desenvolver engajamentos e atenção aos problemas concretos das populações;
- Mobilizar competências teórico e metodológicas a partir do arsenal desenvolvido pelas teorias sociológicas, antropológicas e da ciência política;
- Incentivar a capacidade crítica de redimensionar projetos e temáticas de pesquisa diante dos diferentes objetos;
- Valorizar a disposição para o investimento reflexivo crítico nos vários terrenos sociais e profissionais.

3.4 – Público-Alvo

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) se destina a estudantes oriundos da Zona da Mata de Minas Gerais e região, cujo acesso ocorre através do PISM, bem como a estudantes oriundos de qualquer localidade do país, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) - mediante a classificação obtida no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Como público alvo o curso de Ciências Sociais destina-se a:

- Todo e qualquer indivíduo que tenha concluído o ensino médio e que se identifique com o saber das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política);
- Todo e qualquer indivíduo independentemente da idade, comprometidos com a leitura e que deseje uma sólida formação intelectual, com disposição para a cultura e a pluralidade;
- Todo e qualquer indivíduo que se interesse por uma ampla formação geral e humanística, com base reflexiva sobre questões sociais, estruturando um saber integrado que auxilia na formação intelectual dos estudantes;

- Todo e qualquer indivíduo que se interesse pela docência, processos de ensino e aprendizagem de Sociologia do Ensino Médio;

3.5 – Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

O curso terá o aporte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do bacharelado no acompanhamento da implantação e desenvolvimento das atividades curriculares de forma contínua, permitindo realizar quando necessário as modificações, inclusões e adequações ao PPC. Ademais, será realizada uma avaliação anual da dinâmica em ensino, pesquisa e extensão que servirá de instrumento para o NDE.

O processo de autoavaliação do curso de Ciências Sociais é realizado pelo NDE, de forma concomitante às demandas de adaptação ao RAG e às Diretrizes Curriculares Nacionais. Assim sendo, fica estabelecido nesse PPC que caberá ao NDE do curso de Ciências Sociais da UFJF elaborar critérios e estratégias visando à autoavaliação e ao aprimoramento contínuo do curso e de seu PPC, cabendo ao Colegiado do Curso (CLC) de Ciências Sociais a sua aprovação. Mais informações sobre as dinâmicas do NDE e do CLC podem ser encontradas no item 5 deste PPC, bem como os regulamentos destes órgãos que estão disponíveis nos anexos deste documento.

Internamente, a avaliação de cursos de graduação na UFJF é realizada através do Questionário de Avaliação das Atividades Acadêmicas. O instrumento é aplicado através do Módulo de Avaliação do SIGA e coleta opiniões de docentes e estudantes sobre as disciplinas ministradas nos semestres letivos avaliados. Os resultados gerais dos cursos são públicos e divulgados pela Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI) da UFJF; já os resultados individuais de cada disciplina são enviados exclusivamente para os professores, conforme determina a Resolução nº 13 de 2015: “Normas para avaliação das atividades acadêmicas”.

As avaliações do Curso de bacharelado em Ciências Sociais serão realizadas e articuladas também de forma externa à UFJF, de acordo com a Política Pública de Avaliação do Ensino Superior, instituída pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004). Este sistema permitirá ao Curso ser avaliado enquanto pertencente à Instituição (UFJF), enquanto Curso e uma avaliação de desempenho dos/das discentes por meio do ENADE, levando em consideração três aspectos: ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Ciências Sociais articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento pela UFJF têm como objetivo o fortalecimento do ensino. Para tanto, deve-se realizar interface entre os programas e projetos institucionais da UFJF, tais como: Programa Institucional de Monitoria; Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET); Programa de Iniciação à Docência (PIBID), dentre outros.

3.6 – Sistema de Avaliação do Ensino e Aprendizagem

A avaliação tem como base o aspecto político-pedagógico, cujo objetivo é emancipar, oportunizando aos discentes a liberdade de escrever sua própria história na construção do conhecimento. Partindo desse pressuposto, a avaliação constitui-se em um processo contínuo, gradativo, sistemático e integral, adequado à natureza e aos objetivos da disciplina e ao conjunto de atividades acadêmicas curriculares.

O número e as modalidades de avaliação serão previstos nos respectivos planos de curso, que serão elaborados pelos docentes responsáveis e apresentados aos discentes no início da disciplina. Todo esse processo avaliativo será realizado conforme previsto no Regulamento Acadêmico de Graduação da UFJF (RAG), o qual é integralmente seguido pelo curso de Ciências Sociais da UFJF.

Dependendo da natureza da atividade acadêmica – estágios, trabalhos de conclusão de curso ou congêneres definidos neste PPC –, a avaliação é registrada no histórico escolar “APR” (aprovada ou aprovado) ou “REP” (reprovada ou reprovado) ou a nota obtida ou ainda provisoriamente “SC” (sem conceito), caso as avaliações não tenham sido finalizadas. Para efeito de aprovação, os discentes são avaliados quanto à assiduidade e ao aproveitamento.

Na disciplina ou conjunto de atividades acadêmicas curriculares, é aprovado quanto à assiduidade o discente que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), das atividades previstas no plano de curso.

A nota final atribuída a cada disciplina ou conjunto de atividades acadêmicas curriculares varia de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, podendo ser por soma dos pontos cumulativos, média ponderada ou média aritmética, resultante de, no mínimo, 3 (três) avaliações parciais, aplicadas no período letivo, e nenhuma delas pode ultrapassar 40% (quarenta por cento) da nota máxima.

O número e as formas de avaliação devem estar previstos no respectivo plano de curso da disciplina, nos termos do art. 26 do Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF.

É aprovado, quanto ao aproveitamento, em todas as disciplinas ou conjunto de atividades acadêmicas curriculares, o discente que alcançar nota final igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da nota máxima.

O discente tem o prazo máximo de 6 (seis) meses para a substituição do lançamento “SC” (sem conceito); não o fazendo, este lançamento é substituído por REP (reprovado).

O discente tem direito à segunda chamada de qualquer avaliação, desde que apresente requerimento ao professor da disciplina, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar de sua aplicação, contendo justificativa que demonstre a impossibilidade do comparecimento. A modalidade da avaliação de segunda chamada é definida no plano de curso da disciplina ou atividade acadêmica.

Sendo a justificativa julgada procedente, a segunda chamada é designada pelo professor e versa sobre os mesmos tópicos da avaliação não realizada. Do indeferimento cabe recurso à Chefia de Departamento, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da cientificação da decisão.

Sendo a justificativa julgada improcedente, o discente faz a segunda chamada, por escrito, ao final do período letivo, versando sobre conteúdo acumulado. É direito do discente ter vista e requerer revisão de qualquer avaliação, mediante as condições expostas no art. 36 do RAG.

3.7 – Apoio ao discente

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) conta com políticas e programas institucionais de acolhimento, permanência e acompanhamento dos discentes ao longo de sua jornada na Universidade.

Especificamente sobre o atendimento individual dos alunos do curso de Ciências Sociais, os docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas a cada semestre devem disponibilizar em seus programas os horários de atendimento individual aos discentes.

Sobre a política de acolhimento, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) conta com vários programas em que a equipe multidisciplinar se aproxima dos discentes que estão chegando na universidade para promover o acesso à política de permanência. Os encontros acontecem no início de cada semestre. A PROAE prevê também as seguintes modalidades de bolsa e auxílios de assistência estudantil:

- Bolsas e auxílios a brasileiros/as e refugiados/as;
- Bolsa e auxílios para discentes estrangeiros/as;
- Moradia Estudantil;
- Serviço Social na Assistência Estudantil da UFJF;
- Programa de Bolsas e Assistência Estudantil, que inclui as seguintes modalidades: Bolsa PNAES; Auxílio-moradia; Auxílio-transporte; Auxílio-creche; Auxílio-alimentação; Restaurante Universitário;

Além de um conjunto amplo de bolsas de auxílio estudantil, a UFJF também oferece inúmeras outras bolsas dedicadas ao ensino, pesquisa e extensão, garantindo assim o apoio discente por meio da execução de atividades fundamentais da universidade. As principais bolsas são:

- Treinamento Profissional;
- Monitoria;
- Iniciação científica;
- Extensão;
- Estágio;
- Mobilidade Estudantil;

Os discentes de Ciências Sociais também possuirão acompanhamento do Apoio pedagógico da UFJF, com o objetivo de diminuir as deficiências pedagógicas, estimular e facilitar a permanência do estudante no curso e assessorar os alunos nas demandas didáticas e acadêmicas.

Por sua vez, o Serviço de Psicologia da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil é aberto a todos estudantes da UFJF, sendo oferecido nas modalidades individual e grupal. No atendimento individual é ofertado um espaço de acolhimento e escuta com o objetivo de refletir sobre a vida acadêmica, as questões afetivas e emocionais que podem ocorrer durante a experiência universitária, além do atendimento breve e do encaminhamento para outros serviços, quando necessário.

Cabe destacar que nos últimos anos, houve um amplo investimento da UFJF na Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF), que tem por objetivo promover e concretizar políticas de promoção de igualdade e o reconhecimento das diferenças e diversidades. A DIAAF é responsável pela proposição e articulação de ações que sensibilizem e mobilizem a comunidade universitária para a convivência cidadã com as inúmeras realidades presentes na diversidade social, relacionadas aos gêneros e às sexualidades, às tradições das culturas,

às questões étnico-raciais, à vulnerabilidade socioeconômica, dentre outras. A DIAAF mantém uma Ouvidoria Especializada para acolhimento de denúncias e depoimentos a respeito de situações de assédios, discriminações, preconceitos, violências e opressões.

Além disso, há também no âmbito do apoio e assistência estudantil o Núcleo de Apoio e Inclusão (NAI), vinculado à Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF), com objetivo de construir e implementar políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação da UFJF, visando melhorar as condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência no interior da universidade e assessorar os cursos de graduação e pós-graduação, bem como outros setores da UFJF, no cumprimento das atuais demandas legais.

4 – ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

4.1. Coordenação do Curso (COC)

De acordo com o art. 27 do Regimento Geral da UFJF, “a coordenação didática de cada Curso será exercida por um Coordenador, integrante da carreira do magistério, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente para um mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução, sendo substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Coordenador, eleito pela mesma forma”.

De acordo com o art. 28 do Regimento Geral da UFJF (RAG), compete aos Coordenadores dos Cursos de Graduação:

- **Quanto ao Curso:** propor ao Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) a sua duração mínima e máxima e a forma de sua integralização em número total de créditos, ouvido o Conselho da Unidade do Instituto de Ciências Humanas, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso de Ciências Sociais; orientar, fiscalizar e coordenar o seu funcionamento; coordenar o processo regular de sua avaliação; propor ao CONGRAD, ouvido o Conselho de Unidade, a sua organização; representar o Curso nas diversas instâncias universitárias;
- **Quanto ao currículo:** propor ao Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), ouvido o Conselho de Unidade, as disciplinas que o integram e suas modificações; propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvidos os Departamentos interessados, os pré-requisitos das disciplinas; propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvidos os Departamentos interessados, a fixação dos créditos das disciplinas que o integram;
- **Quanto aos programas e planos de Curso:** aprovar, compatibilizar e zelar pela sua observância; propor alterações aos Departamentos envolvidos.

O Coordenador do Curso de Ciências Sociais deve dedicar efetivamente 20 horas semanais à Coordenação do Curso, tendo ele formalmente os benefícios de função gratificada, e as responsabilidades inerentes à sua função administrativa.

4.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação é uma instância consultiva, sendo constituído por um grupo de pelo menos 05 docentes do corpo docente atuante no curso.

O NDE dos cursos de graduação é regulamentado pela Resolução 01/2010 do CONAES/MEC, o Parecer 4/2010 do CONAES/MEC, e, na UFJF, pela Resolução 17/2011 do CONGRAD/UFJF. De acordo com esta última resolução, o NDE é a “instância consultiva constituída por grupo de docentes que terão as atribuições de acompanhar, atuar na concepção, na consolidação e na contínua atualização de seus projetos pedagógicos” (Art. 2º).

Assim, de modo geral, o NDE tem a função de acompanhamento acadêmico do curso, atuando principalmente na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do mesmo.

As principais competências do NDE do Curso de Ciências Sociais são:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Realizar monitoramento, avaliação e atualização contínua do PPC do curso, bem como criar dispositivos que visem ao aperfeiçoamento da experiência ensino-aprendizagem dos alunos do curso;

Em conformidade com o que estabelece a citada Resolução, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais será constituído por, pelo menos, 5 (cinco) professores efetivos lotados nos departamentos que atendem ao curso. Os membros são:

- O Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente);
- O vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente);
- 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais;
- 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);

Além disso, em observância ao disposto no Artigo 5º da Resolução N. 17/2011, 60% dos membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e, pelo menos, 20% dos membros devem ter regime de trabalho integral.

Ainda em conformidade com a citada Resolução, os membros do NDE do curso de Ciências Sociais durarão 4 (quatro) anos na função, podendo ser reconduzidos. A renovação do núcleo docente estruturante ocorrerá no período mínimo de 2 (dois) anos, de forma parcial, com a substituição de até no máximo dois membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso.

Ainda conforme a Resolução n. 17/2011 (Art. 6º), deve o NDE reunir-se ordinariamente pelo menos 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu coordenador. Os membros do NDE serão indicados pelo Colegiado do Curso e nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas.

O NDE do curso possui regimento próprio aprovado em reunião do Colegiado do Curso de Ciências Sociais no dia 30 de novembro de 2023, e encontra-se disponível no Anexo 1 deste PPC.

4.3. Colegiado do Curso (CLC)

O Colegiado de um curso de graduação é o órgão deliberativo que se ocupa com as questões do curso. O Colegiado do Curso de Ciências Sociais é presidido pelo coordenador do curso, sendo ele composto por professores (80%) e discentes do Curso de Ciências Sociais

(20%). Os órgãos colegiados no ensino superior são regulamentados pela Lei 9.394/96 (LDB), e na UFJF, pelo seu Estatuto e Regimento. São atribuições do colegiado:

- Analisar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento pedagógico do curso, propondo às instâncias competentes, se necessário, as devidas alterações;
- Participar da administração acadêmica, assessoramento à coordenação e o Núcleo Docente Estruturante no desempenho de suas funções;
- Propor medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinas, administrativas e didático-pedagógicas, necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;
- Constituir comissões específicas para o estudo de assuntos de interesse do curso de Ciências Sociais;
- Propor alterações nas disposições deste regulamento, observadas as competências dos conselhos superiores;
- Propor ao coordenador do curso providências necessárias à melhoria do curso;
- Funcionar como órgão de recurso para as decisões do coordenador do Curso;
- Propor alterações curriculares;
- Propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso;

Em conformidade com o que estabelece as resoluções da UFJF, o Colegiado do Curso de Ciências Sociais será composto por 7 (sete) membros, a saber:

- O Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente);
- O vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente);
- 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais;
- 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);
- 1 discente do curso de ciências sociais;
- 1 técnico-administrativo em assuntos educacionais;

A presidência do colegiado do curso de Ciências Sociais será exercida pelo Coordenador do curso, eleito pelos docentes em exercício no Colegiado e pela representação discente para um mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução conforme o andamento também na Coordenação do Curso, sendo ele substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Coordenador, eleito pela mesma forma.

Os membros do colegiado do Curso de Ciências Sociais que são docentes e TAE terão mandato de 4 (quatro) anos na função, permitida uma recondução. O membro discente do Curso de Ciências Sociais terá mandato de 1(um) ano na função, permitida uma recondução.

A renovação do colegiado ocorrerá em um período mínimo de 02 (dois) anos sempre de forma parcial, com a substituição de até três membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso.

Os membros do Colegiado serão indicados pelos Departamentos relacionados ao curso, no caso dos docentes, pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais, no caso dos discentes, e a Direção do Instituto, no caso do técnico-administrativo, sendo nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas.

O Colegiado do curso possui regimento próprio aprovado em reunião do próprio colegiado do dia 30 de novembro de 2023, e encontra-se disponível no Anexo 2 deste PPC.

4.4. Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX)

A Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) é um órgão suplementar da estrutura da Coordenação do Curso de Ciências Sociais no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso. A CAEX é regida mais diretamente pela Resolução nº 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura (CONEXC), que fixa as normas sobre a Política de Extensão da UFJF, bem como a Resolução nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), que estabelece normas para a inserção da Extensão nos Currículos de Graduação UFJF.

De modo geral, a CAEX é responsável por fomentar, orientar, articular e monitorar as ações de curricularização da extensão no Curso de Ciências Sociais. Entende-se como extensão as ações acadêmicas identificadas com os fins da Universidade, sendo um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, e que promove a interação entre a Universidade e setores da sociedade.

São competências específicas da CAEX:

- Desenvolver a política de curricularização da extensão do Curso de Ciências Sociais, considerando o seu interesse para o curso e a comunidade;
- Viabilizar a implementação da política de extensão do Curso de Ciências Sociais da UFJF;
- Atuar como elemento articulador entre a Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Graduação e o Curso de Ciências Sociais;
- Assessorar sobretudo docentes na elaboração e encaminhamento dos programas, projetos, cursos e eventos passíveis de serem vinculados às atividades curriculares obrigatórias de extensão do Curso de Ciências Sociais, uma vez previstas no projeto pedagógico do curso;
- Apoiar os proponentes, analisando as ações de extensão propostas quanto à sua adequação;
- Viabilizar a oferta regular de atividades de extensão junto ao Curso de Ciências Sociais, de forma a contemplar a disponibilidade de, pelo menos, 10% de toda a carga horária do curso nessa modalidade;
- Atuar em parceria com a Coordenação de Curso para que a oferta de disciplinas extensionistas atenda, semestralmente, à demanda projetada, de forma a garantir que todos os alunos possam ter acesso a esse componente curricular obrigatório.

De acordo com o Art. 3º do Regimento da CAEX do Curso de Ciências Sociais, esta será composta pelos 5 (cinco) membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e de 1 (um) representante discente do Curso de Ciências Sociais. Portanto, conforme o tópico 4.2 deste PPC e o anexo 3 também deste PPC, os membros da CAEX são:

- O Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente);
- O vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente);
- 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais;
- 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);
- 1 discente do curso de ciências sociais;

Os membros professores participantes da CAEX serão eleitos e terão a duração de seus mandatos conforme as regras orientadoras do NDE do curso, ou seja: durarão 4 (quatro) anos na função, sendo possível a prorrogação por igual período. O membro discente do Curso de Ciências Sociais terá mandato de 1(um) ano na função, permitida uma recondução.

A renovação do colegiado ocorrerá no período mínimo de 02 (dois) anos sempre de forma parcial, com a substituição de até três membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso. Os membros da CAEX, assim como os do NDE, serão indicados pelo Colegiado do Curso e nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas no caso dos professores. O representante discente da CAEX será indicado pelo Centro Acadêmico de Estudantes de Ciências Sociais. Os membros a que se refere este artigo serão sempre substituídos por seus substitutos legais, escolhidos pelo mesmo processo dos titulares.

A CAEX do curso possui regimento próprio aprovado em reunião do Conselho de Unidade do ICH no dia 23 de junho de 2023, e encontra-se disponível no Anexo 3 deste PPC.

4.5. Comissão de Orientação de Estágios (COE)

A Comissão Orientadora de Estágio (COE) possui caráter consultivo e é responsável pelo acompanhamento dos estudantes que realizarem estágio não-obrigatório na área das Ciências Sociais, dentro dos campos de atuação profissional previstos neste PPC.

A COE de Ciências Sociais é constituída por 3 (três) membros, oriundos do Departamento de Ciências Sociais, eleitos pelo Colegiado do curso, sendo 1 (um) desses três membros obrigatoriamente o Coordenador Acadêmico do curso.

O Presidente e Vice-Presidente da COE serão eleitos, entre seus pares, excluindo-se o Coordenador do Curso, para mandato de 02 (dois) anos.

São competências da COE:

- zelar pela organização didática-pedagógica do estágio não obrigatório do Curso de Ciências Sociais;
- Elaborar normas complementares para o estágio não obrigatório no âmbito do curso;
- Auxiliar o professor orientador do estágio na definição de instrumentos de avaliação para o estágio não obrigatório;
- Fixar as atribuições dos professores orientadores e demais instruções necessárias ao bom desenvolvimento do estágio não obrigatório;
- Oficiar à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) bem como ao Setor da Prograd responsável pelos estágios de graduação da UFJF sobre o período de mandato do Presidente e Vice-Presidente da COE, bem como a relação nominal de seus participantes.

A COE de Ciências Sociais possui regimento próprio aprovado em reunião do Colegiado do Curso de Ciências Sociais do dia 30 de novembro de 2023, e encontra-se disponível no Anexo 4 deste PPC.

4.6. Departamento de Ciências Sociais (DCSO)

De acordo com o art. 30 do Regimento Geral da UFJF, O Departamento é a menor subdivisão da estrutura universitária, para os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente, integrando docentes e disciplinas com objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.

São competências do Departamento de Ciências Sociais:

- Elaborar seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino ou de pesquisa e extensão a docentes;
- Propor ao Conselho de Unidade a abertura de concursos ou provas de seleção para docente;
- Propor ao Conselho de Unidade medidas de ordem didática e administrativa;
- Propor e opinar sobre a movimentação de docentes;
- Propor aos Coordenadores de Curso os programas das disciplinas e respectivos planos, acompanhando, obrigatoriamente, a sua execução;
- Propor ao Coordenador de Curso o número de créditos e os pré-requisitos correspondentes a cada disciplina;
- Conhecer e decidir sobre recursos interpostos por discentes;
- Propor e opinar sobre afastamento e dispensa de docente;
- Indicar membros para compor comissão examinadora de concursos ou provas de seleção de docentes;
- Elaborar e propor, ao Conselho de Unidade, programas para concursos ou provas de seleção de docentes.

O art. 32 do Regimento Geral da UFJF ainda dispõe que o Departamento será chefiado por professor integrante da carreira do magistério, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

4.7. Representação Estudantil

Cada curso do Instituto de Ciências Humanas (ICH) tem o seu Centro Acadêmico (CA), entidade estudantil, organizado por alunos do curso, todos com espaço físico cedido pelo ICH para realização de suas atividades.

O Curso de Ciências Sociais, historicamente, possui uma representação estudantil ativa. O CA do curso chama-se Darcy Ribeiro e elege periodicamente seus dirigentes, que são também os representantes estudantis dos alunos do curso, participando das reuniões do Colegiado (COC) e da Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) do Curso de Ciências Sociais, além do Conselho de Unidade do ICH e do Departamento de Ciências Sociais (DCSO), onde possuem assento e intermediam informações entre estes e os alunos, bem como trazem à tona demandas dos mesmos.

Suas atividades são diversas; dentre orientar os alunos dentro do espaço acadêmico, buscando sanar suas dúvidas ao promover atividades extra curriculares, como a conhecida *Jornada de Ciências Sociais*. Também é de responsabilidade do C.A enviar ofícios para a reitoria buscando viabilizar transportes para os graduandos participarem de outras atividades que ocorrem fora do município de Juiz de Fora.

5 – ESTRUTURA CURRICULAR

5.1 – *Concepção Geral*

Para formar bacharéis e licenciados em Ciências Sociais que possam exercer funções significativas na sociedade brasileira, torna-se necessário considerar diversas competências a serem adquiridas pelos discentes ao longo do curso, o que demanda uma formação integral abrangendo aspectos sócio-políticos, ético-humanistas, pedagógicos e científicos, conciliando ensino, pesquisa e extensão de ponta.

Para contemplar esta vasta e articulada formação, o presente projeto estabelece algumas bases normativas que norteiam a estruturação pedagógica do curso e seu projeto curricular, explicitadas a seguir.

- Parecer CNE/ CES nº 492 de 2001 – define as diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Sociais no Brasil;
- Resolução CNE/ CES nº 2 de 2007 – dispõe sobre procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de bacharelados presenciais no Brasil;
- Resolução CNE/ CP nº 2 de 2015 – define as diretrizes para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura;
- Resolução CNE/CES nº 7 de 2018 – estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira;
- Resolução nº 26 de 2016 do CONGRAD/ UFJF – aprova texto final e anexos do Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF;
- Resolução nº 11 de 2018 do CONGRAD/ UFJF – Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas da UFJF (PPI das Licenciaturas);
- Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF – estabelece normas para a inserção da extensão nos currículos de graduação da UFJF;
- Resolução nº 46 de 2023 do CONGRAD/ UFJF – aprova a Política Institucional de Estágios para os cursos de graduação da UFJF (PPE);

5.2 – *Ciclo Básico (Formação Específica)*

O ingresso no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFJF (tarde) dá-se através da entrada no Ciclo Básico de Formação Específica, exclusivamente no período vespertino e sempre no primeiro semestre de cada ano. A estrutura curricular inicial do curso é composta por uma base comum ao bacharelado e ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais, denominada a partir de agora de *Ciclo Básico*, acessada pelos discentes ao longo dos quatro primeiros períodos da graduação.

Trata-se de um primeiro ciclo voltado para a formação específica dos cientistas sociais, que irá permitir que conhecimentos amplos e imprescindíveis sejam adquiridos, tendo como meta uma formação científica e humanística qualificada na área. De acordo com o Parecer CNE/ CES nº 492 de 2001, um currículo de Ciências Sociais (tanto para o bacharelado quanto para a licenciatura) deve ser organizado em torno de três eixos: *Formação Específica*, *Formação Complementar* e *Formação Livre*. Consideramos que o *Ciclo*

Básico do Bacharelado em Ciências Sociais da UFJF aqui em tela atende ao quesito da formação específica do cientista social:

“O Eixo de *Formação Específica* deve constituir a base do saber característico da área de atuação do cientista social. Entende-se que tal Eixo deva ser composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares que fazem parte da identidade do Curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Cabe ao Colegiado do Curso definir criteriosamente as atividades que definem a especificidade do Curso bem como a tradução destas em carga horária.” (Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, p. 27)

O *Ciclo Básico* do bacharelado é composto por 17 disciplinas obrigatórias, todas teóricas, totalizando uma carga horária efetiva de 1020 horas, distribuídas em quatro períodos letivos.

O conteúdo formativo principal do *Ciclo Básico* se divide em torno das três grandes áreas do conhecimento que compõem as Ciências Sociais: a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia. Nesta primeira fase do curso, visa-se apresentar as principais correntes teóricas e escolas que compõem as três áreas. São estudados os princípios, concepções, conteúdos e critérios relacionados aos referenciais teórico-epistemológicos da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia e que devem ser de comum conhecimento a qualquer cientista social.

As disciplinas por áreas são sequenciais, sempre após uma mais introdutória disponibilizada aos discentes no primeiro período. Visa-se com essa estratégia um percurso formativo escalonado, com pré-requisitos para que as disciplinas mais avançadas sejam cursadas ao longo do *Ciclo Básico* apenas após aquelas de conteúdo mais introdutório.

São as disciplinas de Antropologia do *Ciclo Básico*:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Introdução à Antropologia	Teórica	60 horas
Antropologia I	Teórica	60 horas
Antropologia II	Teórica	60 horas
Antropologia III	Teórica	60 horas

São as disciplinas de Ciência Política do *Ciclo Básico*:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Introdução à Ciência Política	Teórica	60 horas
Política I	Teórica	60 horas
Política II	Teórica	60 horas
Política III	Teórica	60 horas

São as disciplinas de Sociologia do *Ciclo Básico*:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Introdução à Sociologia	Teórica	60 horas
Sociologia I	Teórica	60 horas
Sociologia II	Teórica	60 horas
Sociologia III	Teórica	60 horas

Além da formação pelo recorte das áreas estimulada pelo Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, há também um conjunto inicial de disciplinas introdutórias de outras áreas das humanidades no *Ciclo Básico*, que favorece os primeiros contatos dos discentes com um conteúdo humanístico mais amplo e imprescindível à formação do cientista social, realçando o caráter interdisciplinar da disciplina desde a sua origem, para além das conhecidas divisões por áreas do conhecimento.

São as disciplinas introdutórias de formação humanística do *Ciclo Básico*:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Introdução às Ciências Humanas	Teórica	60 horas
Economia	Teórica	60 horas
Linguística I	Teórica	60 horas
Psicologia e Cultura	Teórica	60 horas
Fundamentos da Geografia	Teórica	60 horas

Como é possível notar, o *Ciclo Básico*, por conta de seu caráter introdutório e específico, possui disciplinas teóricas, favorecendo uma sólida construção profissional dos cientistas sociais por meio de leituras e discussões em sala de aula ao longo dos quatro primeiros períodos da estrutura curricular presentes neste PPC.

5.3 – Formação Complementar e Formação Livre

Conforme a Resolução CNE/ CES nº 2 de 2007 – que dispõe sobre procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de bacharelados presenciais no Brasil – a carga horária mínima de um bacharelado é de 2400 horas. Tendo cursado 1020 horas ao longo do *Ciclo Básico*, o discente do Bacharelado em Ciências Sociais deverá cumprir por

outros quatro períodos letivos uma carga-horária mínima de 1410 horas de atividades curriculares, totalizando 2430 horas para a integralização completa do bacharelado.

Trata-se de um conjunto amplo de 20 disciplinas a mais na grade do discente, distribuídas por quatro períodos, que articulam atividades práticas de pesquisa e extensão aos conteúdos teóricos.

Esse segundo momento do curso, após o *Ciclo Básico*, visa atender aos eixos *Formação Complementar* e *Formação Livre* estabelecidos pelas normativas presentes no Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, como dito anteriormente.

“O Eixo de Formação Complementar compreende atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e atividades definidas a partir dos conjuntos temáticos das áreas específicas de formação do Curso, bem como de atividades acadêmicas que fazem interface com aqueles conjuntos advindas de outros Cursos da IES, definidas previamente no projeto pedagógico do Curso” (Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, p.27)

Na segunda parte do curso, são 1230 horas totais de *Formação Complementar*. Por meio delas, o futuro bacharel terá uma maior aproximação com questões relevantes da agenda pública no Brasil. Três disciplinas das ciências sociais estimulam o aprofundamento nos temas e problemas da realidade social, política e cultural brasileira. São elas:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Antropologia Brasileira	Teórica	60 horas
Sociologia Brasileira	Teórica	60 horas
Política Brasileira	Teórica	60 horas

Além destas, outras disciplinas voltadas para o conteúdo sobre o Brasil versam sobre a literatura, a história e a economia em nosso país, sendo ministradas respectivamente pelos Departamentos de Letras, História e Economia da UFJF, respectivamente. Os conteúdos específicos são:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Literatura Brasileira I	Teórica	60 horas
Seminário de História Contemporânea	Teórica	60 horas
Economia Brasileira	Teórica	60 horas

A ênfase no bacharelado incentiva também o discente a adquirir maior capacidade crítica de redimensionar projetos e objetos de pesquisa diante das diferentes realidades sociais. Um conjunto de três disciplinas, uma de cada área, visa instrumentalizar os discentes nas principais metodologias e técnicas de pesquisa em antropologia, sociologia e ciência

política. Cabe realçar que cada uma dessas disciplinas contam com 30 horas de atividades práticas em metodologia, voltadas para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa pelo prisma da área destacada. São três disciplinas teórico-práticas embasando a formação do bacharel.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Metodologia da Pesquisa Antropológica	Teórico-Prática	90 horas (60h Teórica; 30h Prática)
Metodologia da Pesquisa em Ciência Política	Teórico-Prática	90 horas (60h Teórica; 30h Prática)
Metodologia da Pesquisa Sociológica	Teórico-Prática	90 horas (60h Teórica; 30h Prática)

As disciplinas abaixo citadas avançam no debate das metodologias e técnicas de pesquisa em ciências sociais por meio de um aprofundamento complementar em torno das metodologias quantitativas, sendo ambas ofertadas pelo Departamento de Estatística da UFJF.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Elementos de Estatística	Teórica	60 horas
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Teórica	60 horas

Dada a urgência de se ampliar as práticas de atuação do cientista social em nossa sociedade, para além das tradicionais áreas do ensino e da pesquisa, o Bacharelado em Ciências Sociais da UFJF complementa a formação dos seus alunos por meio de disciplinas que venham a servir de ferramentas capazes de potencializar atuações profissionais no mercado de trabalho.

Se o desenvolvimento da pesquisa é o cerne dos currículos de bacharelado em Ciências Sociais – algo que, sem sombra de dúvidas, se mantém neste PPC – 3 disciplinas voltadas para atuações no mercado de trabalho não acadêmico tendem a possibilitar uma experiência de graduação mais completa, unindo teoria e prática.

Destaca-se que tal conteúdo será ofertado em ampla articulação com as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), gerando a promoção de diálogos transformadores entre a UFJF e outros setores da sociedade, através do desenvolvimento de ações que visem à redução das desigualdades sociais e à emancipação dos sujeitos envolvidos, conforme Resolução nº 75 de 2002 do CONGRAD/ UFJF.

Instrumentos e métodos inovadores da prática do cientista social servirão de mote para o fortalecimento da relação do curso com setores importantes da sociedade, em particular na cidade de Juiz de Fora. São 240 horas do curso dedicadas a essa formação complementar técnico-profissionalizante, sendo que 180 horas desse total de carga-horária é de ACEs.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Laboratório de Extensão em Ciências Sociais	Extensão	120 horas
Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	Teórica	60 horas
Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	Prática	60 horas

O aluno deve cursar duas disciplinas complementares finais, no sétimo e oitavo períodos respectivamente (240 horas de carga total), com o propósito de conclusão do curso. *Projeto de Bacharelado* e *Prática em Projeto de Bacharelado* são pré-requisitos para *Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais*. A disciplina *Projeto de Bacharelado* conta com 60 horas de atividades de conteúdo extensionista em sua versão *Prática*, visando que os discentes apresentem à comunidade da cidade de Juiz de Fora os projetos de pesquisa que serão desenvolvidos ao longo da disciplina seguinte, *Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais*.

Ao longo da primeira disciplina o estudante deverá indicar oficialmente à coordenação de graduação o seu orientador de bacharelado, que poderá ser inclusive externo ao Departamento de Ciências Sociais. Os discentes matriculados em *Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais* serão avaliados por uma banca formada pelo orientador e outro professor examinador com conhecimento pertinente na temática do TCC. Os procedimentos mais detalhados sobre esses itens encontram-se no tópico 6.4 deste PPC.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Projeto de Bacharelado	Teórica	60 horas
Prática em Projeto de Bacharelado	Prática	60 horas
Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais	Teórica	120 horas

Por fim, “o eixo de *Formação Livre* compreende atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no contexto da IES [*Instituição de Ensino Superior*]” (Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, p. 27). No currículo do Bacharelado em Ciências Sociais, 180 horas compõem o eixo de *Formação Livre*. São 3 disciplinas dedicadas aos múltiplos enriquecimentos que o aluno desejar acrescentar em seu currículo. Parte-se aqui da ideia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades, com alternativas de trajetórias, e não apenas uma grade curricular.

Entretanto, tais escolhas serão feitas segundo os seguintes critérios: os discentes escolherão para compor sua grade de formação livre 2 disciplinas eletivas e 1 disciplina optativa. Conforme o Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG; Resolução nº 26 de 2016 do CONGRAD/ UFJF), as eletivas são aquelas que integram o elenco de opções de disciplinas preestabelecidas neste PPC em *Ementário*, voltadas para tópicos temáticos especiais em Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Por sua vez, as disciplinas optativas são destinadas à formação da cultura geral, em qualquer área do conhecimento, de livre escolha do discente no âmbito da UFJF, podendo, é claro, serem estas também disciplinas eletivas do curso de ciências sociais.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Eletiva 1	Livre Escolha	60 horas
Eletiva 2	Livre Escolha	60 horas
Optativa 1	Livre Escolha	60 horas

Por fim, afirma-se que a Prática como Componente Curricular (PPC) consiste de um momento de vivência de atividades práticas de ensino, pesquisa e/ou extensão voltadas para a formação de habilidades específicas e a aplicação e desenvolvimento de conhecimentos adquiridos no âmbito do bacharelado pelos discentes, em suas dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas. A prática atravessa o eixo de *Formação Complementar* de toda a estrutura curricular do Bacharelado em Ciências Sociais, conforme apresentado ao longo deste PPC, totalizando 210 horas de carga-horária. Mais detalhes sobre as PCC no currículo do bacharelado no tópico 7.1 deste PPC.

Cabe destacar que, conforme Resolução nº 75 de 2002 do CONGRAD/ UFJF, desse total de 210 horas de PPC no bacharelado, 120 horas serão de Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) e as outras 90 horas voltam-se para práticas de pesquisa, com ênfase no aprimoramento dos conhecimentos, competências e habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem as disciplinas de metodologia. Combinada com a disciplina totalmente extensionista *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais* (120 horas), temos neste desenho curricular um total de 240 horas de ACEs, cumprindo a contento a determinação da Resolução CNE/CES nº 7 de 2018, que institui que 10% (dez por cento) de um currículo de 2430 horas de carga-horária total sejam voltadas para atividades extensionistas. Detalhes sobre a extensão no Curso de Ciências Sociais podem ser conferidos no item 7.2.

Dessa forma, é possível concluir que a integralização do Bacharelado em Ciências Sociais da UFJF é dada da seguinte forma, conforme a carga total por eixos de formação definidos ao longo dos itens 5.2 e 5.3 e com base no Parecer CNE/CES nº 492 de 2001.

Eixo de Formação	Carga-Horária Total
Formação Específica (Ciclo Básico)	1020 horas
Formação Complementar	1230 horas
Formação Livre	180 horas

Total para Integralização do Bacharelado	2430 horas
---	-------------------

5.4 – Reingresso no Bacharelado por Vaga Ociosa

Após a integralização da licenciatura noturna – e caso seja de seu interesse – o discente poderar reingressar no curso de ciências sociais para cursar o bacharelado por meio do edital de vagas ociosas da UFJF.

Admite-se a entrada de discentes oriundos da licenciatura sempre nos primeiros períodos letivos de cada ano. Esse mecanismo visa garantir o fluxo já em andamento das grades curriculares e a disposição das disciplinas nas mesmas, assegurando que o reingressante por vaga ociosa será alocado sempre no quinto período do bacharelado em Ciências Sociais.

O curso de Ciências Sociais possui 1620 horas em comum às duas habilitações (Bacharelado e Licenciatura). Isso porque, já tendo cursado o *Ciclo Básico*, 1020 horas em comum são aproveitadas após o reingresso. Algumas disciplinas em comum às duas grades e localizadas após o *Ciclo Básico* também são totalmente compatíveis em ambos os currículos. São elas:

- *Métodos e Técnicas de Pesquisa I* (90h) e *Metodologia da Pesquisa Sociológica* (90h), respectivamente, da grade da licenciatura e do bacharelado; disciplinas estas que são equivalentes, não necessitando serem cursadas novamente pelo discente;
- *Métodos e Técnicas de Pesquisa II* (90h) e *Metodologia da Pesquisa em Ciência Política* (90h), respectivamente, da grade da licenciatura e do bacharelado; disciplinas estas que são equivalentes, não necessitando serem cursadas novamente pelo discente;
- *Elementos de Estatística* (60h);
- *Estatística Aplicada às Ciências Sociais* (60h);
- *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais* (120h);
- 2 disciplinas eletivas e 1 disciplina optativa também são aproveitadas na nova grade (180 horas no total).

Nesse sentido, após o reingresso por vaga ociosa, a carga-horária inédita a ser complementada pelos discentes é de 810 horas para o bacharelado (totalizando as 2430 horas curriculares).

Curso de Ciências Sociais	Carga-Horária Total
Bacharelado em Ciências Sociais	2430 horas
Licenciatura em Ciências Sociais	3200 horas
Bacharelado em Ciências Sociais - Reingresso por vaga ociosa após integralização da Licenciatura	810 horas

5.5 - Pré-requisitos e co-requisitos no Bacharelado

De acordo com o RAG da UFJF, pré-requisito é a carga horária ou conjunto de atividades acadêmicas no qual o discente de um determinado curso deverá ser previamente aprovado para a realização de outra atividade acadêmica. Neste PPC, as disciplinas abaixo listadas são aquelas que possuem pré-requisitos no âmbito do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Disciplinas da grade que não forem nomeadas na tabela abaixo significa que não possuem pré-requisitos para sua realização, sendo abertas inclusive para discentes de outros cursos da UFJF como disciplina optativa, quando da existência de vagas ociosas.

Disciplinas	Pré-requisitos
Sociologia I	● Introdução à Sociologia
Antropologia I	● Introdução à Antropologia
Política I	● Introdução à Ciência Política
Sociologia II	● Sociologia I
Antropologia II	● Antropologia I
Política II	● Política I
Sociologia III	● Sociologia II
Antropologia III	● Antropologia II
Política III	● Política II
Metodologia da Pesquisa em Ciência Política	● Metodologia da Pesquisa Sociológica
Metodologia da Pesquisa Sociológica	● Metodologia da Pesquisa Antropológica
Projeto de Bacharelado	● Metodologia da Pesquisa Sociológica
Prática em Projeto de Bacharelado	● Metodologia da Pesquisa Sociológica
Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	● Metodologia da Pesquisa Sociológica
Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	● Metodologia da Pesquisa Sociológica
Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais	● Projeto de Bacharelado ● Prática em Projeto de Bacharelado

Por sua vez, e ainda de acordo com o RAG da UFJF, co-requisito é a atividade acadêmica cujo conteúdo programático deve ser ministrado concomitantemente ao de outra atividade acadêmica, de acordo com a matriz curricular do curso. Nesse sentido, este PPC institui as seguintes disciplinas como co-requisitos das listadas na primeira coluna à esquerda.

Disciplinas	Co-requisitos
Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	• Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais
Projeto de Bacharelado	• Prática em Projeto de Bacharelado

6 – PERIODIZAÇÃO DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

6.1 – Periodização do Ciclo Básico (Formação Específica)

1º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Introdução à Antropologia	Teórica	60 horas
Introdução à Ciência Política	Teórica	60 horas
Introdução à Sociologia	Teórica	60 horas
Introdução às Ciências Humanas	Teórica	60 horas

Total de 240 horas

2º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Antropologia I	Teórica	60 horas
Política I	Teórica	60 horas
Sociologia I	Teórica	60 horas
Economia	Teórica	60 horas

Total de 240 horas (480 horas)

3º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Antropologia II	Teórica	60 horas
Política II	Teórica	60 horas
Sociologia II	Teórica	60 horas
Linguística I	Teórica	60 horas
Psicologia e Cultura	Teórica	60 horas

Total de 300 horas (780 horas)

4º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Antropologia III	Teórica	60 horas
Política III	Teórica	60 horas
Sociologia III	Teórica	60 horas
Introdução à Geografia	Teórica	60 horas

Total de 240 horas (1020 horas)

Total para integralização do Ciclo Básico/ Formação Específica: 1020 horas

6.2 – Periodização da Formação Complementar e Formação Livre

5º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Antropologia Brasileira	Teórica	60 horas
Política Brasileira	Teórica	60 horas
Sociologia Brasileira	Teórica	60 horas
Metodologia da Pesquisa Antropológica	Teórico-Prática	90 horas (60h teórica; 30h prática)
Elementos de Estatística	Teórica	60 horas

Total de 330 horas (1350 horas)

6º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Metodologia da Pesquisa Sociológica	Teórico-Prática	90 horas (60h teórica; 30h prática)
Laboratório de Extensão em Ciências Sociais	Extensão	120 horas
Seminário de História Contemporânea	Teórica	60 horas
Literatura Brasileira I	Teórica	60 horas
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Teórica	60 horas

Total de 390 horas (1740 horas)

7º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Metodologia da Pesquisa em Ciência Política	Teórico-Prática	90 horas (60h teórica; 30h prática)
Projeto de Bacharelado	Teórica	60 horas
Prática em Projeto de Bacharelado	Prática	60 horas
Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	Teórica	60 horas
Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	Prática	60 horas
Economia Brasileira	Teórica	60 horas
Eletiva 1	Teórica	60 horas

Total de 450 horas (2190 horas)

8º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais	Teórica	120 horas
Eletiva 2	Teórica	60 horas
Optativa 1	Teórica	60 horas

Total de 240 horas (2430 horas)

Total para integralização do Bacharelado em Ciências Sociais: 2430 horas

6.3 – Periodização por Reingresso por Vaga Ociosa

1º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Antropologia Brasileira	Teórica	60 horas
Política Brasileira	Teórica	60 horas
Sociologia Brasileira	Teórica	60 horas
Metodologia da Pesquisa Antropológica	Teórico-Prática	90 horas (60h teórica; 30h prática)
Projeto de Bacharelado	Teórica	60 horas
Prática em Projeto de Bacharelado	Prática	60 horas

Total de 390 horas

2º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Seminário de História Contemporânea	Teórica	60 horas
Literatura Brasileira I	Teórica	60 horas

Total de 120 horas (510 horas)

3º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	Teórica	60 horas
Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais	Prática	60 horas
Economia Brasileira	Teórica	60 horas
Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais	Teórica	120 horas

Total de 300 horas (810 horas)

Total para integralização do Bacharelado por Reingresso por Vaga Ociosa: 810 horas

7 – DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

7.1 – Prática como Componente Curricular

As Práticas como Componente Curricular (PCC) são os momentos na estrutura do Curso de Ciências Sociais voltados para uma formação mais específica do discente, por meio de um conjunto de atividades formativas que proporciona experiências de aplicação dos conhecimentos, competências e habilidades adquiridos em disciplinas teóricas.

As PCC podem ser desenvolvidas como núcleo ou parte de disciplinas, tendo como características o aprofundamento em práticas de pesquisa ou de extensão e, o mais comum, a conciliação dessas duas dimensões formativas.

As resoluções e pareceres referentes aos bacharelados não instituem a obrigatoriedade de PCC nos currículos, sendo que este Projeto Político Pedagógico entende que elas são imprescindíveis à formação do bacharel em Ciências Sociais, tendo em vista a presença e o peso dado neste PPC às práticas na estrutura curricular de todo o bacharelado, como demonstrado ao longo do item 5 e 6 deste documento.

Sendo assim, na habilitação Bacharelado em Ciências Sociais, tem-se 210 horas de PCC numa matriz curricular de carga horária total de 2430 horas. No âmbito do eixo de *Formação Complementar* da grade exclusiva do bacharelado, temos:

- 30 horas em *Metodologia da Pesquisa Antropológica*
- 30 horas em *Metodologia da Pesquisa em Ciência Política*
- 30 horas em *Metodologia da Pesquisa Sociológica*
- 60 horas em *Prática de Projeto de Bacharelado*
- 60 horas em *Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais*

Os conteúdos mais detalhados acerca de que tipo de PCC são desenvolvidas nessas disciplinas podem ser verificados nas descrições da *Estrutura Curricular* no tópico 6 e mesmo no *Ementário* apresentado no item 8.

7.2 – Atividades Curriculares de Extensão

As Resoluções CNE/CES nº 7 de 2018 e nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF estabelecem as normas para a inserção da extensão nos currículos de graduações no âmbito nacional e na UFJF, respectivamente. Tal iniciativa foi fruto de amplo debate entre os setores da sociedade brasileira e as universidades em geral, visando fortalecer a relação entre esses atores sociais ao proporcionar uma maior relevância acadêmica da extensão na vida dos discentes universitários. A indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino foi o alicerce estruturante da iniciativa de curricularização das atividades extensionistas no ensino superior brasileiro.

Logo, entende-se como Atividade Curricular de Extensão (ACE) qualquer componente curricular integrante deste PPC que tenha como objetivo principal estimular a formação

profissional do cientista social a partir de vivências e participações ativas experimentadas durante ações extensionistas que obrigatoriamente devem ocorrer ao longo da graduação.

A Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF indica que cada curso deve estabelecer a carga horária obrigatória a ser cumprida como ACE pelos discentes, devendo esta corresponder a, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total para a integralização do curso.

À Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) caberá analisar as ACE desenvolvidas no curso e ajustar o percurso formativo dos estudantes para a integralização desses conteúdos curriculares. Mais informações sobre as funções da CAEX no item 4 deste PPC e no regimento em anexo ao final do texto.

As ACE na UFJF podem ser desenvolvidas conforme as seguintes modalidades: *programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços* (Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF). Este PPC adota a estratégia de *disciplina extensionista*, prevista na referida resolução, a fim de equivalência a estas modalidades supracitadas. Disciplina extensionista é uma

“atividade acadêmica de extensão, com conteúdo programático composto por objetivos e resultados esperados, metodologia e avaliação próprias à atividade extensionista, colocados em plano específico, a ser desenvolvida em um período letivo, de acordo com a quantidade de horas propostas” (Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF, p: 3)

Assim, caberá primordialmente à disciplina extensionista *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais*, com carga-horária total de 120 horas, proporcionar a formação profissional em extensão no Bacharelado de Ciências Sociais, em consonância com o atendimento às necessidades provenientes da comunidade externa à UFJF ou aquelas consideradas importantes de serem levadas ao entorno social da universidade.

O *Laboratório* faz-se presente tanto na estrutura curricular do bacharelado (eixo de *Formação Complementar*) quanto da licenciatura (*Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Formação Docente*), tendo em vista o objetivo máximo dele em contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade de Juiz de Fora e adjacências a partir das potencialidades existentes no perfil de atuação na esfera pública dos cientistas sociais. Logo, o *Laboratório* visa a transformação social a partir do diálogo com as prioridades existentes na região, que podem ser atendidas por cientistas sociais em formação, ampliando assim a relação de todo o curso com os diferentes segmentos da sociedade juízforana.

A proposta é que no 6º período do bacharelado ou no 7º período da licenciatura seja disponibilizado aos discentes por meio de uma disciplina extensionista chamada de *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais* um conjunto amplo e variado de projetos, cursos, oficinas, eventos ou prestações de serviços mais específicos por meio dos quais tais estudantes possam desempenhar suas ACE sob a supervisão de docentes e técnico-administrativos atuantes nas Ciências Sociais e no Instituto de Ciências Humanas (ICH).

Caberá à CAEX coordenar de ano em ano a oferta variada de atividades extensionistas neste “cardápio” de possibilidades que pretende ser o *Laboratório*, tendo como sensibilidade máxima saber conciliar as diferentes demandas regionais com os interesses e particularidades temáticas de pesquisa, ensino e extensão dos docentes, técnico-administrativos e discentes de Ciências Sociais em um dado período letivo.

Conforme artigo 9 da Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF, as atividades desenvolvidas como disciplinas a serem computadas como extensão devem ser sempre previamente avaliadas e concebidas no âmbito da CAEX em diálogo com a comunidade acadêmica e externa à UFJF, registradas em Plano Departamental e encaminhadas para validação e registro final junto à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) a cada novo oferecimento. Caberá a cada supervisor do *Laboratório* elaborar um breve programa com as informações básicas a serem desenvolvidas em determinado período letivo, submetendo esta proposta à validação da CAEX.

A título de ilustração, elaboramos abaixo um hipotético período letivo em que o *Laboratório* esteja em carga para a integralização de 120 horas de ACE pelos bacharelados e licenciandos do curso.

Laboratório de Extensão em Ciências Sociais – Ano 1

Turma	Atividade Curricular de Extensão (ACE)	Supervisão	Vagas	Horário
A	Projeto “Presídios e Educação diferenciada”	Prof. Rogéria Martins	15	Terça a tarde
B	Oficina “Violência de gênero em Juiz de Fora”	Prof. Célia Arribas	10	Quarta a noite
C	Evento “EREMECS: Encontro Regional Mineiro de Ensino de Ciências Sociais”	Prof. Rafaela Reis	20	Quinta a noite
D	Projeto “Alimentação na Feira da Avenida Brasil/ Juiz de Fora”	Prof. Rogéria Dutra	10	Segunda a tarde
E	Evento “Debates Contemporâneos em Gênero e Sexualidade”	Prof. Raphael Bispo	15	Sexta a tarde

Assim, no Bacharelado em Ciências Sociais, as 240 horas de ACE a serem cursadas pelos discentes correspondem aos 10% (dez por cento) do total de 2430 horas necessárias para a integralização do curso. Elas serão preenchidas por meio de mais outras 120 horas além do *Laboratório*, a saber, em Práticas como Componente Curricular (PCC) presentes nas seguintes disciplinas, cujas características destacadas atendem às questões provenientes da comunidade externa:

- 60 horas de ACE na PCC de *Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais*
- 60 horas de ACE na PCC de *Prática em Projeto de Bacharelado*

Os conteúdos mais detalhados acerca de que tipo de ACE são desenvolvidas nas PCC dessas disciplinas podem ser verificados nas descrições presentes na *Estrutura Curricular* do tópico 6 e mesmo no *Ementário* apresentado por completo no item 8 deste documento.

Diante disso, no Bacharelado de Ciências Sociais, são 210 horas totais de PCC, sendo 120 destas horas voltadas para ACE e as outras 90 para as demais modalidades de atividades práticas curriculares, como as exclusivamente voltadas para a pesquisa e presentes nas disciplinas metodológicas. Com as 120 horas da disciplina extensionista *Laboratório de Ciências Sociais*, assim serão integralizadas as ACE no bacharelado:

Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Bacharelado de Ciências Sociais	Carga-Horária Total
Laboratório de Extensão em Ciências Sociais	<i>120 horas</i>
Prática como Componente Curricular (PCC) • 60h em <i>Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais</i> • 60 horas em <i>Prática em Projeto de Bacharelado</i>	<i>120 horas</i>
Total para Integralização de ACE no bacharelado	<i>240 horas</i>

7.3 – Temas transversais: conteúdos étnico-raciais, ambientais e educação para os direitos humanos

Nas últimas décadas, uma série de dispositivos legais introduziu modificações nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) aplicadas a todos os níveis e modalidades do ensino formal em instituições públicas e privadas. O objetivo foi introduzir alguns conteúdos – particularmente os referidos à educação para os direitos humanos, às questões ambientais e aos conteúdos étnico-raciais – e sua integração à grade curricular de modo transversal, contínuo e permanente.

Entre esses dispositivos estão: a Lei nº 10639 de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; a Resolução do CNE-CP nº 1 de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a “Educação das Relações Étnico-Raciais” e para o “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”; a Lei nº 11645 de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; a Lei nº 9.795 de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; o Decreto nº 4.281 de 2002 que regulamenta a Lei nº 9.795; e, finalmente, a Resolução do CNE-CP nº 1 de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Os conteúdos curriculares da graduação em Ciências Sociais da UFJF atendem às necessidades legais de trabalhar temas étnico-raciais, relativos à educação para os direitos humanos e ambientais, indo até mesmo além das instruções normativas, uma vez que as Ciências Sociais não somente tratam historicamente desses temas, mas também forjam as teorias que explicam como eles surgiram e se desenvolveram social e politicamente.

Assim, ao observarmos o conteúdo geral do curso de Ciências Sociais, podemos perceber como as teorias da identidade e da estratificação, por exemplo, lidam com a categoria “raça” e suas múltiplas conexões com as desigualdades visíveis da sociedade brasileira e mundial. O sentido do termo “etnicidade”, por exemplo, só pode ser pensado a partir das contribuições da Antropologia no cenário contemporâneo; e o mapeamento do crivo de “raça” nas classes sociais toma, já há anos, a agenda da Sociologia. Afinal, como temas étnico-raciais emergem como núcleos do debate social e se tornam movimentos sociais com efeitos no mundo da política? As respostas presumíveis dessa pergunta repousam no exercício continuado de análise da dinâmica da democracia contemporânea, feita pela Ciência Política, a terceira grande área formadora das Ciências Sociais.

Os temas relativos ao meio-ambiente também se constituem como um objeto multidisciplinar dentro das Ciências Sociais, articulando-se com a dupla chave que foca, de um lado, as transformações globais e os desafios que impõem às sociedades e democracias organizadas em Estados Nacionais e, de outro lado, a resistência de povos tradicionais, que sofrem com os impactos ambientais gerados a partir da modernização no século XX, e que se agravam sistematicamente no mundo em que vivemos.

Nas disciplinas obrigatórias *Introdução à Antropologia*, *Antropologia I*, *Antropologia II* e *Antropologia III* forjam-se transversalmente os instrumentos conceituais para os discentes pensarem raça, identidade, etnicidade e natureza, indo além da perspectiva meramente técnica desses termos, emprestando a eles seu caráter de chaves para o entendimento de como essas categorias são continuamente reinventadas e reconstruídas pelos agentes que as assumem como formas de vida social. O olhar de tais disciplinas sobre essas questões nos convida a pensarmos como os problemas raciais ou ambientais tornam-se linguagens para organizar a sociedade, que podem até ser naturalizadas, mas que são, antes de tudo, invenções necessárias às pessoas que se tornam portadoras de certas falas e modos de agir. A operação antropológica de relativizar as categorias de “raça”, assim como as noções de “indígena”, de “homem”, “mulher”, “negro”, “branco”, “mestiço”, “civilizado”, “heterossexual”, “primitivo”, “natureza”, “cultura” ou qualquer outra que quisermos pôr entre aspas, evidencia a sua dimensão de ideias construídas, dando aos estudantes de Ciências Sociais especial habilidade para lidar, explicar e descrever as diferentes formas como essas noções se “encarnam” em modos de vida e modos de crença.

Na área de Sociologia, as disciplinas *Introdução à Sociologia*, *Sociologia I*, *Sociologia II* e *Sociologia III* provêm reflexões sobre os processos de modernização e suas modificações na esfera da cultura, na qual cabe um diálogo vivo com o surgimento de ideologias voltadas para a afirmação de direitos e identidades que vão além do individualismo que caracteriza a primeira modernidade, apontando para a fluidez do cenário multicultural. As disciplinas fornecem diferentes maneiras de lidar com a contundente face do problema racial, relativo à desigualdade de renda, de oportunidades, além da segregação espacial urbana que atinge, com enorme visibilidade, a população negra. Da mesma forma, o olhar crítico sobre a violência nesses conteúdos contempla, em grande medida, o tema da punição desigual em função de raça e pobreza.

Nas últimas décadas, no campo dos estudos sobre sociedade civil e movimentos sociais, e também no campo da teoria democrática e das instituições políticas, tem sido crescente a preocupação com processos que transcendem as fronteiras nacionais devido a seu caráter difuso e geral como os movimentos feministas, ambientalistas e pró-identidades étnicas. Compreende-se que tais questões, assim como o pacifismo, o combate à corrupção, a promoção e defesa dos direitos humanos, entre outros, por seu caráter difuso, fazem parte de uma agenda transnacional, que desafia formas tradicionais de se pensar e fazer política. Assim, as disciplinas *Introdução à Ciência Política*, *Política I*, *Política II* e *Política III* fornecem aos alunos conhecimentos referidos aos chamados direitos coletivos que não encontram no indivíduo seu referencial ético e moral, mas dizem respeito ao destino de muitas gerações em muitos contextos. As referidas disciplinas trabalham todos esses temas problematizando a adequação das instituições clássicas do governo democrático representativo para processar os novos e salientes desafios colocados pela realidade socioeconômica mundial, pela complexificação das relações sociais e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, examinando os impactos dessas transformações em termos de pluralização dos atores e lugares de representação e participação políticas.

A essas questões, de natureza mais geral, combinam-se outras, que atravessam as disciplinas *Antropologia Brasileira*, *Sociologia Brasileira* e *Política Brasileira*, referidas diretamente aos problemas e desafios da sociedade brasileira. No que diz respeito aos tópicos dos temas étnico-raciais, direitos humanos e de educação ambiental temos de pensá-los no âmbito de uma sociedade marcada por desigualdades profundamente arraigadas de diversos matizes. Nos estudos recentes sobre sociedade civil e movimentos sociais, no Brasil, uma questão central tem sido justamente avaliar em que medida o processo de democratização recente tem sido capaz de reverter certos padrões seculares que colocaram sistematicamente às margens da cidadania e do processo político amplas parcelas da população, entre as quais se destacam os negros, os indígenas e as mulheres. As injustiças sofridas por estes grupos, assim como por outras minorias, têm orientado a criação de canais e mecanismos institucionais que prometem proporcionar novos espaços de inclusão política (políticas de cotas, reserva de cadeiras para minorias, espaços de participação política direta) e políticas públicas voltadas para permitir o acesso desses grupos a bens e serviços sociais fundamentais.

Dessa forma, este PPC evidencia que tais conteúdos estimulados pelas leis e diretrizes constituem-se como algo que se encontra no cerne do debate do que é fazer Ciências Sociais, sempre havendo nas disciplinas de *Formação Específica* discussões dos temas étnico-raciais, relativos aos direitos humanos e de educação ambiental entrecortando todo o currículo existente. O *Ementário* permite a verificação desses conteúdos transversalmente perpassando as ementas das disciplinas de formação do curso. Logo, entendemos que a adequação deste PPC à legislação contempla e até mesmo extrapola as expectativas legais, tendo inclusive o curso de Ciências Sociais muito a contribuir no aparelhamento que toda a UFJF deve fazer a esse respeito.

Cabe destacar que, no âmbito do bacharelado e no desenvolvimento de pesquisas no curso pelos discentes (tanto nas práticas das disciplinas metodológicas, quanto em *Projeto de Bacharelado* e *Trabalho de Conclusão de Curso*) as temáticas das relações étnico-raciais, ambientais e de direitos humanos são constantemente tomadas como objetos privilegiados de investigação. Podemos citar, por exemplo, o contínuo interesse que o estudo e a pesquisa sobre as políticas de ações afirmativas nas universidades despertam em estudantes de Ciências Sociais, tornando-se inclusive temas explorados em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Também cabe lembrar que temas de pesquisa, como o impacto social de desastres ambientais, secas, enchentes e mesmo emergências industriais, foram explorados, por mais de um trabalho de conclusão até o momento no âmbito da graduação, o que demonstra como é intrínseca à natureza das Ciências Sociais discutir em formato de pesquisa os tópicos que a lei dispõe como componentes curriculares obrigatórios.

As disciplinas eletivas de Ciências Sociais também atendem amplamente a proposta de inclusão de debates sobre direitos humanos, questões ambientais e conteúdos étnico-raciais na grade do curso, ampliando o “cardápio” para os discentes interessados em se aprofundar mais ainda nesses temas. Destacamos: *Gênero e Sexualidade*; *Etnologia Indígena*; *Estudos Afro-Brasileiros*; *Pessoa, Indivíduo e Modernidade*; *Antropologia do Curso da Vida e Gerações*; *Antropologia da Natureza*; *Antropologia da Alimentação*; *Antropologia, Memória e Patrimônio Cultural*; *Desigualdades e Democracia*; *Gênero e Política*; *Movimentos Sociais e Cidadania*; *Pensamento Político Latino-Americano*; *Política Pós-Colonial e Decolonial*; *Raça e Política*; *Sociologia das Relações Étnico-Raciais*; *Sociologia das Relações de Gênero*; *Sociologia do Meio Ambiente*; *Sociologia do Trabalho*, dentre muitas outras.

Assim, o curso de Ciências Sociais, em atendimento às disposições legais e pedagógicas oriundas da política de graduação da UFJF, encontra-se em consonância com todos os dispositivos legais que alteraram as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis aos níveis e modalidades do ensino formal em instituições de ensino públicas e privadas, tratando a abordagem, tanto da educação ambiental, quanto dos conteúdos étnico-raciais e da educação para os direitos humanos de uma forma, como já enfatizamos, que vai além do reconhecimento dessas questões, constituindo-as como objetos estruturalmente discutidos pelo curso.

7.4 – Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais

O Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais (TCC) é uma atividade curricular teórica exclusiva do Bacharelado em Ciências Sociais, vinculado às disciplinas *Projeto de Bacharelado*, *Prática em Projeto de Bacharelado* e *Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais*, cuja integralização pelo discente totaliza 240 horas ao final do percurso formativo, com as atividades concentradas no sétimo e oitavo períodos.

Trata-se de um componente curricular que visa a consolidação do bacharel enquanto um pesquisador qualificado no campo das Ciências Sociais. O TCC possui caráter eminentemente científico e consiste na sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente às linhas de pesquisas desenvolvidas ao longo do curso pelo discente, podendo ser de natureza teórica ou teórico-empírica. São objetivos gerais do TCC:

- contribuir para o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, crítica, reflexiva e criativa do aluno;
- promover a coerência do processo de formação do profissional e integrar os conhecimentos das disciplinas da matriz curricular à pesquisa, à extensão e às atividades complementares;
- possibilitar experiências na produção de conhecimentos relevantes à comunidade acadêmica e à sociedade.

O processo de desenvolvimento do TCC reger-se-á sempre por regulamentação interna e externa à UFJF, sob a égide do Colegiado do Curso de Ciências Sociais (CLC) e de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE). Alguns pontos sobre a dinâmica do TCC serão aqui destacados a fim de guiar estudantes, orientadores e coordenação. Itens não previstos neste PPC deverão ser regulados pelas instâncias administrativas do Curso de Ciências Sociais supracitadas.

- O TCC é uma produção individual feita pelo discente quando inscrito na disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais*, disponibilizada ao final do curso, no oitavo período, pela coordenação;
- O TCC pode ser uma monografia, artigo ou relatório final de pesquisa, formato este de escolha do proponente em diálogo com orientador, cujas características devem ser constantemente atualizadas pelo Colegiado do Curso (CLC);
- O TCC pode ser apresentado tanto de forma escrita quanto em formato audiovisual, não havendo delimitações prévias neste PPC de número de páginas ou de tempo de duração, sendo este um acordo entre aluno e orientador;

- O discente deve escolher um orientador conforme seus temas de interesse e afinidades pessoais, desde que comunique ao próprio o seu interesse, combinando com o mesmo a forma de orientação, redação e/ou apresentação de seu TCC ao longo do curso da disciplina;
- O orientador deve ser um docente lotado em qualquer departamento da UFJF e capacitado a orientar uma pesquisa nas áreas afins do curso;
- O discente deve comunicar o nome de seu orientador oficialmente à Coordenação do Curso (COC) por meio de formulário próprio no máximo até o término da disciplina *Projeto de Bacharelado*, no sétimo período;
- O TCC deve ser avaliado pela banca examinadora do TCC a partir de uma apresentação oral pública por parte do discente, seguida de arguição, ou através de parecer emitido pelos membros da banca;
- A banca examinadora do TCC é composta pelo orientador do trabalho e um membro avaliador afeito às áreas do curso, sendo este interno ou externo à UFJF, preferencialmente mestrando, mestre, doutorando ou doutor em Antropologia, Sociologia, Ciência Política ou Ciências Sociais;
- A decisão de quem irá avaliar o TCC é feita entre aluno e orientador. A coordenação não delibera sobre bancas de exame de TCC;
- A defesa do TCC deve ser realizada no máximo até o último dia de aula do período letivo no qual o discente se matriculou em *Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais*;
- O convite ao avaliador bem como a data e hora da defesa é também estabelecido em comum acordo entre os participantes. A coordenação não estipula datas e horários para a defesa, não sendo preciso fazer qualquer agendamento prévio com a mesma;
- Após a defesa, é de responsabilidade do orientador comunicar à coordenação a nota final do TCC até o último dia de aula do período letivo por meio do envio da Ata de Defesa de TCC assinada pelos membros da banca e disponibilizada no site do curso de ciências sociais;
- Em caso de não entrega do TCC pelo discente, este será reprovado na disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais*, precisando matricular-se novamente nela no período que desejar efetivamente defendê-lo;

7.5 – Estágios Supervisionados Não-obrigatórios

Diferentemente da licenciatura, não há estágio curricular obrigatório no Bacharelado em Ciências Sociais, porém existe hoje um grande número de estudantes que passa por experiências de estágios em instituições públicas municipais e centros de pesquisa da própria UFJF.

É facultado ao discente do Bacharelado em Ciências Sociais a realização de estágio curricular não-obrigatório, em atividades que tenham estreita relação com a formação apresentada neste PPC. O estágio não-obrigatório poderá ter, no máximo, 30 horas semanais. A duração do estágio não-obrigatório, na mesma parte concedente, não poderá exceder dois (02) anos, exceto quando se tratar de estagiário com algum tipo de deficiência.

As atividades do estágio não-obrigatório não deverão se sobrepor aos horários das disciplinas que o estudante estiver matriculado, não podendo também interferir ou suplantar o desempenho acadêmico do estudante, conforme previsto no §2 do art. 10 da Lei nº 11.788/2008.

As atividades de estágio não obrigatório deverão ser registradas no *Plano de Atividades de Estágio (PAE)*, a ser deferida pelo professor orientador do estágio e devidamente tramitada pelas instâncias da UFJF.

Os discentes de Ciências Sociais poderão realizar estágio não-obrigatório a partir do 2º (segundo) período do curso, se tiverem sido aprovados em pelo menos 04 disciplinas necessárias para a integralização do curso, podendo este se estender até o 8ª (oitavo) período do curso.

Cada professor poderá orientar no máximo três estudantes por semestre letivo. Cabe ao professor orientador o acompanhamento efetivo, sistemático e processual do desenvolvimento e avaliação das atividades de acordo com o *Plano de Atividades de Estágio (PAE)* do estagiário. Mais informações sobre as dinâmicas de orientação de estágio são encontradas no Anexo 4 deste PPC.

É obrigatório que o discente em estágio não-obrigatório apresente periodicamente relatório de suas atividades ao docente orientador, acompanhado da avaliação do supervisor de campo, em prazo não superior a 6 (seis) meses.

Conforme previsto na Lei Federal de Estágio, o estagiário deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como a do auxílio-transporte e contratação de seguro contra acidentes pessoais por parte da concedente.

Nos casos em que a vigência do estágio obrigatório remunerado for superior à carga horária da disciplina do estágio, após o término da carga horária inicial prevista do estágio obrigatório, caso haja interesse das partes envolvidas na permanência do estagiário na concedente, deverá ser realizado Aditivo ao *Termo de Compromisso de Estágio*, alterando sua modalidade para não obrigatório (o que implica apresentação também de novo *Plano de Atividades*) e dilatando sua vigência.

Os PPCs que admitem a realização de estágio não obrigatório pelos estudantes e optarem pela possibilidade do estágio não obrigatório em regime remoto, deverão estabelecer as especificidades e as condições para a sua realização, considerando a natureza da atividade e a sua contribuição para a formação dos discentes, conforme consta do §1º, Art. 1º, da Resolução CONGRAD nº 89/2022.

7.6 – Aproveitamento de Estudos : Dispensa e equivalência de disciplinas

Os referenciais do reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas em outras formações ou contextos que norteia o Curso de Ciências Sociais da UFJF visam facilitar ao máximo o aproveitamento dos estudos realizados durante o curso (*Equivalência de disciplinas*) e também o aproveitamento de estudos realizados em cursos de graduação anteriores (*Dispensa de disciplinas*).

Para tal, se o aluno cursou alguma disciplina na UFJF com conteúdo semelhante às disciplinas obrigatórias ou eletivas do curso enquanto estiver na graduação de Ciências Sociais, deverá solicitar a *Equivalência de disciplina* no histórico escolar, após a qual contará horas automaticamente para a integralização do curso. No caso do aluno ter cursado

disciplina similar em outra graduação não pertencente à UFJF, deverá seguir os procedimentos da universidade para *Dispensa de disciplina*.

Em todo caso, este PPC visa ser aberto e plural para acatar as possibilidades de *Equivalência* e *Dispensa* de disciplinas apresentadas pelos discentes, obviamente, quando os conteúdos formativos entre elas forem semelhantes aos apresentados ao longo deste documento. Cabe realçar também que admite-se o aproveitamento de carga horária cursada em disciplina de curso de pós-graduação *stricto sensu* de Instituição de Ensino Superior, seja disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas. Caberá a Coordenação do Curso (COC) averiguar o conteúdo e emitir pareceres de *Equivalência* ou *Dispensa* de disciplinas quando assim for demandada pelos discentes.

Entretanto, é preciso realçar que um conjunto específico de disciplinas que compõem a grade do curso precisa ter o aproveitamento de estudos melhor delimitado. Não serão concedidas *Equivalências* ou *Dispensas* para as disciplinas práticas que são co-requisitos de disciplinas teóricas ou também para a carga-horária prática que compõe disciplinas classificadas como teórico-práticas na grade do curso (comuns nas disciplinas metodológicas deste PPC), exceto em casos excepcionais que deverão ser analisados pelo Colegiado do Curso (CLC).

Assim, por exemplo, disciplinas como *Prática em Projeto de Bacharelado, Metodologia da Pesquisa Antropológica, Sociológica ou em Ciência Política* (com 30h de atividade prática incluída) e *Prática em Instrumentos Técnico-profissionais das Ciências Sociais* não poderão ter apenas a dimensão prática validada por meio de dispensas ou equivalências. Isso porque acredita-se que tal dimensão prática presente nestas disciplinas retroalimenta os debates mais teóricos desenvolvidos nas mesmas. Portanto, o discente deverá sempre solicitar equivalências e dispensas de todo o conteúdo dessas disciplinas, tanto para aquelas teóricas acompanhadas de co-requisitos práticos, quanto para as teórico-práticas com carga horária prática embutida no cômputo geral da disciplina.

A disciplina de caráter extensionista *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais* poderá ter a solicitação de dispensa efetuada pelo discente através de documentos que comprovem a realização de pelo menos 120 horas de atividades de extensão na UFJF ao longo do curso por meio de Programas de Extensão ou similares, como aqueles patrocinados por editais da própria universidade. Os comprovantes serão encaminhados para análise da Comissão de Acompanhamento de Atividades de Extensão (CAEX).

No mais, para fins de fruição entre as duas modalidades do curso de ciências sociais (bacharelado e licenciatura), este PPC declara a equivalência automática entre as seguintes disciplinas ministradas no âmbito da UFJF. Caso o aluno já tenha cursado uma delas ao longo do curso de ciências sociais, não precisará cursar aquela que sua habilitação exige:

Disciplinas Equivalentes no Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura)	
CSO 151 - Metodologia de Pesquisa Sociológica	CSO 014 - Métodos e Técnicas de Pesquisa I
CSO XXX - Metodologia de Pesquisa em Ciência Política	CSO 015 - Métodos e Técnicas de Pesquisa II

LEM 184 - Libras e Educação para
Surdos

UNI 015 - Libras Instrumental I

8 – EMENTÁRIO

8.1 – Disciplinas Obrigatórias do Ciclo Básico (Formação Específica)

ANTROPOLOGIA I

Código: CSO010	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Introdução à Antropologia	
EMENTA	
Introdução às principais vertentes que marcaram a constituição e a história da Antropologia, entre o fim do século XIX e o início da década de 1950. Os conceitos de cultura e de sociedade como matrizes do pensamento antropológico. Franz Boas e seus desdobramentos na escola cultural norte-americana. O estrutural-funcionalismo e a contribuição da Antropologia social britânica. A Escola Sociológica Francesa e suas influências no pensamento antropológico.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Método indutivo e relativismo cultural 2. Cultura e personalidade 3. Estrutura social e função 4. Parentesco, política e conflito social 5. Representação, classificação e reciprocidade	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BOAS, Franz. 2006. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar. BENEDICT, Ruth. 2013. Padrões de cultura. Petrópolis: Vozes. EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. 1978. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva. MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 (1922). Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural. MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify. MEAD, Margareth. 2009. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva. RADCLIFFE-BROWN, A.R. 1973. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes. BATESON, Gregory. Naven. 2008 (1936). São Paulo: Edusp. BATESON, Gregory. 1972. Steps to an ecology of mind. New Jersey/ London: Jason Arosen Inc. BEATTIE, John. 1977. Introdução à antropologia social. 2a. ed. São Paulo: Companhia Nacional. BOAS, Franz. 1940. Race, language and culture. New York: Macmillan. BOAS, Franz. 2010. A mente do ser humano primitivo. Petrópolis: Vozes. BENEDICT, Ruth. 1972. O crisântemo e a espada. São Paulo: Perspectiva. EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. 1985. Antropologia Social. Lisboa: Edições 70. EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. 2005 (1937). Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
EVANS-PRITCHARD, Edward Evans.; FORTES, Mayer. 1981. Sistemas políticos africanos. Lisboa: Calouste Gulbenkian. KUPER, Adam. 1977. The social anthropology of Radcliffe-Brown. London: Routledge & K. Paul KUPER, Adam. 1978. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves. KUPER, Adam. 2002. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc. KUPER, Adam. 2008 (2005). A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um mito. Recife: Ed. UFPE. PEIRANO, Mariza. 2006. A teoria viva e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: zahar.	

MALINOWSKI, Bronislaw. 1972. A vida sexual dos selvagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
MALINOWSKI, Bronislaw. 2001 (1935). Coral gardens and their magic. London and New York: Routledge.
MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.
MAUSS, Marcel. 2005. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva.
MEAD, Margareth. 1961. Adolescência y cultura in Samoa. Buenos Aires: Paidós.
MEAD, Margareth. 2001 (1975). Growing up in New Guinea. Perennial Classics.
STOCKING Jr., George (org.). 2004. Franz Boas: a formação da antropologia americana 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto/ UFRJ.

ANTROPOLOGIA II

Código: CSO042	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Antropologia I	
EMENTA	
Introdução ao pensamento antropológico desenvolvido entre as décadas de 1950 e 1970. O estruturalismo de Lévi-Strauss e sua influência na disciplina. A Escola de Manchester, as sociedades complexas e as ressignificações do funcionalismo britânico. Práticas rituais e simbolismos na antropologia. A antropologia interpretativa de Clifford Geertz. Estrutura e história em Marshall Sahlins. As relações de parentesco na sociedade contemporânea.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Análise estrutural 2. Movimentos, mudanças e conflitos sociais 3. Rituais, poder e liminaridade 4. Hermenêutica e a cultura como texto 5. Estrutura e história 6. Críticas ao parentesco	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
GEERTZ, Clifford. 1997. O saber local. Petrópolis: Vozes. LÉVI-STRAUSS, Claude. 1975. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. GLUCKMAN, Max. 1987. "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna". In: Feldmann-Bianco, B. (org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos. São Paulo: Global. TURNER, Victor W. 1974 (1969). O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes. DOUGLAS, Mary 1976. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva. DOUGLAS, Mary. 2007 (1986). Como as instituições pensam. São Paulo: EDUSP. DOUGLAS, Mary. 2006. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed UFRJ. DUMONT, Louis 1983. Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Seuil. DUMONT, Louis 1992. Homo hierarchicus: le système des castes et ses implications. Paris: Gallimard. GEERTZ, Clifford. 1989. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC. GEERTZ, Clifford. 1995. Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo. Petrópolis: Vozes. GEERTZ, Clifford. 2001. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Zahar. GEERTZ, Clifford. 2002. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Ed UFRJ. GEERTZ, Clifford. 2004. Observando o Islã. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
LEACH, Edmund R. 1964. Political systems of Highland Burma. Boston, Beacon Press. LÉVI-STRAUSS, Claude. 1976. Antropologia estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.	

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1976 (1966). O pensamento selvagem. São Paulo: Nacional.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. 1979. Tristes trópicos. Lisboa: Edições 70.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. 1986. O olhar distanciado. Lisboa: Edições 70.
 SAHLINS, Marshall. 1991. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar.
 SAHLINS, Marshall. 1979. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar.
 SAHLINS, Marshall. 2004. Cultura na prática. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
 SCHNEIDER, David M. 2016. Parentesco Americano: uma exposição cultural. Petrópolis: Vozes.
 TURNER, Victor W. 2005. Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Niterói: EdUFF.
 TURNER, Victor W. 2008 (1974). Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF.
 VAN GENNEP, Arnold. 2011. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes.

ANTROPOLOGIA III

Código: CSO043	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Antropologia II	

EMENTA

As perspectivas antropológicas a partir da década de 1980. Os usos das identidades e a diversidade cultural no mundo globalizado. Urbanidades, metrópoles e redes sociais. As críticas feministas e a política do ocidentalismo. Pós-modernismo e dilemas do texto etnográfico. Natureza, cultura e limites do pensar antropológico. Antropologia da ciência e das tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Razão cultural e a crítica política ao ocidentalismo
2. Cultura como texto: a crítica pós-moderna
3. Crítica às noções de sociedade e cultura
4. Relativismo e antropologia simétrica
5. Para uma antropologia “pós-social”

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASAD, Tal (ed.). 1973. Anthropology & the Colonial Encounter. London: Ithaca Press.
 BARTH, Frederik. 2000. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa.
 CLASTRES, Pierre. 1986. A sociedade contra o estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
 CLASTRES, Pierre. 2004. Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac e Naif.
 CLIFFORD, James. 2002. A experiência etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
 DAS, Veena. 2020. Vida e Palavras. São Paulo: Unifesp.
 DUARTE, Luiz Fernando Dias. 2004. A pulsão romântica e as ciências humanas no Ocidente. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 5-19.
 GELL, Alfred. 1998. Art and Agency. Oxford: Oxford University Press.
 GELL, Alfred. 2014. A antropologia do tempo: construções culturais de mapas e imagens temporais. Petrópolis: Vozes.
 HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). 1994. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura, Rio de Janeiro: Rocco.
 LATOUR, Bruno. 2015. Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Ed UFBA.
 LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. 1997. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
 ORTNER, Sherry. 2011. Teoria na antropologia desde os anos 60. Mana, v. 17, n.2, p. 419-466.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1998. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v.4, n.1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PEIRANO, Mariza. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
 RABINOW, Paul. 1999. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
 ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (orgs.). 1979. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 STOCKING Jr, George W. (ed.). 1991. *Post-Colonial Situations: Essays in the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. Madison: University of Wisconsin Press.
 STRATHERN, Marilyn. 2006 [1988]. *O gênero da dádiva*. Campinas: Ed. UNICAMP.
 STRATHERN, Marilyn. 2014. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac e Naify.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. "O nativo relativo". *Mana*, 8 (1): 113-148.
 VIVEIROS DE CATRO, Eduardo. 2013. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify.
 WAGNER, Roy. 2010 [1975] *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac e Naify.

ECONOMIA

Código: ECO034	Departamento: Economia
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O objetivo da disciplina é fornecer aos alunos instrumentos necessários à compreensão dos elementos básicos à introdução da teoria econômica, a partir de uma ampla visão dos conceitos e abordagens microeconômicas e macroeconômicas e suas extensões teóricas. Serão abordados conceitos fundamentais que regem os princípios econômicos e seus desdobramentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) Introdução
 - Conceito de economia;
 - Problemas econômicos fundamentais;
 - Análise positiva versus análise normativa;
 - Curva de Possibilidade de Produção;
 - Fluxo Circular da Renda;
 - Economia de Mercado.
- 2) Introdução à microeconomia
 - Conceito;
 - Hipótese de ceteris paribus;
 - Hipótese de racionalidade;
 - O indivíduo na ciência econômica – agente racional;
 - Classificação dos bens;
 - Papel dos preços relativos;
 - Objetivos da empresa.
- 3) As forças do mercado – Demanda, Oferta e Equilíbrio de mercado
 - Demanda de mercado;
 - Oferta de mercado;
 - Inclusão do governo;

- Elasticidades

4) Excedentes; Externalidades

- Excedente do consumidor;
- Excedentes dos produtores;
- Equilíbrio;
- Externalidades;
- Assimetria de Informação;
- Risco Moral

5) Introdução à macroeconomia

- Conceitos necessários à análise macroeconômica;
- Instrumentos de política;
- Estrutura de análise macroeconômica

6) Contabilidade social

- Princípios das Contas Nacionais;
- Economia de dois setores, três setores e aberta;
- PIB nominal;
- PIB real;
- Deflatores e índices.

7) Mercado de bens e serviços

- Introdução ao modelo IS-LM (teoria keynesiana);
- Uma interpretação clássica da Teoria Geral – John Hicks;
- Política Fiscal;
- Mundo real versus Mundo nominal;
- Inflação e desemprego – uma discussão sobre expectativas;

8) Mercado monetário

- Funções da moeda e tipos;
- Oferta de moeda;
- Demanda por moeda;
- Taxa de juros;
- Uma análise do sistema brasileiro – Regime de Metas e Novo Consenso Macroeconômico;

9) Setor externo

- Taxa de câmbio;
- Políticas externas;
- Estrutura do balanço de pagamentos.

10) Desenvolvimento e crescimento econômico

- Diferenças entre crescimento e desenvolvimento;
- Teorias do crescimento econômico;
- Teorias de desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIW, G. Introdução à economia. 8a Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, v. 6, 2018.

VASCONCELLOS, M. Economia: micro e macro, 6a Edição. São Paulo: Atlas, 2015.

GIAMBIAGI, Fabio et al. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Elsevier Brasil, 2013.

PINHO, D. & VASCONCELLOS, M. Manual de economia: equipe de professores da USP, 7a Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PEIRANO, Mariza. 1995. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Macroeconomia. Reverté, 2019.
VARIAN, Hal R. Microeconomia: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro, RJ-9a edição: Elsevier, 2015.

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

Código: CSO093	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O curso visa introduzir os alunos ao campo epistemológico da Antropologia, destacando suas origens, conceitos básicos e questões que desafiam a disciplina. A Antropologia no quadro das ciências, seus objetivos e perspectivas. A unidade da espécie humana e a diversidade cultural. O conceito de homem nos séculos XVIII e XIX. Etnocentrismo e colonialismo. As primeiras teorias e escolas do Século XIX.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Contexto histórico da Antropologia
2. Antropologia no campo das Ciências Sociais
3. A descoberta do outro: sociedades primitivas, colonialismo e imperialismo
4. Evolucionismo social e difusionismo
5. Crítica às teorias do século XIX

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAS, Franz. 2006. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar.
ESTEVES, Lenita Rimoli e AUBERT, Francis Henrik. 2008. "Shakespeare in the bush": História e tradução. Tradução e Comunicação - Revista Brasileira de Tradutores, no. 17, p. 135-159.
CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. São Paulo: Revista de Antropologia, USP, v.39, n.1.
CASTRO, Celso. 2005. Evolucionismo Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
DA MATTA, Roberto. 1987. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco.
GEERTZ, Clifford. 1993. "O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem". In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Eds, 1993(1973). pp. 45-66.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

INGOLD, Tim. 1995. "Humanidade e Animalidade". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 28, p. 39-53.
LAPLANTINE, François. 1988. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense.
LARAIA, Roque de Barros Laraia. 2005. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
MAFRA, Clara. A arma da cultura e os universalismos parciais. Mana 17(3): 607-624, 2011.
MILNER, Horace. O ritual do corpo entre os nacirema. (tradução para fins didáticos).

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA

Código: CSO110	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A disciplina pretende introduzir os(as) estudantes ao estudo da política abordando seus conceitos e teorias centrais, bem como o repertório de problemas e questões investigados no âmbito da teoria e da ciência política. Ao final do curso os(as) estudantes devem estar familiarizados com noções como as de poder, Estado, cidadania, representação e participação políticas e compreender os principais debates travados no âmbito da ciência política.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Poder, política e instituições.
2. Estado, cidadania e direitos.
3. Regimes políticos.
4. Representação e participação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BENDIX, R. 1996. Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp.
- BOBBIO, Norberto. "Política". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.) Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, pp. 954-962.
- BOBBIO, Norberto. "Poder". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.) Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, pp. 933-939.
- BOBBIO, Norberto. 1986. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto Bobbio. Teoria Geral da Política. Campus, 2000.
- BOBBIO, Norberto. (1980). A teoria das formas de governo. Brasília, UNB.
- CARNOY, Martin. "Marx, Engels, Lênin e o Estado", em: Estado e Teoria Política. Campinas: Papirus, 1990, p. 63-87.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 7-13; 219-229.
- DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó, SC: Argos, 2007, 590 p.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania. Do que estamos falando? In: MATO, Daniel (Org.) Políticas de ciudadanía en tiempos de globalización. Caracas: FACES, 2004, p. 95-110.
- DAHL, R. A. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 1997.
- DUVERGER, Maurice. "O objeto da Ciência Política". In: _____. Ciência Política. Teoria e Método. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 9-26. KAPLAN, Abraham e
- DUVERGER, Maurice. Os Regimes Políticos. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, pp. 7-62.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, São Paulo, nº36, 1995.
- HELD, David. "Participação, liberdade e democracia". Modelos de Democracia. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- LIMONGI, F. (1999), "Institucionalização política". In S. Miceli (org.), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), São Paulo, Sumaré/Anpocs.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MANIN, Bernard. (1995) "As Metamorfoses do Governo Representativo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 10, n. 29, p. 534.
- MARSHALL, T. 1967. "Cidadania e Classe social". In Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar.
- PASQUINO, Gianfranco. 2010. Curso de ciência política. Parede, Portugal: Príncipe Editora.
- PITKIN, Hanna (1983). "O Conceito de Representação", in: F. H. Cardoso e C. E. Martins (orgs), Política & Sociedade, São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- RIBEIRO, João Ubaldo. Política. Quem manda, por que manda, como manda. 3ª Ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 15-24.
- SARTORI, Giovanni. "O que é a política". In: Política. Pensamento Político. Brasília: Ed. UNB, p. 157-174.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. *Cadernos da UnB*, 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, p. 43-51.

SELL, Carlos Eduardo. "Ideologias políticas". Introdução à Sociologia Política. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 51-78.

WEBER, Max. "A política como vocação". In: Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1993. p. 55-64 (1); p.109-124.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Vol.2. Brasília: Ed. UNB, 1999 [Capítulo IX: Sociologia da dominação. Seções I e II], p. 187-233.

WEBER, Max. "Dominação". In F. H. Cardoso e C. E. Martins (orgs), Política & sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1983 : 9-20.

INTRODUÇÃO À CIÊNCIAS HUMANAS

Código: CREXXX	Departamento: Ciências da Religião
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A disciplina, de caráter introdutório, pretende apresentar ao discente as questões mais gerais sobre o lugar das Ciências Humanas no âmbito geral do conhecimento, especialmente do conhecimento científico. Com foco no desenvolvimento histórico das áreas do conhecimento hoje comumente incluídas na categoria das Ciências Humanas, esta disciplina tem por objetivo introduzir o discente nas principais discussões sobre o estatuto epistemológico das Humanidades, bem como sobre os desafios de se pensar conjuntamente cada disciplina em uma perspectiva multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria do Conhecimento: mito e logos, doxa e episteme;
2. A *physis* e o ser humano no pensamento da Antiguidade;
3. A formalização de disciplinas acadêmicas no Medievo: escolas, universidades e as artes liberais;
4. Relações pré-modernas entre episteme, autoridade e tradição; a modernidade e o declínio da autoridade da tradição: reforma protestante, a indução baconiana e o racionalismo cartesiano;
5. A crítica humeana à indução, o iluminismo e a abordagem kantiana da razão; romantismo e positivismo no século XIX; Dilthey e as *Geisteswissenschaften*;
6. As Ciências Sociais: Marx, Durkheim e Weber; as ideias de revolução e utopia;
7. O positivismo lógico no século XX e a abordagem popperiana de demarcação da ciência; Kuhn e a estrutura das revoluções científicas;
8. A superespecialização contemporânea e os desafios da interdisciplinaridade; Edgar Morin e o pensamento complexo.
9. Os dilemas da modernidade: modernidades múltiplas, colonialidade, decolonial;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BACON, Francis. *Novum Organum*; Nova Atlântida. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. Coleção Os Pensadores, v. XIII. São Paulo: Nova Cultural, 1973

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1996.

CHALMERS, Alan F. *O que é ciência afinal?* Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. Tradução de José Arthur Gianotti. In: COMTE, Auguste; DURKHEIM, Émile. Os Pensadores, v. XXXIII. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

DESCARTES, René. *Discurso do método*; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Junior. Coleção Os Pensadores, v. XV. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Margarida Garrido Esteves. In: COMTE, Auguste; DURKHEIM, Émile. *Os Pensadores*, v. XXXIII. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

HABERMAS, Jürgen. A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos estudos CEBRAP*, v. 18, 1987.

INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA

Código: GEOXXX	Departamento: Geociências
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Introdução à ciência geográfica. Base conceitual do estudo das dinâmicas socioambientais. Base conceitual do estudo das dinâmicas socioespaciais. A relação entre dinâmicas socioambientais e dinâmicas socioespaciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Espaço, sociedade e natureza: elementos para uma leitura geográfica de mundo
2. A produção do espaço
 - 2.1. Desenvolvimento geográfico desigual
 - 2.2. Espaço, técnica e trabalho na (re)produção da sociedade
 - 2.3. A geograficidade do processo de socialização da natureza
 - 2.4. A centralidade do território no enfrentamento do desafio ambiental
3. Paradigma do antropoceno e suas relações com a sociedade
4. A Natureza enquanto base material do capitalismo; abordagem em diferentes escalas
 - 4.1 Contradições no uso das águas e do substrato geológico e geomorfológico
 - 4.1.1 Transição energética, energia limpa e o Sul global
 - 4.1.2 Contradições no uso da terra: agronegócio e contradições no uso da terra
 - 4.2 Contradições do uso da terra na cidade e no campo
 - 4.3 Contradições do uso da terra na cidade e no campo
 - 4.4. Acesso desigual ao patrimônio ambiental, desigualdades socioespaciais
5. Trabalho de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: _____. *Viver no limite: território e multi/transteritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. *Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais*. In: _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Desenvolvimento geográfico desigual e produção do espaço*. In: _____. 17 contradições e o fim do capitalismo. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 312 p. ISBN 9788528613070.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p. (Coleção Milton Santos; 1). ISBN 9788531407130.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994. 190 p. (Geografia: teoria e realidade; 25). ISBN 8527102684.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

Código: CSO112	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

As origens da imaginação sociológica – Elementos históricos que configuram o surgimento da sociologia - capitalismo e modernidade - Os pressupostos do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais - Elementos do pensamento sociológico; analisar os múltiplos níveis dos fenômenos sociais e as conexões entre eles - O ofício do sociólogo no mundo contemporâneo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Os elementos históricos do surgimento da Sociologia – Capitalismo e Modernidade
2. Os pressupostos do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais
3. Configurações do pensamento sociológico - objetividade versus subjetividade
4. Elementos do pensamento sociológico - a estrutura social, os grupos sociais, a família, as classes sociais e os papéis que o indivíduo ocupa em sociedade.
5. O ofício do sociólogo e sua profissionalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIDDENS, A. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas. Uma visão humanística. Petrópolis, Editora Vozes, 1973.

MILLS, C. Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1972.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. São Paulo: LTC, 2006.

MARTINS, José de Souza. Uma sociologia da vida cotidiana – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. A sociologia como profissão pública no Brasil. Cad. CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 271-279, Aug. 2009.

COLLINS, Randall. O surgimento das Ciências Sociais. In: Quatro tradições sociológicas. Petrópolis: Vozes, 2009, pp. 13-48.

LINGUÍSTICA I

Código: LEC050	Departamento: Letras
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A Linguística como Ciência. Estudos linguísticos referentes à primeira metade do século XX. Estruturalismo europeu e norte-americano com ênfase na morfologia e fonologia em perspectiva teórica e de prática analítica.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A Linguística como Ciência 1.1. Breve histórico da Linguística: fase pré-científica, século XIX e fundação científica 1.2. Propriedades Gerais da Linguagem Humana e das Línguas Naturais 1.3. Linguagem Humana vs. Linguagem Animal e Linguagem Artificial 2. O Estruturalismo 2.1. Conceitos 2.2. Estruturalismo Saussuriano 2.3. O Círculo Linguístico de Praga 2.4. Estruturalismo Norte-Americano 3. Conceitos Básicos de Fonética e Fonologia 3.1. Fone, Fonema e Alofone 3.2. Transcrição Fonética 4. Conceitos Básicos de Morfologia 4.1. Morfe, Morfema e Alomorfe 4.2. Análise Mórfica	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CALLOU, D.; LEITE, Y. Iniciação à fonética e à fonologia. 7. ed. Revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. CARVALHO, C. de. Para compreender Saussure. Petrópolis: Vozes, 2003. FARIA, I. H. et al. (Orgs.) Introdução à linguística geral e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1996. FROMKIN, V.; RODMAN, R. Introdução à linguagem. Coimbra: Almedina, 1993. SILVA, Thaís Chritófaro. Fonética e Fonologia do Português. São Paulo: Contexto, 2002. SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, I. G. V. Linguística aplicada ao português: morfologia. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2000. WEEDWOOD, Barbara. História Concisa da Linguística. São Paulo: Parábola, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
COSERIU, E. O estruturalismo. In: _____. Lições de linguística geral. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980. MARTELOTTA, Mario Eduardo. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. MARTIN, R. Para entender a Linguística. São Paulo: Parábola, 2003. MONTEIRO, J. L. Morfologia portuguesa. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2002. ORLANDI, E. P. O que é linguística. São Paulo: Brasiliense, 1986. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2008	

POLÍTICA I

Código: CSO035	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Introdução à Ciência Política	

EMENTA

O curso aborda o pensamento político na Antiguidade; Maquiavel e a autonomia da política; o jusnaturalismo e as teorias contratualistas; liberalismo; republicanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O pensamento político na Antiguidade;
2. Maquiavel e o pensamento político moderno;
3. Jusnaturalismo;
4. Liberalismo;
5. Republicanismo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ARENDT, Hannah. 2008. *A promessa da política*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL.
- ARISTÓTELES. 1997. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. 3ed. Brasília: Editora UnB.
- BARKER, Sir Ernest. 1978. *Teoria política grega: Platão e seus predecessores*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB.
- BIGNOTTO, Newton. 1998. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso Editorial.
- BIGNOTTO, Newton. 1991. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Edições Loyola.
- BOBBIO, Norberto. 1980. *A teoria das formas de governo*. Tradução de Sérgio Bath. 3ed. Brasília: Editora UnB.
- BURCKHARDT, Jacob. 1991. *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras.
- COULANGES, Fustel. 2002. *A cidade antiga*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret.
- DANTE. 1979. *Da monarquia*. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Pensadores)
- FINLEY, Moses I. 1988. *Democracia antiga e moderna*. Tradução Waldéa Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal.
- HOBBS, Thomas. 1999. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural.
- JAEGGER, Werner. 2003. *Paidéia: a formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Parreira. 4ed. São Paulo: Martins Fontes.
- KOYRÉ, Alexandre. 1988. *Introdução à leitura de Platão*. Tradução de Helder Godinho. Lisboa: Editorial Presença.
- LOCKE, John. 2005. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes.
- LUTERO, Martinho. 1995. *Sobre a autoridade secular*. São Paulo: Martins Fonte.
- MADISON, James; HAMILTON, Alexander e JAY, John. *Os artigos federalistas 1787- 1788*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MAQUIAVEL, Nicolau. 1979. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB.
- MAQUIAVEL, Nicolau. 1999. *O príncipe*. Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural. (Col. Os Pensadores).
- MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*, Col. Os Pensadores, Abril Cultural.
- PLATÃO. 2007. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 10ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre as origens da desigualdade entre os homens (Os Pensadores)*.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. 2011. *Do contrato social ou Princípios do direito político*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras.

SKINNER, Quentin. 1996. As fundações do pensamento político moderno. Tradução Renato Janine e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

WOLFF, Francis. 1999. Aristóteles e a política. Tradução de Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial.

VERNANT, Jean-Pierre. 1986. As origens do pensamento grego. Tradução de Ísis Borges da Fonseca. 5ed. Rio de Janeiro: DIFEL.

POLÍTICA II

Código: CSO039	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Política I	

EMENTA

Democracia e governo representativo na modernidade; Liberalismo, conservadorismo, o Estado na filosofia política moderna; Marx e a crítica ao pensamento político moderno; teorias das elites;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Democracia;
2. Governo representativo;
3. Estado, direito e liberdade;
4. Marx e a crítica ao pensamento político moderno;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABENSOUR, Miguel. 1998. A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BOBBIO, Norberto. 1991. Estudos sobre Hegel: direito, sociedade civil e Estado. Tradução de Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense; Editora UNESP.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. 1986. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. Editora Brasiliense, 2000.

BURKE, Edmund. 2012. Reflexões sobre a Revolução na França.

CONSTANT, Benjamin. 1985. Da Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos. Discurso pronunciado no Athénée Royal de Paris, 1819.

KANT, Immanuel, [1784] 1986. Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo Terra. São Paulo: Editora Brasiliense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARX, Karl. 2010. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2007. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2011. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2011. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. 1998. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo.

MILL, John. Stuart. 1981. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Ed. UnB.

QUIRINO, Célia (Org.) 1980. O pensamento político clássico. São Paulo: Quieroz Ed.
TAYLOR, Charles. 2005. Hegel e a sociedade moderna. Tradução de Luciana Pudenzi. São Paulo: Edições Loyola.
TOCQUEVILLE, Alexis de. 1977. A democracia na América, Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia.
WOLLSTONECRAT, Mary. 2016. Reivindicação dos direitos da mulher. São Paulo: Boitempo.

POLÍTICA III

Código: CSO040	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Política II	

EMENTA

Teoria das elites. Pluralismo; multiculturalismo; representação, participação e deliberação; teorias da justiça; feminismo. Populismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria das elites
2. Pluralismo
3. Multiculturalismo
4. Teorias da justiça
5. Representação, participação e deliberação
6. Populismo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. 1986. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
DAHL, Robert Alan. 2011. A democracia e seus críticos. São Paulo, WF, Martins Fontes.
DOWNS, Anthony. 1999. Teoria econômica da democracia. São Paulo, EDUSP.
FRASER, Nancy. 2007. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia Mattos (Org.) Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume.
HABERMAS, Jurgen. 1997. Direito e democracia. Entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
HOLLANDA, Cristina Buarque de. 2011. Teoria das elites. Rio de Janeiro: Zahar.
HONNETH, Axel. 2007. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia Mattos (Org.) Teoria crítica no século XXI.. São Paulo: Annablume.
MANIN, Bernard. 1995. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp. 5-34.
MIGUEL, Luis F. e BIROLI, Flávia. (2014). Feminismo e política: uma introdução. Boitempo Editorial. Introdução.
MOUFFE, Chantal. 2005. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, p. 11-23.
MOUNK, Yascha. 2019. O povo contra a democracia. Por que nossa liberdade corre risco e como salvá-la. São Paulo: Cia das Letras.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NOZICK, Robert. 1991. Anarquia, Estado e utopia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
PATEMAN, Carole. 1992. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
PHILLIPS, Anne. 2001. De uma política de ideias a uma política de presença. *Estudos feministas*. São Paulo, Ano 9: 268-290.
PINTO, Ricardo. 2001. Uma introdução ao neo-republicanismo. *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 461-485.

RAWLS, John. 2000. O Liberalismo Político. São Paulo: editora Ática.
 ROSANVALLON, Pierre. 2021. *O século do populismo: história, teoria, crítica*. São Paulo: Ateliê de Humanidades.
 SANDEL, Michael. 2012. Justiça. O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
 SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. RJ, Fundo de Cultura.
 WEBER, Max. 2004. *Ciência e Política: Duas Vocações*. 12. ed. São Paulo: Cultrix.
 WOOD, Ellen Meiksins. 2003. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo.

PSICOLOGIA E CULTURA

Código: PSI060	Departamento: Psicologia
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica

Pré-requisitos: Não há

EMENTA

Avaliação crítica do conceito de natureza humana e cultura. Reavaliação das teorias da personalidade a partir da contribuição da Antropologia Cultural. Estudo da interação sujeito e cultura contextualizada e globalizada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I - A psicologia na cultura pós-moderna

- 1.1. A Psicologia da cultura.
- 1.2. Uma postura reflexiva sobre o conceito de cultura.
- 1.3. O pensamento pós-moderno na prática da psicologia e cultura.

Unidade II - Natureza Humana e Cultura

- 2.1. A noção de sujeito - do sujeito biológico ao sujeito da cultura.
- 2.2. Mediações Simbólicas : a imagem como vínculo social.
- 2.3. Produção de Subjetividade e individualidade..
- 2.4. A cultura, ócio e consumo.

Unidade III - Cultura, Identidades e Representações

- 3.1. Modernidade, pluralismo e crise de sentido.
- 3.2. A Construção Social da ambivalência na pós-modernidade.
- 3.3. Vínculos de pertinência na cultura, família, país, nação.

Unidade IV - A importância das representações na psicologia e cultura

- 4.1. Negociando a diferença - o imaginário brasileiro.
- 4.2. A alteridade como produto e processo psicossocial e sua construção.
- 4.3. Redescobrimo o outro - alteridade e representações sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AUGRAS, M. A. Psicologia e cultura. Rio de Janeiro: Nau, 1995
 MARTINS, F. (org.) Para Navegar no Século XXI. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
 GUATARRI, Felix et. al. Micropolítica - Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
 MAFEEESOLI, Michel. Mediações Simbólicas : a imagem como vínculo social. In : Martins, F. (org.) Para Navegar no Século XXI. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
 SCHNITMAN, D. F. Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1995.
 BERGER, P. y LUCKMANN, T. Modernidad, pluralismo y crisis de sentido. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.
 SCHNITMAN, D. F. Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
 ARRUDA, Ângela (org.). Representando a Alteridade. Petrópolis: Vozes, 1998.
 SPINK, M. J. (org.) - O Conhecimento no cotidiano. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

SOCIOLOGIA I

Código: CSO001	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Introdução à Sociologia	
EMENTA	
O curso pretende apresentar as contribuições teóricas, conceituais e epistemológicas de dois dos denominados "clássicos" da sociologia: Karl Marx e Émile Durkheim. Trata-se de esclarecer o papel de cada um deles no tocante ao surgimento, ao desenvolvimento e ao estabelecimento de uma disciplina científica autônoma dotada de instrumentos específicos de apreensão da realidade social a fim de problematizar tanto sua interrelação com os demais ramos das ciências humanas, quanto o significado atual do legado da tradição sociológica. Analisar as colaborações teóricas dos citados fundadores da sociologia e as correntes centrais assentadas no holismo metodológico que deram forma ao pensamento sociológico.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Durkheim e a Escola Francesa de Sociologia: a institucionalização de um saber metodologicamente delimitado. 2. Para uma sociologia da Revolução: Marx e o estabelecimento do Materialismo Histórico-Dialético.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
DURKHEIM, Émile, <i>Da Divisão do Trabalho Social</i>, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1995. DURKHEIM, Émile, <i>As Regras do Método Sociológico</i>, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1999. DURKHEIM, Émile, <i>O Suicídio</i>, São Paulo, Martins Fontes, 2000. DURKHEIM, Émile, <i>As Formas Elementares da Vida Religiosa</i>, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 2000. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, <i>História</i>; São Paulo, Coleção Grandes Cientistas Sociais, Editora Ática 3.ª edição, 1989.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, <i>Manifesto Comunista</i>. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. MARX, Karl. <i>O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte</i>. São Paulo, Coleção Os Pensadores XXXV, Editora Abril Cultural, 1974. MARX, Karl. <i>O Capital: Crítica da Economia Política</i>. São Paulo, Coleção Os Economistas, Editora Abril Cultural, Volume I, Tomo 1., 1983. MARX, Karl. <i>Sobre a questão judaica</i>. São Paulo, Boitempo editorial, 1.ª edição revista, 2010, pp. 31-60.	

SOCIOLOGIA II

Código: CSO002	Departamento: Ciências Sociais
----------------	--------------------------------

Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Sociologia I	
EMENTA	
O curso visa dar continuidade à discussão sobre os “clássicos” na teoria sociológica; na primeira parte apresenta a contribuição de Max Weber para a sociologia, com ênfase no método, nos principais conceitos, temas e argumentos teóricos; na segunda parte, o curso apresenta o debate contemporâneo a respeito do lugar dos “clássicos” na disciplina, dos processos de consagração e de novas alternativas que podem ser abertas no repertório de textos clássicos na disciplina.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1) Religião, conduta de vida e capitalismo na obra de Max Weber 2) A sociologia política e os tipos de dominação 3) Os conceitos sociológicos fundamentais e a teoria da ação em Weber 4) Problematizando os clássicos, sua importância e sua seletividade 5) Novos clássicos na teoria sociológica	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, 2v. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. WEBER, Max. Ética econômica das religiões mundiais: Ensaio comparado de sociologia da religião. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2016. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2005. SCHLUCHTER, Wolfgang. O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social. Lisboa: Editorial Presença, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. Em: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Eds.). Teoria social hoje. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. BAEHR, P. Founders, classics, canons: modern disputes over the origins and appraisal of sociology’s heritage. New Brunswick (U.S.A.) London (U.K.): Transaction, 2016. BHAMBRA, G. K.; HOLMWOOD, J. Colonialism and modern social theory. Cambridge ; Medford, MA: Polity, 2021. DAFLON, Verônica T.; SORJ, Bila. Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismo no século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2021. CASTRO, Celso. Além do cânone: ampliar e diversificar as ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.	

SOCIOLOGIA III

Código: CSO003	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Sociologia II	
EMENTA	

A disciplina tem como objetivo introduzir o/a aluno/a de graduação no estudo sobre os modos como a Sociologia contemporânea tem tratado alguns dos grandes temas como: ação e estrutura; micro e macro processos; vida social e interação; crítica e indústria cultural; teoria relacional e teoria processual; relações de poder.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estrutural funcionalismo e Teoria Sistêmica
2. Escola de Frankfurt
3. Escola de Chicago e o Interacionismo Simbólico
4. Sociologia processual/configuracional de Norbert Elias
5. Sociologia relacional de P. Bourdieu

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max (orgs.). Temas Básicos da Sociologia. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.
- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARAUJO, Cícero; WAIZBORT, L. Sistema e Evolução na Teoria de Luhmann. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 47, p. 179-186, 1999.
- BECKER, H. 1996 "Conferência: a escola de Chicago", Mana – Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, vol. 2(2): 177-188.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994, p.165-197.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. O problema da sociologia do conhecimento. In: A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1985, p.11-35.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana. In: A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1985, p.35-69.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005 p.59-75.
- BOURDIEU, P. Espaço Social e gênese das classes. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005, p.133-163.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005, p.7-17.
- BOURDIEU, P. O senso prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ELIAS, N. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: Escritos e Ensaios: Estado, Processo e Opinião Pública. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, p. 21-35.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ELIAS, N. Ensaio Teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: Estabelecidos e Outsiders. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2000, p. 19-51.
- ELIAS, N. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: Escritos e Ensaios: Estado, Processo e Opinião Pública. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, p. 197-233
- EUFRÁSIO, M.E "O desenvolvimento da sociologia nos Estados Unidos". In: Eufrásio, Mario A. (org.). Estrutura Urbana e Ecologia Humana. Ed.34. São Paulo, Departamento de Sociologia, 1999, pp. 15-45.
- GOFFMAN, E. Acalmando o otário: alguns aspectos de adaptação à falha. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, pp. 195-211, 2009
- GOFFMAN, I. Estigma e identidade social. In: Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, p.4-37.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: Teoria Social Hoje. Org: Giddens, A; Turner, J. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.127-175.

MÜNCH, Richard. A Teoria Parsoniana Hoje: A Busca de uma nova síntese. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. Teoria Social Hoje, Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p.175-228.

PARSONS, Talcott. [1965]. "Cidadania plena para o americano negro? Um problema sociológico". Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 8, 22, 1993, p. 32-61.

8.2 – Disciplinas Obrigatórias da Formação Complementar

ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Código: CSO123	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Panorama da antropologia produzida no Brasil, de modo a apreender suas especificidades e tendências. O processo de constituição e institucionalização da disciplina. O lugar da Antropologia nos debates sobre a nação. Multiculturalismo e diversidade na sociedade brasileira. A Antropologia no Brasil e a Antropologia do Brasil.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Estudos sobre o negro no Brasil: relações raciais e cultura 2. Sociedades indígenas e indigenismo 3. Comunidades rurais, cultura e campesinato 4. Estudos urbanos, cultura popular e a interpretação do Brasil 5. O campo religioso e as fronteiras da alteridade	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. 1993. Guerra e Paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre na década de 30. Rio de Janeiro: Editora 34. BASTIDE, Roger. 1973. Estudos afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva. CANDIDO, Antonio. 1964. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1987. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense. CORREA, Mariza. 2003. Antropólogas e antropologia. Belo. Horizonte: Editora UFMG. DAMATTA, Roberto, 1997. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco. FERNANDES, Florestan. 1975. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes. FREYRE, Gilberto. 1980 (1930). Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: José Olympio. GALVÃO, Eduardo, 1955. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá – Baixo Amazonas. São Paulo: Nacional.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
GALVÃO, Eduardo, 1955. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá – Baixo Amazonas. São Paulo: Nacional. GROSSI, Miriam; TASSINARI, A.; RIAL, C. 2006. Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra. MELATTI, Julio Cezar. 1986-1990. A Antropologia no Brasil: um roteiro. BIB, 15-19, p. 123-211. MICELI, Sergio. (org). 2001. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Sumaré. OLIVEIRA, Roberto C. 1988. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Paulo: Edusp. PEIRANO, Mariza. 1992. Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas. Brasília: UnB. RIBEIRO, Darcy. 1995. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. TRAJANO FILHO, W. & RIBEIRO, G. L. (orgs). 2004. O campo da Antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: ContraCapa/ABA.	

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1999, "Etnologia Brasileira", in MICELI, S. (org.), As Ciências Sociais no Brasil: tendências e perspectivas. São Paulo: Sumaré, ANPOCS; Brasília, CAPES, p. 109-223.
WAGLEY, Charles, 1977 (1953). Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Nacional; Brasília: INL.

ECONOMIA BRASILEIRA

Código: ECO035	Departamento: Economia
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O curso tem como objetivo fornecer instrumental conceitual capaz de possibilitar a formação de profissionais com conhecimento e visão crítica em relação à história econômica do Brasil a partir do período da economia cafeeira, até o período do governo Bolsonaro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos básicos de economia
 - a. Inflação
 - b. Regimes Cambiais
 - c. Setor externo
 - d. Política Monetária
 - e. Política Fiscal
2. Economia Cafeeira, Industrialização e Era Vargas
 - a. A economia cafeeira e a crise de 1929
 - b. O Processo de Substituição de Importações
 - c. Papel da agricultura na indústria do país.
 - d. O governo Vargas
3. O Governo JK e o período de instabilidade
 - a. O Plano de Metas
 - b. Política cambial e os instrumentos de apoio financeiro ao crescimento intensivo
 - c. Período de instabilidade - 1961/63
4. Reformas, Endividamento e o Milagre Econômico
 - a. Desequilíbrios e pontos de estrangulamento na economia brasileira
 - b. O Plano Trienal
 - c. O período de reajuste (1964/67)
 - d. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): diagnóstico e resultados.
 - e. O período do Milagre - expansão da economia
5. O II PND e a crise da dívida
 - a.1 O II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND
 - b.2 A crise do petróleo de 1979
 - c. A crise da dívida
 - d. O processo de ajustamento estrutural da economia brasileira dos anos 1980
 - e. A nova República
6. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação
 - a. A moratória da dívida externa de 1987

7. Reformas Liberalizantes e estabilização

- a. Globalização financeira e produtiva
- b. Abertura da economia brasileira, redefinição dos papéis do Estado e políticas de estabilização.
- c. Plano Real, política monetária e cambial: da âncora cambial ao regime de metas
- d. Crises externas financeiras da década de 1990 e seus impactos sobre a economia brasileira

8. A era PT

- a. A política econômica do governo Lula
- b. A crise financeira internacional de 2008, seus impactos e desdobramentos na economia brasileira
- c. O governo Dilma: da reorientação da estratégia de desenvolvimento ao impeachment

9. O governo Bolsonaro

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Abreu, Marcelo de Paiva. A Ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889–1989. Org. por Marcelo de Paiva Abreu. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Cap. 3, pp. 73–104.

Alvarenga, Junior Marcio, Mattos, Fernando Augusto Mansor de . A Política Econômica nos Anos 1930: Evidências de uma Heterodoxia Consciente.

Disponível em: <https://seer.ufjf.br/AnaliseEconomica/article/view/41991/34915>

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP/IE-UNICAMP, 2002

Castro, Antônio Barros de e Souza, Francisco Eduardo Pires de. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1985

Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/livros/a_economia_brasileira_em_marcha_forcada.pdf

Fishlow, Albert. “Origens e consequências da substituição de importações no Brasil”. Estudos Econômicos, v. 2, n. 6 (dez. de 1972), pp. 7–75.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/143264>

Furtado, Celso. Formação econômica do Brasil. 24a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

Disponível

em:

<https://docente.ifrn.edu.br/eduardojanser/disciplinas/economia-brasileira-comex/livro-formacao-economica-do-brasil-celso-furtado/view>

GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. Economia Brasileira Contemporânea (1945- 2015). 3a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. Disponível em: Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod_resource/content/1/GIANBIAGI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%A2NEA%2C%20A%20ED_.pdf

VERSIANI, F. R; VERSIANI, M. T. A industrialização brasileira antes de 1930: Uma contribuição(*). Estudos Econômicos, v. 5, n. 1, p. 37-63, 1975. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/147377>

LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento 1974-76 Sonho e Fracasso, 1998

Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/A-estrategia-de-desenvolvimento.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TAVARES, Maria Conceição. Da substituição de Importações ao capitalismo Financeiro.1972

Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/627874/mod_resource/content/1/Tavares%20PSI.pdf

TAVARES, Maria Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. 1998

Disponível

em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Acumulacao-de-capital-e-industrializacao-no-Brasil1.pdf>

TAVARES, Maria Conceição. Ciclo e Crise: O movimento recente da industrialização brasileira. 1998 Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Ciclo-e-crise.pdf>

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, 1959 (Capítulos 30, 31 e 32)

Disponível

em:

<https://docente.ifrn.edu.br/eduardojanser/disciplinas/economia-brasileira-comex/livro-formacao-economica-do-brasil-celso-furtado/view>

CARNEIRO, Ricardo, Baltar, Paulo, SARTI, Fernando (Orgs.) Para além da política econômica. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. (Capítulo 7)
Disponível em:
<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/para-alem-da-politica-economica.pdf>
Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; v.2; total 924 p. Disponível em :
https://www.cgее.org.br/documents/10195/734063/PDE_V1_Web_08082014_17244.pdf/098f5af4-31be-4e46-a08d-a32c335facdc?version=1.2
ARAÚJO e MATTOS. A economia Brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações. Org Vitor Leonardo de Araújo e Fernando Mattos Mansor de Mattos, 2021
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. (1998)
Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Desequilibrio-regionais-e-concentracao-industrial-no-Brasil.pdf>
BELLUZZO, L.G. E ALMEIDA, J.S. Depois da queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
TAVARES, M.C.; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o ciclo de desenvolvimento recente do Brasil. In BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. vol. 2. (pp 589-608) Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4662783/mod_resource/content/1/cepal%2050%20anos%20vol%202.pdf
SARTI, F e HIRATUKA, C. Desenvolvimento Industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. Texto para discussão. IE/ UNICAMP, n 187, janeiro 2011
OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista. 1981
Disponível em:
[file:///D:/Arquivos%20de%20Usu%C3%A1rio/Downloads/Francisco%20de%20Oliveira%20%20Cri%C3%A7%C3%A3o%20da%20Economia%20Brasileira%20O%20ornitorrinco-Boitempo%20Editorial%20\(2015\).pdf](file:///D:/Arquivos%20de%20Usu%C3%A1rio/Downloads/Francisco%20de%20Oliveira%20%20Cri%C3%A7%C3%A3o%20da%20Economia%20Brasileira%20O%20ornitorrinco-Boitempo%20Editorial%20(2015).pdf)

ELEMENTOS DE ESTATÍSTICA

Código: EST001	Departamento: Estatística
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Fornecer conhecimentos básicos de análise exploratória de dados e inferência estatística.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1- Conceitos básicos. 2- Representação tabular brasileira. 3- Representação de gráficos: gráficos de setor, gráficos de linha, gráficos pictóricos, gráficos de barras e histograma. 4- Medidas de tendência central: média aritmética simples, média aritmética ponderada, mediana, quartis, decis, percentis. 5- Medidas de dispersão: desvio padrão, desvio médio, intervalo, interquartil. 6- Medidas de assimetria e curtose. 7- Noções de cálculo e probabilidade: introdução, conceitos axiomáticos de probabilidade.	

8- Distribuição normal de probabilidades: modelo normal, propriedades, aplicações.
9- Teste de hipótese de trabalho.
10- Teste de qui- quadrado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FONSECA, J. S. & MARTINS, G. A. Curso de Estatística. Atlas, 1993.
MORETIN, P. & BUSSAB, W. Estatística Básica. São Paulo: Atual, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VIEIRA, S. Introdução á Bioestatística. 2a ed. Ed. Campus, 1991.
WONNACOTT, T. H. & WONNACOTT, R. J. Introdução a Estatística. Rio de Janeiro: LCT, 1980.

ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Código: EST010	Departamento: Estatística
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Estudo das probabilidades; Amostragem e populações com aplicação às ciências sociais; Teoria da inferência estatística; Teoria do ajustamento de dados; Noções de estatística computacional.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Introdução 1.1 Experimento aleatório e espaço amostral 1.2 Eventos 1.3 Teorema das Probabilidades 1.4 Eventos Dependentes e Independentes 1.5 Teorema de Bayes 2 Variáveis Aleatórias 2.1 Função de Probabilidade 2.2 Variáveis aleatórias discretas e contínuas 2.3 Propriedades da média, desvio padrão e variância 3 Amostragem e Populações 3.1 Amostragem não probabilística e amostragem probabilística 3.2 Amostragem com e sem reposição 3.3 Critérios de seleção de amostras 3.4 Análise de parâmetros amostrais 4 Teoria da Estimção Estatística 4.1 Limites e coeficientes 4.2 Estimativa de parâmetros populacionais 4.3 Tamanho de amostras e suas estatísticas 5 Teoria da Decisão 5.1 Hipóteses estatísticas e testes de hipóteses 5.2 Erros do Tipo I e II 5.3 Testes unilaterais e bilaterais 6 Testes Paramétricos e Não-Paramétricos	

- 6.1 Testes que envolvem a distribuição normal
- 6.2 Teoria das pequenas amostras
- 6.3 Estatística ou razão de Snedecor
- 6.4 Comparação múltipla de médias (Teste de Tukoy)
- 6.5 Teste de Scheffe
- 7 Teste de Qui-Quadrado
- 7.1 Frequências Teóricas e observadas
- 7.2 Tabelas de Contingência e Aplicação do teste
- 8 Ajustamento de Dados
- 8.1 Ajustamento Linear
- 8.2 Método dos mínimos quadrados
- 9 Teoria da Correlação
- 9.1 Medidas de Correlação linear
- 9.2 Noções de Regressão
- 9.3 Correlação linear e ordinal

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HOEL, Paul. Estatística Elementar. São Paulo: Editora Atlas, 1981.
LEVIN, Jack. Estatística Aplicada às Ciências Humanas. São Paulo: Haper & Row do Brasil, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SIEGEL, Sidney. Estatística Não-Paramétrica. São Paulo: McGraw Hill, 1975.

INSTRUMENTOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Metodologia da Pesquisa Sociológica	
EMENTA	
Inventariar os elementos constitutivos do ethos e prática profissional nas Ciências Sociais, privilegiando os produtos da atividade profissional nas três áreas: Ciência Política, Antropologia e Sociologia.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Discussão sobre a profissionalização nas Ciências Sociais – Código de Ética Profissional, Registro em Carteira no Código Brasileiro de Ocupações; Requerimento de registro profissional da categoria; 2. Orientação dos direitos internacionais, constitucionais e infraconstitucionais que asseguram reconhecimento formal da autoafirmação identitária coletiva, a regularização dos territórios, o direito de consulta livre, prévia e informada quanto a medidas, ações e empreendimentos que podem impactar territórios e modos de vida; 3. Os elementos constitutivos de um relatório de socioeconomia, as bases dos instrumentos metodológicos para aferição de dados; 4. A reflexão sobre o conceito de perícia antropológica: laudo, relatório, parecer; o campo de formação, de atuação profissional e o papel das instituições envolvidas; os documentos que norteiam e atualizam o debate; 5. Marketing político e pesquisa eleitoral – configurações metodológicas qualitativas.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- RIBEIRO, A. M. Anos 1990 e a sociologia como profissão. In: RIBEIRO, A. M. e FILHO, M. M. (orgs) O espaço do sociólogo: um balanço de trinta anos. Vitória, ES : EDUFES, 2019.
- MARTINS, R. A profissionalização das Ciências Sociais no Brasil: o dilema permanente. CAMPOS, M. et all (orgs). Sociologia, Antropologia e Ciência Política: temas emergentes. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 11-26.
- BONELLI, Maria da Glória. "O mercado de trabalho dos cientistas sociais". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº25, ano 9, junho de 1994. Pág.: 110-126.
- QUARESMA, L. A. Construção de um ethos: pistas para profissionalização dos sociólogos em contexto não acadêmico. Revista da Associação Portuguesa de Sociologia, n. 09, 2015.
- MINEIRO, J. Ciência, profissão e empregabilidade: três teses sobre a relação entre a sociologia e o mercado de trabalho. Revista da Associação Portuguesa de Sociologia, n. 09, 2015.
- MUNANGA, Kabengele. A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho. Revista de Antropologia, n. 56, v.1, 2013, p. 485-504.
- MARENCO, André. Ciência Política como vocação: Profissionalização de doutores em Ciência Política no Brasil, 1996-2014. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 523-544, Dec. 2019.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum". In: Terra de quilombo, terras indígenas, "babaquais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM. 2014, pp. 125-131.
- _____. 2008. Peritos e perícias: Novo capítulo de (des)naturalização da antropologia. A luta contra positivistas e contra o empirismo vulgar. In: SILVA, Glaucia et all. (Orgs.). Antropologia Extramuros – nova responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15, p. 45-50.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Impressões sobre o ofício do etnógrafo em face da confecção de relatórios técnicos ou laudos periciais. In: João Pacheco de Oliveira, Fabio Mura e Alexandra Barbosa da Silva (Orgs.). Laudos antropológicos em perspectiva. Brasília-DF: ABA, 2015, p. 262-274.
- SILVA, Aracy L. 1994. Há Antropologia nos Laudos Antropológicos? In: SILVA, Orlando; LUZ, Lídia; HELM, Cecília Maria. (Orgs.) A Perícia Antropológica em Processos Judiciais. Florianópolis: Edufsc, p. 60-66.
- MAGALHÃES, Raul Francisco e VEIGA, Luciana Fernandes. Manipulações cognitivas da política: o eleitor comum diante da campanha presidencial de 1998. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.) Marketing político e persuasão eleitoral. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000 p.205 – 231.
- VEIGA, Luciana e GONDIM, Sonia Maria Guedes. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. Opinião Pública, Campinas, V. VII, n. 01, 2001, p. 1-15.

LABORATÓRIO DE EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 120 horas	Modalidade: Extensão
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A disciplina tem por objetivo o desenvolvimento de atividades extensionistas através da participação discente nos diferentes projetos de extensão, bem como seminários, cursos e oficinas, coordenados pelos professores do departamento de Ciências Sociais procurando promover atividades práticas que visem a aproximação dos discentes, como representantes da universidade, com outros setores da sociedade civil.	

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 120 horas	Modalidade: Extensão
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão 2. Processos pedagógicos participativos: a relevância acadêmica da extensão na formação discente 3. Troca de saberes: as interfaces entre conhecimento popular e conhecimento científico 4. O valor da vivência como experiência pedagógica 5. A integração entre a formação profissional e as necessidades sociais locais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018. BERNHEIM, Carlos Tunnermann; CHAUI, Marilena. Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento Brasília: UNESCO, 2008. DAGNINO, Renato. Como É a Universidade de que o Brasil Precisa? Avaliação, Campinas, Unicamp, v. 20, n. 2, p. 293-333, 2015. DIAS SOBRINHO, José. Universidade e Novos Modos de Produção, Circulação e Aplicação do Conhecimento. Avaliação, Campinas, Unicamp, v. 19, n. 3, p. 643-662, 2014. FAGUNDES, José. Universidade e Compromisso Social: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Editora Unicamp, 1985. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983. GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986. LEHER, Roberto. Para Silenciar os Campi. Educação e Sociedade, Campinas, Unicamp, v. 25, n. 88, p. 867-891, 2004. MARQUES, Waldemar. Expansão e Oligopolização da Educação Superior no Brasil. Avaliação, Campinas, Unicamp, v. 18, n. 1, p. 69-83, 2013. MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001. MELO NETO, José Francisco (Org.). Extensão Universitária: diálogos populares. Recife: Editora Universitária, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e Faces da Extensão Universitária: rotas e concepções. Revista Ciência em Extensão, São Paulo, Unesp, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015. PAULA, João Antônio. A Extensão Universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, UFMG, Belo Horizonte, n. 1, p. 5-23, 2013. REIS, Renato Hilário. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. Linhas Críticas, Brasília, UnB, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996. SERRANO, Maria Souto Maior. Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013. SILVA, Maria das Graças. Universidade e Sociedade: cenários da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 1-4 set. 2000. P. 1-26. SOUZA, Ana Luísa Lima. A História da Extensão Universitária Campinas: Editora Alínea, 2010	

LITERATURA BRASILEIRA

Código: LEC102	Departamento: Letras
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Estudo panorâmico da Literatura Brasileira através da leitura de textos representativos de temas e problemas relacionados à formação desse sistema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Narrativas de fundação
2. O sistema e a formação da literatura brasileira
3. Nação e cultura brasileira

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDERSEN, Benedict. Comunidades imaginadas. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
 ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. Porto Alegre: Mercado aberto, 1999.
 BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
 BENJAMIN, Walter. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2000.
 BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
 CAMPOS, Haroldo de. Metalinguagem e outras metas. São Paulo: Perspectiva, 2004.
 CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006.
 COUTINHO, Afrânio. Conceito de literatura brasileira. Petrópolis: Vozes, 2014.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de literatura colonial. São Paulo: Brasiliense, 2000.
 SANTIAGO, Silviano. Uma literatura nos trópicos. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
 TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda europeia e modernismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
 BRADBURY, Malcolm. O mundo moderno. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
 BELLUZO, Ana Maria. Modernidade: Vanguardas artísticas na América Latina. São Paulo: Unesp, 1990.
 CANDIDO, Antonio. A educação pela noite. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006.
 CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac y Naify, 2003.
 COHN, Sérgio (org). Poesia.br. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.
 GLEDSON, John. Machado de Assis: Ficção e história. São Paulo: Paz e terra, 2003.
 HALL, Stuart. Identidade cultural na pós – modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
 FRIEDRICH, Hugo. Estrutura da lírica moderna. São Paulo. Duas cidades. 1991.
 LAFETÁ, João Luiz. 1930–a crítica e o modernismo. São Paulo: Ed. 34, 2003.

METODOLOGIA DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA

Código: CSO	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 90 horas	Modalidade: Teórico-Prática

Pré-requisitos: Não há

EMENTA

O curso tem por objetivo apresentar e discutir as questões relacionadas às diferentes metodologias e técnicas de pesquisa utilizadas em Antropologia. A importância da pesquisa de campo e da etnografia para o desenvolvimento da disciplina antropológica. Vicissitudes e dilemas da observação participante em Antropologia. A utilização das entrevistas em profundidade e da história de vida na disciplina. Pesquisa de campo em arquivos e documentos. O uso do audiovisual na pesquisa antropológica. As novas tecnologias e os dilemas da etnografia. Como atividade prática, serão propostos exercícios de pesquisa de campo baseada na observação participante e na descrição etnográfica para os/as discentes do curso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria e pesquisa da etnografia
2. Do trabalho de campo ao texto etnográfico
3. A experiência de observação participante
4. A entrevista e a história de vida
5. Quando o campo é o arquivo
6. Novas tecnologias e a pesquisa de campo
7. Imagens, fotografias e vídeos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, Mauro. 2003. "Relativismo antropológico e objetividade etnográfica". Campos, v. 3, p. 9-29.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. 2007. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes.
- BECKER, Howard S. 1993. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec.
- CARDOSO, Ruth (org.). 1986. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, Celso. 2008. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2004. "Tempo Imperfeito: etnografia do arquivo". *Mana – Estudos de Antropologia Social*, 10:287-322.
- DA MATTA, Roberto. 1978. "O ofício do etnólogo, ou como ter "anthropological blues", in E. O. NUNES (org.) A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35.
- DEBERT, Guita. "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral". In: CARDOSO, Ruth (org.) *Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. 1978. A reconstituição da realidade: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. São Paulo: Ática.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1978. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. s/d. "Trabalho de campo e tradição empírica", in: Antropologia Social. Lisboa: Edições 70, p. 67-85.
- FERREIRA, Letícia e LOWENKRON, Laura. Etnografia de documentos: Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-Papers.
- FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam L. M.(org.). 1998. Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus.
- FOOTE-WHITE, William. 1990. "Treinando a observação participante". In: ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Álvares Editora.
- GEERTZ, Clifford. 1978. "Descrição densa: por uma teoria interpretativa das culturas", in: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-41.
- GEERTZ, Clifford. 1997. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- GROSSI, Miriam. 1992. Trabalho de campo e subjetividade. Florianópolis: Editora da UFSC.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- HAMMERSLEY, Martyn & ATKISON, Paul, 1983. *Ethnography: principles in practice*. London/New York: Tavistock.
- HINE, Christine. 2004. *Etnografia Virtual*. Barcelona: Editorial UOC.
- KOFES, Suely. 1994. "Experiências sociais, interpretações individuais". *Cadernos Pagu*, n.3, p. 117-141.
- KOZINETS, Robert. 2014. "Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online". Porto Alegre: Penso.
- LAPLANTINE, François. 2002. A descrição etnográfica. São Paulo: Terceira Margem.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 (1922). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).

MAUSS, Marcel. 1972. *Manual de etnografia*. Lisboa: Editorial Pórtico.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. 2004. *Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad*. Horizontes antropológicos, v. 10, n. 21, p. 41-65.

PEIRANO, Mariza. 2014. "Etnografia não é método". In: Horizontes Antropológicos, v. 20, n.42.

PEIXOTO, Clarice. 2000. *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume.

PEIXOTO, Fernanda Áreas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org). 2004. *Antropologia, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

RABINOW, Paul. 1977. *Reflections on fieldwork in Morocco*. Berkeley: University of California Press.

SANTOS, Vagner Gonçalves. 2005. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP.

SEGATA, Jean. 2016. "Dos Cibernautas às Redes". In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília, ABA Publicações.

SPERBER, Dan. 1992. *O saber dos antropólogos*. Lisboa: Edições 70.

TAUSSIG, Michael. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VELHO, Gilberto. 1978. "Observando o familiar", in E. O. Nunes (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46.

METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA

Código: CSO	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 90 horas	Modalidade: Teórico-Prática
Pré-requisitos: Metodologia da Pesquisa Sociológica	
EMENTA	
Esta disciplina tem como objetivo apresentar aos (às) estudantes os principais métodos e técnicas de pesquisa utilizados na Ciência Política. O curso se inicia com uma apresentação do campo da Ciência Política no Brasil e na América Latina, com destaque para as temáticas e questões tradicionais e emergentes. Em seguida serão discutidas as diferentes abordagens, métodos e técnicas mobilizadas no campo em diferentes tradições e subáreas, incluindo: estudos de caso, estudos comparados e estudos estatísticos; análises longitudinais e transversais; estudos observacionais e experimentais; abordagens quantitativas e qualitativas; estudos de teoria política e análise de políticas públicas. Entre as técnicas abordadas estão: surveys e questionários, entrevistas em profundidade, análise estatística (descritiva e inferencial); análise de conteúdo e de discurso. O curso finaliza abordando os métodos mistos, triangulação e integração de métodos, e sua aplicação na Ciência Política. Ao final da disciplina, os(as) estudantes deverão ser capazes de planejar e executar pesquisas e fazer escolhas metodológicas de forma rigorosa e sistemática. Além do conteúdo teórico, os(as) estudantes deverão se envolver em uma atividade prática de pesquisa quantitativa sob coordenação do(a) professor(a).	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A Ciência Política como campo do conhecimento 2. Formulação de problemas de pesquisa e construção de hipóteses 3. Tipos de estudos em Ciência Política 4. Técnicas de coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos 5. Desenhos de pesquisa multimétodos 6. Métodos mistos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ALMEIDA, Alberto C. (2002). <i>Como São Feitas as Pesquisas Eleitorais e de Opinião</i>. Rio de Janeiro: Editora FGV. ÁVILA FILHO, Paulo M., LIMA, Paulo Cesar G. S; JORGE, Vladimyr L. (2011). "Produção legislativa e intermediação de interesses: uma análise das Indicações na Câmara Municipal do Rio de Janeiro". 35º Encontro Anual da Anpocs. GT 10 – Estudos Legislativos	

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (Org.). (2003). *A inovação democrática no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Editora Cortez.

BABBIE, Earl. (2005). *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BADIE, Bertrand e HERMET, Guy (1993). *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica.

BARDIN, Lawrence. (1977) *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa, Edições 70.

BATISTA, Mariana and DOMINGOS, Amanda. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2017, vol.32, n.94.

CAMPOS, LA, Machado C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Rev Bras Ciênc Polít* [Internet]. 2015Jan;(16):121–51.

CHEIBUB, José A., PRZEWORSKI, Adam e SAIEGH, Sebastian (2002). “Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas” in *Dados*, vo. 45, n.2, pp 187-218.

CORTES, Soraya M. Vargas (1998). “Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados”. In: *Cadernos de Sociologia*, UFRGS, Porto Alegre, Vol. 9.

GEDDES, Barbara. (1990). How the Cases You Choose Affect the Answers You Get: Selection Bias in Comparative Politics. *Political Analysis*, Vol. 2, pp. 131-150.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. *Lua Nova* [online]. 2007, n.72, pp.09-46.

HUNTINGTON, Samuel P. (1994). *A Terceira Onda: a democratização no Final do Século XX*. São Paulo, Ática.

LIJPHART, Arend. (1971) “Comparative politics and comparative method”. *American Political Science Review*, LXV.

LIJPHART, Arend. (2003). *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOISES, José Álvaro e CARNEIRO, Gabriela Piquet.(2008). “Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil”. *Opin. Publica* [online], vol.14, n.1, pp. 1-42 .

MOISES, José Álvaro. (2010). “Os significados da democracia segundo os brasileiros”. *Opin. Publica* [online], vol.16, n.2, pp. 269-309

PEREIRA, Frederico Batista. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2014, vol.22, n.50, pp.149-174.

POWER, Timothy e ZUCCO, JR, César. (2011). *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.

REZENDE, Flávio da Cunha. (2011). Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* n.6, pp.297-337.

RUIZ, Franz Victor. (1999). *Introdução ao Projeto de Pesquisa*. 25ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.

SARTORI, Giovanni e MORLINO, Leonardo (1994). *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza.

TORINI, Danilo. Questionários on-line. In: *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Bloco quantitativo*. Sesc São Paulo/CEBRAP. São Paulo, 2016.

VEIGA, Luciana e GONDIM, Sônia Maria Guedes. (2001). “A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”. *Opin. Publica* [online]. vol.7, n.1, pp. 1-15.

METODOLOGIA DA PESQUISA SOCIOLÓGICA

Código: CSO151	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 90 horas	Modalidade: Teórico-Prática
Pré-requisitos: Metodologia da Pesquisa Antropológica	
EMENTA	

A disciplina pretende oferecer ao estudante uma introdução à metodologia da pesquisa sociológica, destacando seus objetivos descritivos, preditivos e explicativos, abordando os fundamentos conceituais e empíricos da pesquisa, a especificidade da produção de dados em Sociologia, a construção dos dados quantitativos e qualitativos em Sociologia, a análise de dados em Sociologia, a formulação de questões e a escolha de desenhos de pesquisa, assim como os métodos mais usados na coleta, tratamento e análise de dados, tanto qualitativos quanto quantitativos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A construção do conhecimento e do objeto nas Ciências Sociais
2. Formulando um problema de pesquisa e hipóteses: construindo o objeto
3. A operacionalização dos conceitos
4. Amostragem e tipos de amostra
5. As principais características dos desenhos de pesquisa quantitativos
6. Fonte de dados e instrumentos de coleta: questionário estruturado e dados primários
7. Fonte de dados e instrumentos de coleta: questionário estruturado, dados secundários
8. Teste de hipóteses e o controle de variáveis por meio de tabulações cruzadas: construindo e compreendendo tabelas
9. As principais características dos desenhos de pesquisa quantitativos
10. Observação Participante
11. Entrevistas
12. Análise documental
13. Método Comparado
14. Quanti e Quali
15. Novos métodos em Sociologia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BABBIE, Earl. 1999. Métodos de pesquisas de survey. Belo Horizonte: Editora UFMG.

PAUGAM, Serge. A pesquisa sociológica. Rio de Janeiro, Vozes, 2015.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.-C. e CHAMBOREDON, J. C. O ofício do sociólogo. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2004

BECKER, Howard. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

ADORNO, T.W. Introdução à Sociologia. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012.

WEBER, M. A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. São Paulo, Artmed, 2004.

SCHRADER, A. Métodos de Pesquisa Social empírico e indicadores sociais. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

Wacquant, Loic. Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PERISSINOTTO, RENATO; NUNES, W. . Introdução aos Métodos Qualitativos: Comparação Histórica, QCA e Process Tracing. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2023

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRYMAN, Alan. 2001. Social research methods. Oxford: Oxford University Press.

ELSTER, Jon. 1994. Peças e engrenagens das ciências sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumara.

FLICK, Uwe. 2004. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2 ed. Porto Alegre: Bookman.

MAY, Tim. 2004. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed.

NEUMAN, W. Lawrence. 2000. Social research methods. 4. ed. Boston: Allyn and Bacon.

PHAIR, ANDERSON, BLACK e TATHAM. 2009. Análise multivariada de dados. São Paulo: Bookmann.

RICHARDSON, Roberto Jarry. 2009. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3a. ed. São Paulo: Atlas.

ROSENBERG, Morris. 1976. A lógica da análise do levantamento de dados. São Paulo: Cultrix.

SCHUTT, Russel K. 2006. Investigating the social world. 5. ed. Thousand Oaks: Pina Forge Press.

SILVA, Augusto Madureira; PINTO, José Madureira (orgs.). 1989. Metodologia das ciências sociais. 3a. edição. Porto: Afrontamento.
WRIGHT, Erik et alii. 1993. Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história. Rio de Janeiro: Vozes.

POLÍTICA BRASILEIRA

Código: CSO	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Revolução de 1930; coronelismo; populismo; clientelismo; modernização conservadora; cidadania regulada; a crise da República de 1946 e suas consequências para a ruptura institucional em 1964; o modelo autoritário-burocrático; redemocratização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Principais interpretações sobre a Revolução de 1930;
2. República de 1946;
3. Ruptura institucional de 1964;
4. Modelo autoritário-burocrático;
5. Redemocratização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Editora FGV; 1ª edição, 2016.
ARRETCHE, M. T. da S. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz: FGV, 2012.
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema político brasileiro: uma introdução. Editora Unesp; 3ª edição, 2015.
BARRETO, Helena Motta Salles. 2000. Crise e reforma do Estado brasileiro. Juiz de Fora: Editora UFJF.
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). 2009. Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras.
CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (Org.). 2001. República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República.
COLLIER, David (Org.) 1982. O novo autoritarismo na América Latina. São Paulo: Paz e Terra.
FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
HOLLANDA, Cristina Buarque; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo. (Org.). A Constituição de 88 trinta anos depois. 1ed. Curitiba: UFPR, 2018, v. 1, p. 73-100.
LAMOUNIER, Bolívar. 1985). Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. Tomo III, volume 2. 3. ed. São Paulo: Difel.
MAINWARING, S. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. Lua Nova, n. 28-29, p. 21-74, 1993.
MARTINS, Luciano. 1980. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: A Revolução de 30: Seminário Internacional. Brasília: Editora UnB.
NUNES, Edson. 2003. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

NUNES LEAL, Vitor. [1949] 1997. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1976. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.

REIS, Elisa Pereira. 1982. Elites agrárias, state-building e autoritarismo. *DADOS*, volume 25.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1979. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Editora Campus.

SCHWARTZMAN, Simon. 1982. As bases do autoritarismo brasileiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Companhia das Letras; 1ª edição, 2012).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. 1985. A democracia populista, 1945 a 1964: bases e limites. In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHWARZER, Jorge (Orgs.). Como renascem as democracias. São Paulo: Editora Brasiliense.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. 1990. Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 a 1964. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

WEFFORT, Francisco. 2003. O populismo na política brasileira. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra.

WERNECK VIANNA, Luiz. 2004. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan.

PRÁTICA EM INSTRUMENTOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Código: CSO	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Metodologia da Pesquisa Sociológica	
EMENTA	
Prática extensionista ligada à disciplina teórica “Prática em Instrumentos Técnico-Profissionais das Ciências Sociais” que visa estimular que os(as) discentes construam produtos ligados à atividade profissional nas três áreas (Ciência Política, Antropologia e Sociologia) e que fujam à pesquisa acadêmica e ao ensino, estimulando novos horizontes de atuação profissional do(a) cientista social.	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Discussão sobre a profissionalização nas Ciências Sociais – Código de Ética Profissional, Registro em Carteira no Código Brasileiro de Ocupações; Requerimento de registro profissional da categoria;
2. Orientação dos direitos internacionais, constitucionais e infraconstitucionais que asseguram reconhecimento formal da autoafirmação identitária coletiva, a regularização dos territórios, o direito de consulta livre, prévia e informada quanto a medidas, ações e empreendimentos que podem impactar territórios e modos de vida;
3. Os elementos constitutivos de um relatório de socioeconomia, as bases dos instrumentos metodológicos para aferição de dados;
4. A reflexão sobre o conceito de perícia antropológica: laudo, relatório, parecer; o campo de formação, de atuação profissional e o papel das instituições envolvidas; os documentos que norteiam e atualizam o debate;
5. Marketing político e pesquisa eleitoral – configurações metodológicas qualitativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RIBEIRO, A. M. Anos 1990 e a sociologia como profissão. In: RIBEIRO, A. M. e FILHO, M. M. (orgs) **O espaço do sociólogo: um balanço de trinta anos**. Vitória, ES : EDUFES, 2019.

MARTINS, R. A profissionalização das Ciências Sociais no Brasil: o dilema permanente. CAMPOS, M. et all (orgs). **Sociologia, Antropologia e Ciência Política: temas emergentes**. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 11-26.

BONELLI, Maria da Gloria. "O mercado de trabalho dos cientistas sociais". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº25, ano 9, junho de 1994. Pág.: 110-126.

QUARESMA, L. A. Construção de um ethos: pistas para profissionalização dos sociólogos em contexto não acadêmico. **Revista da Associação Portuguesa de Sociologia**, n. 09, 2015.

MINEIRO, J. Ciência, profissão e empregabilidade: três teses sobre a relação entre a sociologia e o mercado de trabalho. **Revista da Associação Portuguesa de Sociologia**, n. 09, 2015.

MUNANGA, Kabengele. A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho. **Revista de Antropologia**, n. 56, v.1, 2013, p. 485-504.

MARENCO, André. Ciência Política como vocação: Profissionalização de doutores em Ciência Política no Brasil, 1996-2014. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre , v. 19, n. 3, p. 523-544, Dec. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

_____. 2008. Peritos e perícias: Novo capítulo de (des)naturalização da antropologia. A luta contra positivistas e contra o empirismo vulgar. In: SILVA, Gláucia et all. (Orgs.). **Antropologia Extramuros – nova responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos**. Brasília: Paralelo 15, p. 45-50.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Impressões sobre o ofício do etnógrafo em face da confecção de relatórios técnicos ou laudos periciais. In: João Pacheco de Oliveira, Fabio Mura e Alexandra Barbosa da Silva (Orgs.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília-DF: ABA, 2015, p. 262-274.

SILVA, Aracy L. 1994. Há Antropologia nos Laudos Antropológicos? In: SILVA, Orlando; LUZ, Lúcia; HELM, Cecília Maria. (Orgs.) **A Perícia Antropológica em Processos Judiciais**. Florianópolis: Edufsc, p. 60-66.

MAGALHÃES, Raul Francisco e VEIGA, Luciana Fernandes. Manipulações cognitivas da política: o eleitor comum diante da campanha presidencial de 1998. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.) **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000 p.205 – 231.

VEIGA, Luciana e GONDIM, Sonia Maria Guedes. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, Campinas, V. VII, n. 01, 2001, p. 1-15.

PRÁTICA EM PROJETO DE BACHARELADO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Metodologia da Pesquisa Sociológica	
EMENTA	
Em sua prática em extensão, a proposta da disciplina é que os(as) discentes de Projeto de Bacharelado apresentem seus projetos de pesquisa à comunidade acadêmica da UFJF e da cidade de Juiz de Fora, a partir da realização do Seminário Discente de Projetos de Pesquisa, de forma pública, com ampla divulgação, a ser coordenado pelo(a) professor(a) responsável pela disciplina.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. A pesquisa em Ciências Sociais
2. O projeto de pesquisa em Ciências Sociais
3. Tema e problema de pesquisa
4. Objetivos gerais e específicos
5. Escolhendo a metodologia da pesquisa
6. Definindo o arcabouço teórico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECKER, Howard S. 2014. *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar.

DESLANDES, Suely Ferreira. 1995. "A construção do projeto de pesquisa". In: M. C. S. Minayo, *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

MILLS, C. Wright. 2009. "Sobre o artesanato intelectual". In: C. W. Mills, *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva & HASSEN, Maria de Nazareth Agra. 2000. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIL, Antonio Carlos. 1994. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

LAVILLE, Christian & DIONE, Jean. 1999. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre; Belo Horizonte: Artmed; Editora da UFMG. (Capítulo 4: "Problema e Problemática"; p. 85-102)

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. 1992. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

PROJETO DE BACHARELADO

Código: CSO148	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Metodologia da Pesquisa Sociológica	
EMENTA	
O curso tem o objetivo de preparar o(a) aluno(a) para a realização de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a partir da elaboração de um Projeto de Pesquisa. Pretende-se que a disciplina se torne uma "oficina" de confecção de textos, a partir das diferentes etapas/partes que compõem um projeto em Ciências Sociais: iniciando-se na escolha do tema de estudos e na elaboração de problemas e objetivos a ele pertinentes; passando-se pelo levantamento bibliográfico e pela construção dos pressupostos teóricos até se chegar à abordagem metodológica. Em sua prática em extensão, a proposta é que os(as) discentes da disciplina apresentem seus projetos de pesquisa à comunidade acadêmica da UFJF e da cidade de Juiz de Fora, a partir da realização do Seminário Discente de Projetos de Pesquisa, de forma pública, com ampla divulgação, a ser coordenado pelo(a) professor(a) responsável pela disciplina.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A pesquisa em Ciências Sociais 2. O projeto de pesquisa em Ciências Sociais 3. Tema e problema de pesquisa 4. Objetivos gerais e específicos 5. Escolhendo a metodologia da pesquisa 6. Definindo o arcabouço teórico	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECKER, Howard S. 2014. *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar.

DESLANDES, Suely Ferreira. 1995. "A construção do projeto de pesquisa". In: M. C. S. Minayo, *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

MILLS, C. Wright. 2009. "Sobre o artesanato intelectual". In: C. W. Mills, *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva & HASSEN, Maria de Nazareth Agra. 2000. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIL, Antonio Carlos. 1994. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

LAVILLE, Christian & DIONE, Jean. 1999. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre; Belo Horizonte: Artmed; Editora da UFMG. (Capítulo 4: "Problema e Problemática"; p. 85-102)

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. 1992. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O objetivo deste curso é oferecer aos/as alunos/as uma introdução à história e a temas que são constitutivos da emergência da sociologia brasileira enquanto disciplina e estilo de investigação sobre processos formativos e estruturas sociais no Brasil. O curso procurará lidar com uma diversidade de abordagens sociológicas presentes em trabalhos de referência na história da sociologia em torno de temas tais como: as mudanças sociais após o fim do período colonial, o desenvolvimento da economia capitalista, as concepções de modernização, a sociabilidade no campo e na cidade, desigualdades, relações étnico-raciais e de gênero.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Mudança sociais pós-coloniais
2. Desenvolvimento da economia capitalista
3. Concepções de modernização
4. Sociabilidades no campo e na cidade
5. Desigualdades e relações étnico-raciais e de gênero

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica. 3a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. [1967]

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006. [1975]

FRANCO, M. S. DE C. Homens livres na ordem escravocrata. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983. [1969]

MARTINS, J. DE S. O cativo da terra. 9ª ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2010. [1979].

RAMOS, Alberto G. A redução sociológica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996 [1958]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SAFFIOTTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classe: Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].
 SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Ed. 34, 2000. [1977]
 VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato. [s.l.] Difel, 1976.
 WERNECK VIANNA, L. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Código: CSO149	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 120 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Projeto de Bacharelado / Prática em Projeto de Bacharelado	
EMENTA	
A disciplina tem como objetivo a elaboração de uma monografia ou artigo acadêmico como trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
A disciplina compreende a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso com orientação e supervisão de um(a) professor(a), o qual deverá ser avaliado por uma banca e cujo projeto de pesquisa deverá ter sido publicamente apresentado no Seminário Discente de Projeto de Pesquisa em Ciências Sociais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
Em aberto	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
Em aberto	

8.3 – Disciplinas Eletivas

AÇÃO, SUJEITO, INSTITUIÇÕES E MUDANÇAS SOCIAIS

Código: CSO138	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Discutir as principais correntes teóricas do pensamento sociológico e os principais autores que abordam a ação como elemento basilar das relações sociais, da formação dos atores, das instituições sociais, dos processos emancipatórios e de mudanças sociais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Funcionalismo e teoria da ação de Parsons: ação, sistema e valores; normas e integração social; instituição e papéis sociais; desvio, anomia e conflitos. 2. Habermas e a teoria do agir comunicativo: racionalidade e modernidade; ação, sujeito e consenso racional; reprodução da vida social e processos emancipatórios. 3. A ação, sujeito e estrutura na sociologia de Bourdieu: os conceitos de habitus, campo e ação prática. 4. Ação, sujeito coletivo e sujeito histórico na análise de Touraine: a análise do sujeito; valores e ação; sujeitos coletivos e mudanças sociais. 5. Identidade e experiência em François Dubet e Claude Dubar: experiência e suas lógicas elementares de ação (integração, estratégia e subjetivação); experiência e sistemas; experiência e constituição do sujeito; identidade social como articulação entre identidade individual e identidade coletiva; processo de desinstitucionalização.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
DUBAR, Claude. 2005. A socialização. construção das idéias sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes. DUBET, François. 1996. Sociologia da experiência. Lisboa, Instituto Piaget. DUBET, François. 2002. El declive de la institución. Buenos Aires: Editorial Edisa. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). 1999. Teoria social hoje. São Paulo: Unesp. BOURDIEU, Pierre. 2007. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp. BOURDIEU, Pierre. 2008. O poder Simbólico. São Paulo: DIFEL. HABERMAS, Jürgen. 1987. Teoria da la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social. 2 vols. Madrid: Taurus.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
HABERMAS, Jürgen. 1989. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. PARSONS, Talcott. 2010. A estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes. TORRAINE, Alain. 2002. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes. TORRAINE, Alain. 2003. Poderemos Viver Juntos? Petrópolis: Vozes. TORRAINE, Alain. 1972. Sociologie de l'action, Paris: Seuil.	

ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

O estudo das emoções pela perspectiva da antropologia. As fronteiras entre o biológico/ corpo e o social/cultura a partir das experiências emocionais. O papel das emoções nas interações e rituais. As emoções nas sociedades ocidentais modernas. Formulações teóricas clássicas sobre as emoções em antropologia. Perspectivas contemporâneas e correntes antropológicas dedicadas aos estudos das emoções.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Emoções, biologia e cultura
2. Indivíduo, sociedade e emoção
3. Perspectiva contextualista e a expressão das emoções
4. Micropolítica das emoções
5. O olhar antropológico para as emoções: amor, raiva, medo, solidão, etc

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABU-LUGHOD, Lila. 1986. Veiled sentiments: honor and poetry in a bedouin society. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- BALAZS, Gabrielle. 1997. A solidão. In: P. Bourdieu (org.), A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes.
- BENEDICT, Ruth. 2013. Padrões de cultura. Petrópolis: Vozes.
- BIEHL, João. 2008. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. Revista de Antropologia, v. 51, n. 2, p. 413-449.
- DAS, Veena. 1999. Fronteiras, violência e o trabalho de campo: alguns temas wittgensteinianos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.14, n. 40, p. 31-42.
- DAS, Veena. 2011. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu, n. 37, p. 9-41.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. 1999. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade, sexualidade na cultura ocidental moderna. In: M. L. Heilborn, Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. 2013. Aonde caminha a moralidade? Cadernos Pagu, n. 41, p. 19-27.
- ELIAS, Norbert. 2001. A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer ou morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. 2013. Trabalho emocional, regras de sentimento e estrutura social. In: COELHO, Maria Claudia (org.), Estudos sobre interação: textos escolhidos. Rio de Janeiro: EdUERJ.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LUTZ, Catherine. 1988. Unnatural emotions: everyday sentiments on a Micronesian Atoll and their challenge to western theory. Chicago: The University of Chicago Press.
- MEAD, Margareth. 2009. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva.
- MAUSS, Marcel. 1980. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: S. Figueira (org.), Psicanálise e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. 2010. Antropologia das Emoções. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ROSALDO, Michelle. 1984. Toward an anthropology of self and feeling. In: R. A. Shweder e R. A. Le Vine (orgs.), Culture Theory: essays on self, mind and emotions. London: Cambridge University Press.
- VELHO, Gilberto. 1994. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VICTORA, Ceres. 2011. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da antropologia. Reciis, v. 5, n. 4, p. 3-13.

ANTROPOLOGIA DO CURSO DA VIDA E GERAÇÕES

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica

Pré-requisitos: Não há

EMENTA

As categorias de idade como construções culturais. Infância, juventude, velhice e vida adulta enquanto processos sociais e relações de poder. O curso da vida, cronologização e os efeitos da passagem do tempo nas experiências dos sujeitos. A dinâmica relacional entre os grupos etários e a história. Modernidade e as transformações operadas no curso da vida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Períodos da vida como construção cultural
2. Processos biológicos e a diversidade histórica e social
3. Antropologia da criança, juventude e envelhecimento
4. Relações geracionais
5. O curso da vida e a experiência contemporânea

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABRAMO, Helena Wendel. 1997. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". Revista Brasileira de Educação, n. 5-6, p. 25-36.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & TRACY, Kátia Maria de Almeida. 2003. Noites Nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas.
- ALVES, Andréa Moraes. 2004. A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- ÀRIES, Phillipe. 1981. História Social da Criança e da Família. Editora Guanabara: Rio de Janeiro.
- BARROS, Myriam Lins de. 1998. Velhice ou Terceira Idade? , Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.
- BARROS, Myriam Lins de. 1987. Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BIEHL, João. 2020. "Do incerto ao inacabado: Uma aproximação com a criação etnográfica". Mana, v. 26, n. 3, p. 1-33.
- BRANDÃO, Elaine Reis e HEILBORN, Maria Luiza. 2006. "Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil". Cadernos de Saúde Pública, v.22, n. 7, p. 1421-1430.
- COHN, Clarice. 2013. "Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil". Civitas, v.13, n.2, p. 221-244.
- DEBERT, Guita Grin. 1999. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp/ Fapesp.
- INGOLD, Tim. 2015. Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. 1996. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: J. G. C. Magnani & L. L. Torres (orgs.), Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Ed Usp/ Fapesp.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MANNHEIM, Karl. 1982. "O problema sociológico das gerações". In: M. M. Foracchi (org.), Karl Mannheim: sociologia. São Paulo: Ática.
- NOVAES, Regina. 2019. "Juventudes e religiosidades: sinais dos tempos no Brasil contemporâneo". Caminho com o Itepa, v. 36, n. 126, p. 17-55.
- PEIXOTO, Clarice. 1998. "Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade". In: M. M. Lins de Barros (org.), Velhice ou Terceira Idade: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- PIRES, Flávia. 2010. "Tornando-se adulto: uma abordagem antropológica sobre crianças e religião". Religião e Sociedade, v. 30, n. 1, p. 143-164.

VELHO, Gilberto. 1981. Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O estudo dos fenômenos políticos, das relações de poder, da administração pública e do estado pela perspectiva da Antropologia. As fronteiras entre cultura e poder a partir das experiências etnográficas. O papel das interações e rituais como elementos constitutivos da política. As relações de poder e as hierarquias sociais nas sociedades ocidentais e não-ocidentais. Formulações teóricas clássicas sobre política e poder em Antropologia. Perspectivas contemporâneas e correntes antropológicas dedicadas ao estudo das práticas de poder.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Cultura e poder
2. Etnografia das instituições
3. Perspectivas etnográficas do estado e das políticas públicas
4. Micropolíticas do cotidiano
5. O olhar antropológico para as práticas de poder

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, representação política e recursos públicos. Horiz. antropol. [online]. 2001, vol.7, n.15, pp. 181-207.

BORGES, Antonádia. Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política. Mana [online]. 2005, vol.11, n.1, pp. 67-93.

CASTILHO, Sérgio; Antonio C. SOUZA LIMA; Carla C. TEXEIRA. Antropologia das práticas de poder. Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.

CHAVES, Christine. Festas da política. Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

EVANS-PRITCHARD, Edward. E. Os Nuer. Uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

DOUGLAS, Mary; Douglas WILDAVSKY. Risk and Culture. An essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1982.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FOUCAULT, Michel. Repensar a política. (Coleção Ditos e Escritos/Organizador por Manoel Barros da Mota). Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GELLNER, Ernest. Antropologia e Política. Revoluções no bosque Sagrado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1997.

GREENE, Shane. Customizing indigeneity. Paths to a visionary politics in Peru. California: Stanford University Press, 2009

KUSCHNIR, Karina. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LEACH, Edmund. Sistema políticos da Alta Birmânia. São Paulo: EDUSP, 1996.

PEIRANO, Mariza. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006

SOUZA LIMA, Antonio C. Gestar e Gerir. (Coleção Antropologia da política) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SIMMEL, Georg. Conflict and the web of Group-Affiliations. New York, London, Toronto, Sydney, Singapore: The Free press, 1955.

TEIXEIRA, Carla. A honra da política. (Coleção Antropologia da política) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

TEIXEIRA, Carla e Christine CHAVE. Espaços e tempos da política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

VEYNE, Paul; Jean-Paul VERNANT et al. Indivíduo e poder. Lisboa: Perspectiva do homem/edições 70, 1987.

WOLF, Eric. Antropologia e poder. Contribuições de Eric Wolf. (Orgs Bela Feldman-Biando e Gustavo L Ribeiro). Brasília/São Paulo: Editora UNB/Imprensa Oficial/ Editora Unicamp, 2003.

ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

As perspectivas antropológicas em diálogo com a História. História, narrativas e distintas formas de oralidade enquanto processos sociais e relações de poder. Os enquadramentos e enfoques culturais sobre o conceito de tempo, temporalidade e memória nas experiências dos sujeitos e das coletividades. A dinâmica relacional entre tempo, espaço e história. Transformações, dinâmicas cotidianas e relações entre conhecimento, tempo, poder e memória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Narrativas, trajetórias, memória.
2. Diversidade cultural do conceito de história.
3. Antropologia das narrativas e oralidades.
4. Relações entre tempo, memória e escrita etnográfica.
5. O debate contemporâneo sobre as categorias de tempo, história, cultura e memória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC; São Paulo: ANPUH, 2006.

CORRÊA, Mariza. Antropólogas e Antropologia. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14 n. 40, junho, 1999.

DAS, Veena. Vida e Palavras A Violência e sua Descida ao Ordinário. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOCHMAN, Gilberto.; ARMUS, Diego. Cuidar, controlar, curar. Ensaio histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo. Editora Ática, 1960.

JIMENO, Miriam. La Vocación Crítica de la antropología em latinoamerica. Antipod. Rev. Antropol. Arqueol. no.1 Bogotá Jan./Dec. 2005.

MAHMOOD, Saba. 2006. "Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito". Etnográfica, n. 10, v.1, p: 121-158.

MONTERO, Paula (Org.). Entre o mito e a história: as comemorações em torno do V centenário do Descobrimento da América. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. "Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas". Horizontes Antropológicos, n. 58, pgs 7-31. Porto Alegre, set/dezembro 2020, UFRGS.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999.
PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org.). A Presença Indígena no Nordeste: Processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
PACHECO DE OLIVEIRA, João. "Sobre índios, macacos, peixes: narrativas e memórias de intolerância na Amazônia contemporânea". Revista Etnográfica, v. 4, n.2, p. 285-310, 2000.
RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François {et al}. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; VIANNA, A. R. B. História, Antropologia e Relações de Poder. Algumas considerações em torno de saberes e fazeres sobre o Social. In: Jurandir Malerba. (Org.). A velha História: teoria, método e historiografia. 1ed.CAMPINAS: PAPIRUS, 1996, p. 127-152.
STRATHERN, Marilyn. Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia. São Paulo: Terceiro Nome, 1986.
TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A Questão do Outro. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1983.
WOLF, Eric. A Europa e os povos sem história. São Paulo: Edusp, 2009.

ANTROPOLOGIA DOS OBJETOS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Abordagens dos objetos/das coisas na antropologia. Os processos técnicos, os objetos e seus significados. Objetos, corporalidade, ontologias. Arte, tecnologia e agência. Circulação e transformação de objetos. Objetos em coleções etnográficas e museus: colonialidade e reversões. Debates contemporâneos no campo da antropologia das técnicas e das coisas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Antropologia dos objetos e da tecnologia. 2. Os processos técnicos, os objetos e seus significados 3. O debate sobre agência das coisas 4. Coleccionismo, objetos, coleções etnográficas e museus 5. Processos técnicos e objetos: transformações culturais	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ABREU, Regina e ATHIAS, Renato (Orgs.). 2016. Museus e Atores Sociais: perspectivas antropológicas. ABA. BARCELOS NETO, Aristóteles. 2010. O despertar das máscaras grandes do Alto Xingu: iconografia e transformação. In: Revista de Antropologia da UFSCar, 2(2): 43-66. BOAS, Franz. Primitive Art. New York: Dover Publications, 1955 [1927]. CESARINO, Pedro. 2017. Conflitos e pressupostos na antropologia da arte. RBCS. V. 32 n. 93. CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. In: Revista do IPHAN N. 23, 1994. DESCOLA, Philippe. 2010. La fabrique des images: visions du monde et formes de la représentation. Paris: Musée du Quai Branly/SOMOGY-Éditions D'Art. FABIAN, J. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. Mana 16(1):59-73. 2010.	

FAUSTO, Carlos. 2020. Art Effects: image, agency and ritual in Amazonia. Lincoln: Univ. of Nebraska Press.
 GELL, Alfred. 2018 [1998]. Arte e agência: uma teoria antropológica. São Paulo, Ubu Editora.
 GELL, A. A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. Trad. Jason Campelo. Concinnitas, 1(8). 2005.
 GONÇALVES, J.R.S. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. IPHAN /DEMU, Rio, 2007.
 HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari (Eds.). 2007. Thinking through things – theorising artefacts ethnographically. Londres, Routledge.
 HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, M.A.(eds).2017.Things as concepts. In: The ontological turn. Cambridge, Cambridge University Press. Pp. 199-242.
 INGOLD, Tim. “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais”. Horizontes Antropológicos, (37):25-44, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KOPYTOFF, Igor. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. EdUFF, RJ, 2008.
 LAGROU, E. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. In: Arte indígena no Brasil. Belo Horizonte: Editora C/Arte. pp. 11-37. 2009.
 LATOUR, Bruno. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? Horizontes antropológicos. [online]. 2008, 14 (29).
 PRICE, S. Objetos de arte e artefatos etnográficos. In: Arte Primitiva em Centros Civilizados. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2000.
 MILLER, Daniel. Trecos, troços e coisas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
 STALLYBRASS, Peter. O casaco de Marx. Belo Horizonte: Autentica, 2008.
 SANTOS-GRANERO, Fernando. 2009. The Occult Life of Things: Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood, edited by Fernando. Tucson: University of Arizona Press.
 SEVERI, Carlo. & LAGROU, Elsje (orgs). Quimeras em diálogo: Grafismo e figuração na arte indígena. Rio de Janeiro: 7Letras.
 STRATHERN, Marilyn. [1990]. 2010.Artefatos da história. Evento e a interpretação de imagens. In: O efeito etnográfico.
 VELTHEM, L.H. Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos. In: Textos escolhidos de cultura e arte populares. Rio de Janeiro, (7)1:56-65. 2010.

ANTROPOLOGIA DA NATUREZA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Natureza e cultura: conflitos ontológicos. A crítica antropológica ao dualismo natureza/cultura. Paradigma ecológico na antropologia. A vida multiespécie e a abordagem da socialidade além do humano: questões teóricas e metodológicas. Natureza como sujeito político e a proposição cosmopolítica. Crise climática e o debate sobre os fins: perspectivas antropológicas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Natureza e cultura: conflitos ontológicos. 2. A crítica antropológica ao dualismo natureza/cultura 3. Socialidade além do humano: perspectivas teóricas e questões metodológicas 4. Políticas da natureza e a proposição cosmopolítica 5. Crise climática e fins: debates antropológicos	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BATESON, Gregory. 1972. Steps to an ecology of mind: collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution and Epistemology. Nova York: Ballantine Books.
- DANOWSKI, Déborah e Viveiros de Castro, E. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. 2014. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental.
- COELHO, Marcela. 2017. "T/terras Indígenas e Territórios Conceituais: incursões etnográficas e controvérsias públicas". Entreterras. V. 1, n. 1.
- DE LA CADENA, Marisol. 2015. Earth beings, ecologies of practice across Andean worlds. Durham: Duke University Press.
- DESCOLA, Philippe. 2005. Par-delà nature et culture. Paris: Gallimard.
- DESCOLA, Philippe. 2016. Outras naturezas, outras culturas. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34.
- HARAWAY, Donna. O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- INGOLD, Tim. 2000 [1995-1996]. The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge.
- INGOLD, Tim. 2015[2011]. Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes.
- KOHN, Eduardo. How forests think: toward an anthropology beyond the human. 2013. Berkeley: University of California Press.
- KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. 2015. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Cia das Letras.
- KRENAK, Ailton. 2019. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LATOUR, Bruno. 2004. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia?. Bauru, SP:EDUSC.
- MARRAS, Stelio e outros. 2018. Entreviver – desafios cosmopolíticos contemporâneos. Dossiê. Revista do IEB/USP, n.69. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p13-23>.
- POVINELLI, Elizabeth. Geontologies. Durham: Duke University Press. 2016.
- OS MIL NOMBRES DE GAIA: do Antropoceno à idade da Terra - Volume 1. 2022. Coletânea. Editora Machado.
- STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista IEB, [S. l.], n. 69, p. 442-464, 2018.
- STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima. Cosac. & Naify, 2015.
- SÜSSEKIND, Felipe. 2018. "Sobre a Vida Multiespécies". Revista do IEB. N. 69.
- TSING, A. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177–201, 2015. DOI: 10.5007/2175-8034.2015v17n1p177.
- TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2015. Metafísicas Canibais. elementos para uma antropologia pós- estrutural. São Paulo: Cosac & Naify.
- VIEIRA, Suzane A & VILLELA, Jorge M. orgs. 2020. Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal. [E-book]. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária.

ANTROPOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A construção do campo de investigação sobre as perspectivas socioculturais da alimentação. As representações e práticas alimentares como partes constitutivas das formas de vida coletivas. A produção do "fato alimentar" na perspectiva simbólica e material da comida, envolvendo-se formas de subjetivação, identidades, sistemas de produção e consumo. As relações entre alimentação e desigualdades sociais, e seu diálogo com a antropologia da saúde e da doença. Dissidências alimentares e construção de modelos de produção e consumo alimentar contra hegemônicos.	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A construção do campo da antropologia da alimentação 2. As gramáticas culinárias 3. Ecologia e produção alimentar 4. Alimentação e desigualdades 5. Modernidades alimentares e globalização	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CANESQUI A.M. & GARCIA R.W.D. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. CASCUDO, Luís da Câmara. História da alimentação no Brasil. São Paulo, Global, 1967. CASTRO, H. C. e MACIEL, M. E. A comida boa para pensar: Sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 8, p. 321-328, 2013. CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. Alimentação, Sociedade e Cultura. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2011 ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. 1 – Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994. FISCHLER, C. El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona, Anagrama, 1995 FLANDRIN, J. L. & MONTANARI, M. História da Alimentação. São Paulo, Estação Liberdade, 1998. GOODY, Jack. Cozinha, culinária e classes – um estudo de sociologia comparativa. Oeiras, Portugal: Celta, 1998. HARRIS, Marvin. Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: DA MATTA, R. (org.) Edmund Leach. São Paulo, Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
LEVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In: SIMONIS, Ivan. Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou a paixão do incesto. Lisboa: Moraes, 1979. MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia. Uma breve revisão. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.16, n.47. São Paulo, outubro 2001. NIEDERLE, Paulo André e WESZ JÚNIOR, Waldemar João. As novas ordens alimentares. Porto Alegre, Editora da UFRGS POULAIN, Jean-Pierre. Sociologias da alimentação. Os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis, Ed. UFSC, 2006. SANTOS, M.G., QUINTERO, M. Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018 THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800). São Paulo, Cia das Letras, 2010.	

ANTROPOLOGIA DO CORPO E DA SAÚDE

Código: CSO128	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

Representações e práticas em torno do corpo, da saúde e da doença. Corporalidade, subjetividade e cultura. Estética e técnicas de mudanças corporais. Racionalidade e crença; os sistemas médicos ocidentais e não-ocidentais. Experiência e interpretação da doença e do sofrimento; práticas e tecnologias terapêuticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Corpo, emoções e símbolos
2. Gênero e sexualidade
3. A doença, as terapias e o papel do paciente
4. Indivíduo, estética e tecnologias corporais
5. Ritual, eficácia e cura

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Miguel Vale de (org.). 1996. *Corpo Presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras: Celta Editora.

BOLTANSKI Luc. 1979. *As classes sociais e o corpo*. Graal: Rio de Janeiro.

BOUCHILLET, Dominique. (org.). 1991. *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR/CEJUP/UEP.

BUTLER, Judith. 2003. *O problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CSORDAS, Thomas. 1994. *Embodiment and experience: the existential ground of culture and self*. New York: Cambridge University Press.

DOUGLAS, Mary. 1976 (1966). *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.

DOUGLAS, Mary. 1996 (1970). *Natural symbols: explorations in cosmology*. London; New York: Routledge.

DUARTE, L. F. & LEAL, O. F. (org.). 1998. *Doença, sofrimento e perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

FOUCAULT, Michel. 1997. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAPLANTINE F. 1986. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes.

LE BRETON, David. 2003. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papirus.

LE BRETON, David. 2009. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.

LE BRETON, David. 2011. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes.

LEAL, Ondina Fachel (org.). 1995. *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da Universidade; UFRGS.

MARTIN, Emily. 2006. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.

PARKER R & BARBOSA R. 1996. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

RODRIGUES, José Carlos. 1979. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé.

RODRIGUES, José Carlos. 1999. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

ROSALDO, Michelle. 1984. "Toward an anthropology of self and feeling". In: R. SHWEDER e R. LEVINE (orgs.). *Culture theory: essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press.

WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e alma*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

ANTROPOLOGIA E PROCESSOS EDUCATIVOS

Código: CSO132

Departamento: Ciências Sociais

Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso tem por objetivo estabelecer um diálogo entre Antropologia e Educação, bem como uma reflexão sobre processos educativos em diferentes contextos sociais. A partir da análise da cultura como orientadora da percepção e significação da realidade, alguns temas se destacam neste diálogo entre socialização e aprendizagem, entre cultura e educação, a exemplo dos processos interculturais infantis e os sistemas educativos informais, e da instituição escolar enquanto espaço de convívio, de confronto, campo de sociabilidade e alteridade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Cultura e socialização 2. Processos educativos e contextos culturais 3. Literacia e a oralidade como formas sociais 4. A escola enquanto campo de sociabilidade e alteridade 5. As tensões entre o singular e o universal no projeto educativo	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BERGER, Peter & LUCKMANN, T. <i>A construção social da realidade</i> . Petrópolis:Vozes, 1978 BORDIEU, Pierre. <i>A reprodução</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alves,1992 BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos de Educação</i> . Petrópolis: Vozes, 1998. CHARTIER, R. <i>A história cultural: entre práticas e representações</i> . Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990. DAUSTER, Tania (Org.). <i>Antropologia e educação. Um saber de fronteira</i> . Rio de Janeiro: Forma&Ação, 2007 DAYRELL, J. (org.). <i>Múltiplos olhares sobre educação e cultura</i> . Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1996. ELIAS, Norbert. <i>Na sociedade dos indivíduos</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 ERNY, P. <i>Etnologia da educação</i> . Rio de Janeiro, Zahar, 1982 FREINET, Celestin. <i>Para uma escola do povo</i> . São Paulo: Martins Fontes,XXXGALLI, Matilde C. <i>Antropologia culturale e processi educativi</i> . Scandicci (Firenze), Nuova Italia, 1993. GOODY, Jack. The interface between the Written and the Oral. Cambridge: University of Cambridge Press, 1987.GUSMÃO, Neusa M. (Org.). <i>Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados</i> . São Paulo: Biruta, 2003. p. 83-105.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
LAHIRE, Bernard. <i>Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável</i> . São Paulo: Ática, 1997. MARIET, F. (Org.), <i>L'enfant, la famille et l'école</i> . Paris: ESF, 1981. MAKARENKO, Anton. <i>Poema pedagógico</i> . São Paulo: Editora 34, 2005. MEAD, Margareth. <i>Growing up in New Guinea . A comparative study of primitive education</i> . New York: Harper Collins, 2000 PEIRANO, M. <i>A favor da etnografia</i> . Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1995. ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. <i>Antropologia & Educação</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Temas & Educação, 10) SILVA, Luiz H. et alii (orgs.). <i>Novos mapas culturais. Novas perspectivas educacionais</i> . Porto Alegre, Sulina/SME, 1995 TEVES, Nilda (org.). <i>Imaginário social e educação</i> . Rio de Janeiro, Gryphus/FE.UFRJ, 1992.	

ANTROPOLOGIA URBANA

Código: CSO127	Departamento: Ciências Sociais
----------------	--------------------------------

Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O fenômeno urbano, sua reflexão teórica específica e as ferramentas de análise para o estudo da dinâmica cultural na moderna sociedade urbano-industrial. As perspectivas e os obstáculos à utilização dos conceitos e métodos da Antropologia no estudo da civilização ocidental – lugar de origem da disciplina e, em geral, do próprio pesquisador. A organização social do espaço e a análise antropológica de indivíduos, grupos e redes sociais na cidade. Formas urbanas de sociabilidade e a metrópole. Relações familiares, o mundo do trabalho e os espaços de lazer; as representações e apropriações heterogêneas do cenário urbano por atores e grupos diferenciados – estabelecidos, neófitos, exóticos e desviantes.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Pesquisa de campo nas cidades 2. Redes sociais e trajetórias urbanas 3. Indivíduo e sociedade 4. Mobilidade e mudança social 5. Sociabilidade e estilos de vida	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
AUGÉ, Marc. 1994. Não-lugares, por uma antropologia da supermodernidade, São Paulo: Papirus. BECKER, Howard S. 1977. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar. BECKER, Howard S. 2008. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. BHABHA, Homi K. 1998. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG. BOTH, Elizabeth, 1976. Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves. BOURDIEU, Pierre. 1996. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus. CAIAFA, Janice, 1985. Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. CALDEIRA, Tereza. 2000. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34. CARDOSO, Ruth (org.). 1986. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. DA MATTA, Roberto, 1991. A casa & e a rua. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. DUMONT, Louis. 1985 (1980). O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco. DUMONT, Louis. 2000. Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica Bauru: EDUSC. DURHAM, Eunice, 1980. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, in R. CARDOSO (org.), A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17-38. DURHAM, Eunice, 1978. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva. ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. 2000. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. FELDMAN-BIANCO, B. 1987. Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global. FREYRE, Gilberto. 1990. (1936) Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Editora Record. LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. 1977. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
MAGNANI, J. G. C., 1984. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense. MAGNANI, José Guilherme Cantor e TORRES, Lílian de Lucca. 1996. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP. VALADARES, Licia do Prado (org). 2005. A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. VELHO, Gilberto, 1973. A utopia urbana. Rio de Janeiro: Zahar. VELHO, Gilberto, 1985. (org.), Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.	

VELHO, Gilberto. 1997. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar.
VELHO, Otávio (org.). 1973. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar.
WHYTE, William Foote. 2005. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ANTROPOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Estudo do campo da memória e do patrimônio cultural sob a perspectiva antropológica, tendo como referência as transformações da categoria patrimônio ao longo do século XX. Saberes e fazeres na ótica do patrimônio imaterial. Perspectivas do consumo do simbólico e das estratégias de representação dos bens de grupos historicamente representados em regimes de subalternização. Paisagens urbanas e patrimônio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A memória coletiva
2. Antropologia e o campo do patrimônio cultural
3. Paisagem cultural e patrimônio da cidade
4. Patrimônio imaterial e performances
5. O patrimônio dos outros: perdas e reconstruções

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
ADINOLFI, Maria Paula Fernandes. A capoeira como patrimônio: desafios da patrimonialização de uma prática cultural maior que a "Cultura". In: FREITAS, Joseania Miranda (Org.). Uma coleção biográfica: os Mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA. Salvador: EDUFBA
CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio, n. 23, 1994.
FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Orgs.). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.
NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.
ORTIZ, Renato. 2006. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense.
POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas: limites da metodologia de inventário de referências culturais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 38, jul./dez. 2012.

TAMASO, I.M. e LIMA FILHO, M. (Orgs.) Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: ABA. 2012

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Mana, v. 12, n. 1, 2006. HEBERLE, Fernanda. Imagem religiosa e patrimônio público:

WOORTMANN, Ellen ; CAVIGNAC, Julie A. 2016, Ensaios sobre a Antropologia da alimentação, Saberes, dinâmicas e patrimônios, Editorial da UFRN.

CAPITALISMO E CRISE DA MODERNIDADE

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O sistema capitalista global vivencia uma crise sistêmica que se aprofunda cada vez mais, desde, ao menos, a década de 1970. Com a aparente vitória do livre mercado sobre o comunismo, o que vemos, em vez das riquezas e liberdades prometidas, são os efeitos nefastos de tal crise na realidade social. O desaparecimento de postos de trabalho em razão da integração da tecnologia à produção articula-se com a financeirização da economia e a concentração de capital, situação que gera desigualdade e miséria nunca dantes vistas. Concomitantemente, presenciamos a putrefação dos tecidos sociais, expressa por meio da violência interpessoal, do esgotamento inexorável dos recursos naturais, dos levantes do autoritarismo, do extremismo, da xenofobia, do machismo, do racismo, dos preconceitos variados etc. Por outro lado, nem a esquerda, a direita, os movimentos sociais ou a academia <i>main stream</i> foram capazes de apresentar diagnósticos ou soluções convincentes para tal conjuntura. Dentro de uma tradição marxista, no entanto, certos intelectuais vêm desenvolvendo reflexões radicais sobre tal estado de coisas. Esta disciplina, assim, terá como base, destarte, um primeiro contato dos estudantes de graduação em ciências sociais com os trabalhos desenvolvidos nesta seara.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Gênese e estrutura da teoria crítica do valor; 2. Gênero e política; 3. Teoria social e psicanálise	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
Exit!. <i>Crítica do capitalismo para o século XXI</i>. Documento Digital, 2007. Acessível em http://www.obeco-online.org/exit_projecto_teorico.htm Grupo Krisis. <i>Manifesto contra o trabalho</i>, 1999. Jappe, Anselm. "O mercado absurdo dos homens sem qualidades" IN: Kurz, Robert. <i>Os últimos combates</i>. Petrópolis, Editora Vozes, 1997, pp. 7-12. Jappe, Anselm. <i>A sociedade autofágica</i>. São Paulo, Editora Elefante, 2021. Jappe, Anselm. <i>El fetichismo de la mercancía (y su secreto)</i>. La Rioja, Pepitas de Calabaza, 2016. Kurz, Robert. <i>A Democracia devora seus filhos</i>. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2020. Kurz, Robert. Com todo vapor ao colapso. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2004.	

DESIGUALDADES E DEMOCRACIA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso aborda as diferentes formas de desigualdade; a dimensão estrutural das desigualdades; a questão democrática e a defesa de direitos; movimentos sociais de luta por direitos; políticas públicas de enfrentamento às desigualdades.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A perspectiva socio-histórica das desigualdades; 2. Democracia, direitos e desigualdades; 3. Movimentos sociais e luta por direitos; 4. Políticas públicas de enfrentamento às desigualdades; 5. Tópicos contemporâneos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARRETCHE, M. 2015. Trajetórias das desigualdades – como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP/CEM. BOSCHETTI, I. et al (Orgs.) 2008. Política social no capitalismo – tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez. CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C. (Orgs.) 2014. Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania – sumário executivo. (seção 2).Brasília: IPEA. FURTADO, O. 2011. Trabalho e Solidariedade. São Paulo: Cortez. MEDEIROS, Marcelo. 2023. Os ricos e os pobres. O Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras. MIGUEL, L. F. 2012. Democracia e sociedade de classes. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 93-117. MIGUEL, L.F. et all (Orgs.). 2015. A democracia face às desigualdades – problemas e horizontes. São Paulo: Alameda.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
MIGUEL, L. F. (Org.) 2016. Desigualdades e democracia – o debate da teoria política. São Paulo: UNESP.	

NETTO, J. P. 2007. Desigualdade, pobreza e serviço social. Revista Em Pauta (Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ), n. 19, pp. 135-170.
REGO, W.L.; PINZANI, A. 2013. Vozes do bolsa família – autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP.
SOUZA, J. 2010. Os batalhadores brasileiros – nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte, UFMG.
SOUZA, J. 2006. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: UFMG.
SPOSATI, A.; MONTEIRO, M. (Orgs.) 2017. Desigualdades nos territórios da cidade – métricas sociais intraurbanas em São Paulo. São Paulo: EDUC.

ELEIÇÕES, PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O curso visa proporcionar aos(as) estudantes uma compreensão abrangente das teorias e modelos clássicos sobre partidos e sistemas partidários, abordando várias dimensões de seu funcionamento (organizativa, eleitoral, governativa). Serão discutidas as transformações experimentadas pelos partidos e suas consequências para a representação política e a democracia. O curso também abordará as principais características do sistema partidário brasileiro em diferentes períodos históricos. Ao final do curso espera-se que os(as) estudantes tenham uma visão ampla sobre as origens e as transformações dos partidos modernos, as relações entre as regras eleitorais e os sistemas partidários, os conceitos e indicadores centrais nos estudos dos partidos, as principais questões e problemas debatidos pelos estudiosos do tema e as principais características do sistema partidário brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução aos partidos políticos: definições, funções e evolução histórica.
2. Teorias clássicas sobre partidos e sistemas partidários.
3. Sistema partidário brasileiro
4. Desafios contemporâneos ao funcionamento dos partidos políticos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, O. (2013). O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. Revista Debates, 7(2), 11–32.
BARDI, Luciano; MAIR, Peter. “Os parâmetros dos sistemas partidários”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, 2010, p. 227-253.
BRAGA, M. do S. S. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. Revista Agenda Política, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013.
BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, 2022.
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 7-13; 219-229.
DALTON et alii (2003). “Democracia e identificação nas sociedades industriais avançadas”. Análise Social, vol. XXXVIII (167).
DOWNS, A. (1999), Uma teoria econômica da democracia. São Paulo, Edusp.
DUVERGER, M. (1970 [1951]), Os partidos políticos São Paulo, Zahar.
FERNANDES, R. O Partido Revolucionário e sua degeneração. Revista Outubro, n. 21, 2013.

FLEISCHER, David Verge. "Os partidos políticos". In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Editora, 2004, 249-283.

GRAMSCI, A. O partido político. In: COUTINHO, C. N. O leitor de Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 300-314.

KINZO, Dalva (1993). Radiografia do sistema partidário brasileiro. Fundação Konrad Adenauer, São Paulo.

Mainwaring, Scott, Meneguello, Rachel e Power, Timothy (2000). Partidos conservadores no Brasil. Ed. Paz e Terra, RJ. (17-30).

KINZO, M. D. G. (2004), "Partidos, eleições e democracia no Brasil Pós-1985". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 19 (54): 23-40.

KINZO, Maria D'Alva Kinzo. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, 2005, p. 56-81.

KIRCHHEIMER O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Rev Bras Ciênc Polít [Internet]. 2012Jan;(7):349-85.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA JR., O. B. (1983), Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945/64 Rio de Janeiro, Graal.

LIMA JR., O. B. (1999), "Partidos, eleições e poder legislativo", in S. Miceli (org.), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), São Paulo, Sumaré/Anpocs.

MAINWARING S, TORCAL M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. Opin Publica [Internet]. 2005, Oct;11(2):249-86.

MAINWARING, S. Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MAINWARING, S. (1991), "Políticos. Partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada". Novos Estudos Cebrap, 29.

MAIR, Peter e KATZ, Richard (1997). "Organización Partidaria, Democracia Partidaria y la Emergencia del Partido Cártel". In Party System Change. UK: Oxford University Press.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

MANIN B. A democracia do público reconsiderada. Novos estud CEBRAP [Internet]. 2013 Nov;(97):115-27.

MANIN, Bernard. (1995) "As Metamorfoses do Governo Representativo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 10, n. 29, p. 534.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. "Eleições e representação". Lua Nova, nº 67, 2006, p. 105-38.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Ed. UnB, 1982 [1914], p. 15 – 57.

NICOLAU, J. Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. In: LESSA, Renato (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política. São Paulo: Barcarolla, 2010.

NICOLAU, Jairo. Sistemas eleitorais. Editora FGV: 2012.

PANEBIANCO, A. (2005), Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos São Paulo, Martins Fontes.

SAMUELS, D. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. Dados, v.40, n.3, p.493-535,1997.

SARTORI, G. (1982), Partidos e sistemas partidários Tradução de Waltensir Dutra, ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar/UnB.

SOUZA, M. do C. C. de. (1976), Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Ômega.

TERRON, S. & SOARES, G. As Bases Eleitorais de Lula e do PT: Do Distanciamento ao divórcio. Opinião Pública, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

SOUZA, M. do C.C. de. Estado e Partidos Políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

VEIGA, L.F. Mudanças e Continuidades na Identificação Partidária e na Avaliação das Principais Legendas após 2002. Opinião Pública, v.13, n.2, p.340-365, 2007.

ESTRATIFICAÇÃO, PODER E DESIGUALDADE

Código: CSO139	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Exposição e discussão do conhecimento de natureza sociológica, formado por teorias, conceitos, proposições e evidências empíricas, a respeito dos fatores macro, meso e micro sociais determinantes e concorrentes para a existência, persistência e mudança das desigualdades de poder social, bem-estar material, recompensas, oportunidades e reconhecimento social entre indivíduos e grupos na sociedade atual.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Menu conceitual: classes, estratos, divisões, status, categorias sociais. 2. Abordagens e teorias sociológicas da desigualdade. 3. Investigação empírica: padrões, variações e novas tendências. 4. Ideologia, hegemonia, poder simbólico e legitimação da desigualdade. 5. Desigualdade, mercado e estado no capitalismo. 6. Desigualdade na sociedade brasileira contemporânea.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
AGUIAR, Neuma (org.). 2007. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte: Editora UFMG. BOUDON, Raymond (org.). 1995. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. CROMPTON, Rosemay. 2008. Class and Stratification. 3. ed. Cambridge, Polity. FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. 2002. Estrutura de posições de classe no Brasil. Belo Horizonte, Editora UFMG/IUPERJ. GIDDENS, Anthony. 2005. Sociologia. São Paulo: Artmed. HIRANO, Sedi. 2002. Castas, estamentos e classes sociais. 3. ed. revista. Editora da Unicamp, Campinas. MARX, Karl. 1974 [1849]. Trabalho assalariado e capital. Lisboa: Edições Avante. MEDEIROS, Marcelo. 2005. O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
RIBEIRO, Carlos. A. Costa. 2007. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru, EDUSC. HASENBAG, Carlos; SILVA, Nelson Valle. 2004. Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks. PAYNE, Geoff (ed.). 2006. Social divisions. 2a ed. Palgrave Macmillan. PRZEWORKSKY, Adam. 1995. Estado e Economia no Capitalismo. São Paulo: Remule Dumará. SCALON, Celi; FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. 2010. Desigualdades, classes e estratificação, in H. H. TEIXEIRA DE SOUZA MARTINS. Horizontes das Ciências Sociais (Sociologia). São Paulo: ANPOCS. SEN, Amartya. 2001. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record. SOUZA, Jessé (ed.). 2009. A ralé brasileira: quem é e como vive. Editora UFMG, Belo Horizonte. TILLY, C. 2006. O acesso desigual ao conhecimento científico. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2. WEBER, Max. Classe, Status e Partido. Diversas edições.	

ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Código: CSO126	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A contribuição das populações africanas no processo de formação da sociedade e da cultura brasileiras. A escravidão, na Colônia e no Império. República, racismo e “democracia racial”. Culturas e religiões afro-brasileiras no cenário nacional. Relações raciais, territórios e identidades sociais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Tráfico negroiro, diásporas africanas e escravidão 2. Religiosidades e religiões afro-brasileiras 3. Territorialidades, identidades, memórias 4. Racismo, desigualdade e preconceito 5. Culturas africanas e diversidade brasileira 6. Afro-descendentes no Brasil atual	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BANDEIRA, Maria de Lourdes. 1988. Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense. BASTIDE, Roger. 1971. As religiões africanas no Brasil. 2 vol. São Paulo: Pioneira. BASTIDE, Roger. 1983. Estudos afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva. CUNHA, Manuela Carneiro. 1985. Negros estrangeiros. São Paulo: Brasiliense. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. 1974. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática. FREYRE, Gilberto. 1980 (1930). Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: José Olympio. NOGUEIRA, Oracy. 1998. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp. ORTIZ, Renato. 1978. A morte branca do feiticeiro negro. Rio de Janeiro: Vozes. PIERSON, Donald. 1971. Brancos e prêtos na Bahia. São Paulo: Nacional. RAMOS, Arthur. 1940. O negro brasileiro. São Paulo: Nacional.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
RODRIGUES, Nina. 1977. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Editora Nacional. SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1987. Retrato em branco e negro. São Paulo: Companhia das Letras. SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1993. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras. VELHO, Yvone. 1992. Medo de feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. VERGER, Pierre. 1987. Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX. São Paulo: Corrupio. WAGLEY, Charles (org.). 1952. Races et classes dans le Brésil rural. Paris: Unesco.	

ETNOLOGIA INDÍGENA

Código: CSO125	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

O curso proporciona uma introdução aos estudos de Etnologia Indígena, destacando as questões que interessam às sociedades e culturas das terras baixas sul-americanas: ao lado de temas considerados clássicos, como parentesco, guerra, mito, ritual e xamanismo, prosperam também investigações acerca de aspectos históricos, intercâmbios econômicos, relações étnicas e transformações indígenas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História e regimes de historicidade
2. O Estado e os índios
3. Estruturas e sistemas de parentesco ameríndios
4. Xamanismo e ritual
5. Corpos, pessoas e grupos
6. Produção, troca e redes comerciais
7. Transformações indígenas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

norte-amazônico. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado; Paris: IRD.

BARTH, Fredrik. 2000. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996. O índio e o mundo dos brancos. Campinas: Editora da Unicamp.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). 1993. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC/PMSP.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, 1978. Os mortos e os outros. São Paulo: Hucitec.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac e Naify.

CLASTRES, Pierre. 1978. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DESCOLA, Philippe. 1986. La nature domestique: symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar. Paris: Maison des Sciences de L'Homme.

FERNANDES, Florestan. 1975. Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1964-1971. Mythologiques, vols. I a IV (Le Cru et le cuit, 1964; Du miel aux cendres, 1966; L'Origine des manières de table, 1968; L'Homme nu, 1971). Paris: Plon.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1993 (1991). História de lince. São Paulo: Companhia das Letras.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 2004. A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa.

RIBEIRO, Darcy. 1979. Os índios e a civilização. Petrópolis: Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHADEN, Egon. (org.). 1976. Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo: Nacional.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ANPOCS.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). 1995. Antropologia do parentesco: estudos ameríndios. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1999. "Etnologia brasileira", in: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES (v.1, Antropologia).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac e Naify.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). 1993. Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo: NHII/USP/Fapesp.

WRIGHT, Robin M. (org.). 1999, 2004. Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Vols. I e II. Campinas: Editora da UNICAMP.

GÊNERO E POLÍTICA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Esta disciplina tem como objetivo explorar as relações entre gênero e política, analisando questões como sexismo, machismo, desigualdades, divisão sexual do trabalho, participação e representação política das mulheres, e as interseções entre gênero, raça e classe. O curso visa promover uma compreensão crítica da dinâmica política sob a perspectiva de gênero e suas implicações para a democracia e a representatividade. Ao final do curso espera-se que os(as) estudantes tenham uma visão ampla sobre as lutas das mulheres pelos direitos políticos, sociais e econômicos, assim como os contextos históricos e culturais que moldaram essas lutas; tenham uma compreensão crítica dos fundamentos teóricos relacionados a gênero, feminismo e suas implicações na esfera política; e possam aplicar a perspectiva interseccional para analisar as interações complexas entre gênero, raça e classe na política.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução aos estudos de gênero.
2. Feminismo e suas correntes: contribuições para a teoria política.
3. Sexismo, machismo e desigualdades de gênero.
4. Sub-representação das mulheres na política e ações afirmativas.
5. Interseccionalidade: abordagem crítica das interações entre gênero, raça e classe.
6. Participação política das mulheres e políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO CM de O, Rodrigues TCM. Judicialização da competição política e gênero: ação afirmativa nos Fundos Partidário e Eleitoral no Brasil. Rev Bras Ciênc Polít [Internet]. 2023;(40):e260812.

ARAÚJO C. Valores e desigualdade de gênero: Mediações entre participação política e representação democrática. Civitas, Rev Ciênc Soc [Internet]. 2016Apr;16(2):e36. Available from: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016>.

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa. Revista Dados, v. 44, n. 1, 2001.

ARAÚJO, C. Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político. Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Editora da Unicamp, 2020.

ARAÚJO, C. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. Estudos feministas, p. 71–90, 1998.

ARAÚJO, C. Participação política a gênero: algumas tendências analíticas recentes. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 52, p. 45–77, 2001.

ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 231, 2001.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. Dados, v. 50, p. 535–577, 2007.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 62, p. 45–68, out. 2006.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Revista de Sociologia e Política, v. 24, 2005.

BIROLI, F. F. Divisão sexual do trabalho e democracia. Dados, v. 59, n. 3, p. 719–754, 2016.

BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática Niteroi, Eduff; Vinhedo, Editora Horizonte, 2013b.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020.

CAMPOS, L. F. et al. Competição política e desigualdades de gênero nas eleições para assembleias estaduais em 2018. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, n. 2, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

DAVID, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DAVID, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

EDUARDO, M. C.; SOUZA, J.; ANGELI, A. Cotas eleitorais para mulheres: análise bibliográfica da pesquisa científica nas Ciências Sociais. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* 90 (2019): 1-22.

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, 2012.

GONZALEZ, Lélia. O racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 167-200, 2001.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. *BIB*, n. 95, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20. p. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 62, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIGUEL, Luis Felipe. Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª Legislatura no Congresso Nacional. *Revista Núcleo de Estudos Paranaenses*, v. 2, n. 2, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e Política*. Brasília: Boitempo, 2014, 1ª Edição, p. 31-46 (cap. 2).

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e 'singularidade feminina'. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, Florianópolis-SC, UFSC, 2001, pp.253-67.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, n. 3, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio-ago., 2006.

PEIXOTO, V. de M., MARQUES, L. M., & RIBEIRO, L. M.. (2022). Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020).

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PITKIN, Hanna (1983). “O Conceito de Representação”, in: F. H. Cardoso e C. E. Martins (orgs), *Política & Sociedade*, São Paulo, Cia. Editora Nacional.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (Org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cênore Editorial; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

SACCHET, T. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2020.

SARMENTO, R., Bernardes, C. B., & Fontes, G. S. (2023). Discursos de deputadas federais sobre mulheres: espaço institucional e mídias sociais. *Revista Estudos Feministas*, 31(2), e92871.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* Recife: SOS Corpo, 1995.

SILVA MG da, Chaves V, Barbosa L. Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023) . *Soc estado [Internet]*. 2023Jan;38(1):95–124.

TEIXEIRA RP, Birolí F. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. *Rev Bras Ciênc Polít [Internet]*. 2022;(38):e248884.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova, n. 67, p. 191-228, 2006.
YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, v. 67, São Paulo, 2006.

GÊNERO E SEXUALIDADE

Código: CSO130	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O objetivo principal do curso é aprofundar nos estudos de gênero e sexualidade, explorando o impacto das teorias feministas na antropologia contemporânea e suas interfaces com os temas: “poder”, “sexualidade”, “corpo”, “violência” e “família”. Os estudos de gênero compõe um campo de debates em torno dos desafios envolvidos na rejeição dos determinismos biológicos implícitos no uso dos termos “sexo” e “diferença sexual”, bem como na capacidade de alargar a compreensão dos aspectos relacionais e culturais das construções do “feminino” e do “masculino”, entendendo que essas construções são produtos, mas também produtoras de espaços para práticas sociais e relações de poder.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Gênero e diversidade cultural
2. Sexo e gênero
3. Gênero e relações de poder
4. Sexualidade como “dispositivo” ou construção social
5. Tecnologias do corpo e processos de corporificação
6. Violência e gênero
7. Teorias contemporâneas sobre família

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. (Tradução Renato Aguiar) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina.
CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1993.
DURHAM, Eunice. “Família e Reprodução Humana”. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher n.3*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, pp.19-50.
GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Tradução de Magda Lopes, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e Impasses – O feminismo como Crítica da Cultura*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Família”, In: Harry L. Shapiro. *Homem, Cultura e Sociedade*, São Paulo, Ed. Fundo de Cultura, 1956.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MacCLINTOCK, Anne. *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge, 1995.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

MALINOWSKI, B.. *A Vida sexual dos Selvagens*, Rio de Janeiro, Fransico Alves.

MOORE, Henrietta. "Understanding sex and gender", In: Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): p.5-22, jul/dez., 1990.

SRATHERN, Marilyn. "Necessidades de pais, Necessidades de Mães". In: *Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, vol.3, n.2/1995.

THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (org.). *Rethinking the family, some feminist questions*, Boston: Northeastern University Press, 1992.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século, 1995.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A disciplina oferece uma introdução ao estudo das políticas públicas abordando as principais teorias, conceitos, modelos e ferramentas utilizados para a análise e a compreensão do ciclo de políticas públicas. Também aborda a moldura institucional que orienta a produção das políticas públicas no Brasil por meio de exemplos e estudos de caso de políticas setoriais. Ao final do curso os(as) estudantes devem estar familiarizados com o conceito de políticas públicas e as diferentes teorias e modelos de análise utilizados no campo; compreenderem as diferentes etapas do ciclo de políticas públicas; e ter uma visão crítica sobre o papel do Estado, das instituições e dos atores na produção das políticas públicas e seus impactos no que se refere ao combate às desigualdades e à efetivação dos direitos de cidadania.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estado, cidadania, direitos e proteção social.
2. Políticas públicas: definição e conceitos centrais.
3. Teorias e modelos de análise de políticas públicas.
4. O ciclo de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRUCIO, Fernando Luiz & FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: *Federalismo e Políticas públicas no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora da FIOCRUZ, 2013.

ALVES, Fátima. Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 413-440, 2013.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 34, nº 1, jan/abril 2019.

ARRETCHE, Marta. "Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n. 51, 2003, p. 7-10.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de ciências sociais, v. 15, n. 42, 2000.

BATISTA, M., & DOMINGOS, A. (2017). Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 32(94), e329414.

BENDIX, R. 1996. Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp.

BICHIR, R. M.. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 104, p. 111-136, 2016.

BICHIR, R. M.. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. Novos Estudos. CEBRAP, p. 115-129, 2010.

BICHIR, Renata; Sergio Simoni Jr. e Guilherme Pereira. A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios brasileiros. In: LOTTA, Gabriela (Org.). Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. Pp. 225-256.

Capella, Ana Claudia. "Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas" In Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 87-122.

CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. Brasília/ENAP, 2018.

COELHO, Vera Schattan Ruas Pereira. Abordagens qualitativas e quantitativas na avaliação de políticas públicas. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

DRAIBE, Sônia. "Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 65-86.

DRAIBE, Sonia Miriam. Metodologia de análise comparativa de programas sociais. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1991. Trabalho apresentado em Seminário da CEPAL, em Santiago, Chile, 6-8 maio 1991.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo". Revista USP, n. 17, p. 86-101, 1993. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo.

EVANS, Peter. "O Estado como Problema e Solução". *Lula Nova*, n. 28/29, 1993.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. "A Política da Avaliação de Políticas Públicas". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n 59, 2005, p.97-109.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. "Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003, p. 21-30.

FLEURY, Sônia. A natureza do estado capitalista e das políticas públicas. In: Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252p.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ E SILVA, Michelle Moraes de; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: IPEA ; INCT/PPED, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IMMERGUT, Ellen. As Regras do Jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 30, 1996.

JACCOUD L, BICHIR R, MESQUITA AC. O SUAS na Proteção Social Brasileira: Transformações recentes e perspectivas. Novos estudos CEBRAP [Internet]. 2017Jul;36(2):37-53.

JANNUZZI, Paulo. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Revista de Administração Pública, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

LASWELL. Harold. Quem Ganha o Quê, Quando e Como? Brasília: Ed. UNB, 1984.

LIJPHART, A. (2000) Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap. 15 "Gestão macroeconômica e o controle da violência: a democracia de consenso faz diferença?"

- LINDBLOM, Charles. O processo de decisão política. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- LOTTA, Gabriela (Org.). Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019.
- LOTTA, Gabriela Spanghero; GALVÃO, Maria Cristina Costa Pinto; FAVARETO, Arilson da Silva. Análise do Programa Mais Médicos à luz dos arranjos institucionais: intersectorialidade, relações federativas, participação social e territorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva* (Online), v. 21, p. 2761-2772, 2016.
- LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília/ENAP, 2019. Pp. 11-38.
- LOTTA, Gabriela. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. *Rev. Sociol. Polit.* vol.26 no.66 Curitiba June 2018.
- MARICATO, Ermínia. (2014). Impasse da política urbana no Brasil. Editora Vozes; 3ª edição.
- MARQUES, Eduardo Cesar. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, 2006, p.15-41.
- MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; MARQUES, Eduardo (Orgs.). A Política Pública como Campo Multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP/Editora Fiocruz, 2013, p. 23-46.
- MARQUES, Eduardo. Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000. Cap. 1 "Atores e Relações na Construção do Estado".
- MARSHALL, T. 1967. "Cidadania e Classe social". In Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar.
- Melo, Marcus. "Escolha institucional e a difusão dos paradigmas de política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias". *Dados*, v. 47, n.1, 2004, p. 169-206.
- MENICUCCI, T. ; Lotta, Gabriela . A trajetória das políticas sociais nos 30 anos desde a Constituição de 1988. In: Holanda, Cristina Buarque; Veiga, Luciana Fernandes; Amaral, Oswaldo. (Org.). A Constituição de 88 trinta anos depois. 1ed.Curitiba: UFPR, 2018, v. 1, p. 73-100.
- MENICUCCI, Telma. A implementação da reforma sanitária: a formação de uma política. In Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p.303-325.
- MENICUCCI, Telma. Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: atores, processos e trajetória. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. Cap. 1 "Argumentos Analíticos: a perspectiva histórica e institucional", principalmente p. 21-41.
- OLIVEIRA, V.; LOTTA, G. S. Momentos da Recentralização: repasses e relações intergovernamentais no Brasil (1995-2014). *PLANEJAMENTO E POLITICAS PUBLICAS*, v. 52, p. 1-22, 2019.
- OLIVEIRA, Vanessa E. e ABRÚCIO, Fernando. Burocracia de médio escalão e diretores de escola: um novo olhar sobre o conceito. In: Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas / organizadores: Roberto Pires, Gabriela Lotta, Vanessa Elias de Oliveira. – Brasília: Ipea: Enap, 2018.
- OLIVEIRA, Vanessa E. e COUTO, Claudio. Diretrizes prioritárias e fases da implementação: como mudam as políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília/ENAP, 2019. Pp. 67-97.
- PUPPIM DE OLIVEIRA, José Antônio. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública-RAP*, v. 40, n. 2, 2006.
- REIS, Fabio W. "Política e Políticas: a ciência política e o estudo de políticas públicas. In Mercado e Utopia. São Paulo: Edusp, 2000.
- ROLNIK, Raquel. (2019). Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial.
- SARAVIA, Enrique. "Introdução à teoria da Política Pública". In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*, vol. 1. Brasília: ENAP, 2006, pág. 21-43.
- SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
- SEGATTO, Catarina Ianni e ABRUCIO, Fernando Luiz. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2016, vol.21, n.65, pp.411-429.
- SOUZA, Celina. "Estado da arte da Pesquisa em Políticas Públicas". In Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 65-86.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Rev. Bras. Educ.*[online], n. 24, p. 16-39, 2003.

TAYLOR, Matthew. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. *Dados*, v. 50, n., 2007, p. 229-257.

MÍDIA, INTERNET E PODER

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

Bi

EMENTA

Democracia e Comunicação; Esfera Pública; Opinião Pública; Jornalismo Político; Representação política; Eleições; Meios de comunicação de massa; Campanhas eleitorais; mídias sociais; Sociedade em rede; Big Data, impacto da desinformação e dos algoritmos; Capitalismo de Vigilância; Democracia e Segredo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Democracia e comunicação;
2. Esfera pública, opinião e jornalismo;
3. Eleições e meios de comunicação;
4. Algoritmos, fake news e democracia;
5. Novas configurações da política na era das redes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. 2015. Segredo e democracia. São Paulo: Unesp.

BRAGA, Sérgio Soares. 2008. *Podem as TICs auxiliar na institucionalização das Democracias?* Um estudo sobre a informatização dos Órgãos legislativos na América do Sul e no Brasil. Brasília: Editora Plenarium, 2008.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERVI, Emerson et al. (orgs) Internet e Eleições no Brasil, Curitiba: CPOP.

FABRINO, Ricardo e AMARAL, Ernesto. 2016. "Racionalidade online: provimento de razões em discussões virtuais". *Opinião Pública*, 22(2): 418-445.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. 1988. Democracia, Comportamento Eleitoral e Racionalidade do Voto. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo.

GOMES, Wilson. 2018. A democracia no mundo digital. São Paulo: SESC.

PORTO, Mauro. 2007. Televisão e política no Brasil: A Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: E-papers.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RECUERO, Raquel. 2014. *Redes Sociais na Internet*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco e ZAGO, Gabriela. 2015. *Análise de Redes para Mídias Sociais*. Porto Alegre: Sulina.

TILLY, Charles. 2013. Democracia. Petrópolis: Vozes.

ZUBOFF, Shoshana. 2021. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso aborda as diversas teorias dos movimentos sociais; classes sociais, sociedade civil e movimentos sociais; ações coletivas, redes e movimentos sociais; movimentos sociais, democracia e cidadania; movimentos sociais e educação popular; relações entre Estado e movimentos sociais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Teorias dos movimentos sociais; 2. Classes, sociedade civil, Estado e movimentos sociais; 3. Democracia, cidadania e movimentos sociais; 4. Redes, educação popular e movimentos sociais contemporâneos; 5. Interações entre Universidade e sociedade.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ALEXANDER, Jeffrey. 1998. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 37, junho. ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. 2000. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG. DAGNINO, Evelina; PINTO, R. P. (Org.) 2007. Mobilização, Participação e Direitos. São Paulo: Contexto. DOIMO, Ana Maria. 1995. A vez e a voz do popular. Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará. GOHN, Maria da Glória (Org.) 2003. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes. GOHN, Maria da Glória. 2000. Teoria dos Movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
SADER, Eder. 2001. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo: Paz e Terra. SCHERER-WARREN, Ilse. 2005. Redes de Movimentos Sociais, São Paulo: Edições Loyola. TARROW, Sidney. 2009. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes. TOURAINE, Alain. 1999. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes. THOMPSON, E. P. 1998. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. THOMPSON, E. P. 1997. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.	

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARENTESCO

Código: CSO129	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Os estudos sobre organização social e parentesco oferecem um conjunto de conceitos e debates teóricos fundamentais para a reflexão antropológica. O curso apresenta os instrumentos analíticos e as teorias do parentesco (método genealógico, terminologias e sistema de atitudes), situando-os com relação aos modelos de organização social. Notações, diagramas e vocabulários. Os novos recursos computacionais utilizados no registro de genealogias e na interpretação de sistemas de parentesco. Abordagens e exemplos da “teoria da descendência” funcionalista e da “teoria da aliança matrimonial” de cunho estruturalista. Parentesco e redes sociais. Questões atuais, técnicas e métodos de pesquisa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O campo do parentesco: genealogias e terminologias; categorias de classificação; casamento e organização social.
2. A teoria da descendência: parentesco, residência e segmentaridade; estrutura social e sistemas de parentesco; parentela e grupo doméstico.
3. A teoria da aliança: família e incesto; reciprocidade e casamento; estruturas elementares do parentesco.
4. Estruturas semi-complexas e complexas: terminologias crow e omaha; parentesco na sociedade capitalista; análise de redes sociais.
5. Parentesco e aliança na América do Sul: terminologias, atitudes e regras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AUGÉ, Marc (org.). 1978. Os domínios do parentesco. Lisboa: Edições 70.
- DUMONT, Louis. 1975. Introducción a dos teorías de la antropología social. Barcelona: Anagrama.
- FORTES, Meyer. 1958. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (“Introduction”, The developmental cycle in domestic groups, ed. Jack Goody. Cambridge Papers in Social Anthropology).
- FOX, Robin. 1986. Parentesco e Casamento. Lisboa: Vega.
- FREEMAN, J. D. 1961. “On the concept of kindred”. Journal of the Royal Anthropological Institute, t. 91.
- GHASARIAN, Christian. 1999 (1996). Introdução ao estudo do parentesco. Lisboa: Terramar.
- HÉRITIER, Françoise. 1989. “Parentesco” e “Incesto”, in Enciclopédia Einaudi, vol 20 (Parentesco). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 27-80, 95-124.
- LARAIA, Roque de Barros (org.). 1969. Organização social. Rio de Janeiro: Zahar.
- LEACH, Edmund. 1989. “Dívidas, relações, poder”, in A diversidade da antropologia. Lisboa: Edições 70, p. 143-167.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1966 (1956). “A família”, in O olhar distanciado. Lisboa: Edições 70, p. 69-98.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982 (1949). As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes (Antropologia, 9).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MALINOWSKI, Bronislaw. 1983. A vida sexual dos selvagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MOLINA, José Luis. 2001. El análisis de redes sociales: una introducción. Barcelona: Bellaterra.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1973. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes.
- RADCLIFFE-BROWN, R. & FORDE, D. (org.). 1982. Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- RIVERS, W. H. R. 1991. A antropologia de Rivers. Campinas: Unicamp.
- SEGALÉN, Martine. 1992 (1981). Antropología histórica de la familia. Madrid: Santillana.
- SILVA, Marcio Ferreira. 2004. “Parentesco e organização social na Amazônia: um rápido esboço”. Anuario de estudios americanos, 61 (2): 649-679.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). 1995. Antropologia do parentesco: estudos Ameríndios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso aborda a construção de uma identidade latino-americana; temas e problemas próprios do pensamento latino-americano; o subcontinente como lugar político; os processos políticos e sua relação com o pensamento político; o lugar do Brasil na América Latina.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Momentos-chave do pensamento político latino-americano; 2. Os regimes políticos na região; 3. Temas e problemas próprios do pensamento político latino-americano; 4. O lugar do subcontinente no mundo; 5. O lugar do Brasil na América Latina.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CANDIDO, Antonio et al. 1992. Um americano intranquilo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. COLLIER, David (Org.). 1982. O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra. MARIÁTEGUI, José C. 1988. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. México: Serie Popular Era. MARTI, José. 1977. Nuestra América. Caracas: Biblioteca Ayacucho. MERQUIOR, José G. El otro Occidente (un poco de filosofía de la historia desde Latino América). Cuadernos Americanos, v. 1, n. 13. MORSE, Richard. 1995. O espelho de Próspero. São Paulo: Companhia das Letras.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
RAMA, Angel. 1985. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense. RICUPERO, Bernardo. 2000. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34. RODÓ, José E. "Ariel" em Ariel e Motivos de Proteo. Caracas, Biblioteca Ayacucho. SARMIENTO, Domingo F. 1993. Facundo. Buenos Aires: Compañía Espasa Calpe Argentina. ZEA, Leopoldo. 1949. Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica. México: Fondo de Cultura Económica.	

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO I

Código: CSO117	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

Interpretações sobre o pensamento social brasileiro. Os “clássicos” do pensamento social no Brasil. Identidade nacional. Mudança social, revolução e desenvolvimento. O estado nacional. Raça, gênero e classe na conformação nacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O campo do pensamento social no Brasil;
2. Pensamento autoritário;
3. As interpretações sobre o Brasil nos anos 1920;
4. A geração de 1930;
5. Temas do pensamento social brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. 2010. Horizontes das Ciências Sociais: pensamento social brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza (orgs.). Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia. São Paulo: ANPOCS.

BRANDÃO, Gildo Marçal. 2007. Linhagens do pensamento político brasileiro.. São Paulo: Hucitec.

BICUDO, Virginia Leone. 2010. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. São Paulo: Editora Sociologia e Política.

BOMFIM, Manoel. 2008. A América latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. 1973. Sociologia e Desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. 1980. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

FAORO, Raymundo. 2001. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo.

FERNANDES, Florestan. 2006. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Editora Globo.

CARDOSO, Fernando Henrique. 2004. Dependência e desenvolvimento na América Latina (com Enzo FALETTO). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FREYRE, Gilberto. 2000. Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. Rio de Janeiro: Record.

FURTADO, Celso. 2007. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. 1994. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

MARTINS, Luciano. 1987. “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 2, n. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NABUCO, Joaquim. 2000. O Abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Livro inteiro)

NASCIMENTO, Abdias. 2016. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas.

PRADO Jr., Caio. 2011. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras.

RAMOS, Guerreiro. 1996. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

ROMERO, Silvio. 2001. Compêndio de história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora.

TORRES, Alberto. 1982. A organização nacional. Brasília: Editora da UnB.

VIANNA, Oliveira. 2005. Populações Meridionais do Brasil. Brasília: Senado Federal.

WEFFORT, Francisco. 1978. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PESSOA, INDIVÍDUO E MODERNIDADE

Código: CSO121	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

As construções históricas e representações de pessoa e indivíduo no pensamento social. A problemática do holismo/individualismo e a concepção de pessoa e indivíduo. A vivência de pessoa e indivíduo em sociedades tradicionais. Cosmologias do individualismo ocidental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fundamentos antropológicos do estudo de Pessoa
2. Regimes disciplinares do corpo e subjetivação
3. Interação pessoa/coletividade
4. Identidade e intersubjetividade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUTLER, Judith. 2003. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. 2004. "Honra, dignidade e reciprocidade". Série Antropologia, 344. Brasília, UnB/Departamento de Antropologia.

DUMONT, Louis. 1985 (1980). O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco.

DUMONT, Louis. 2000. Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC.

ELIAS, Norbert. 1993. O processo civilizador. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert. 1994. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FOUCAULT, Michel. 1976-1984. História da sexualidade. Vols. I a III (A vontade de saber, 1976; O uso dos prazeres, 1984; O cuidado de si, 1984). Rio de Janeiro: Graal.

GEERTZ, Clifford. 1978. "Pessoa, tempo e conduta em Bali". In: A Interpretação das Culturas. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, p. 277-225.

GOLDMAN, Marcio. 1996. "Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa". Revista de Antropologia, v.39 (1), p.83-109.

MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS de CASTRO, V. 1979. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. Boletim do Museu Nacional (Série Antropologia), n. 32, p. 2-19.

SIMMEL, Georg. 2006. Questões fundamentais de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VELHO, Gilberto. 1981. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, Gilberto. 1994. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. 1979. "A fabricação do corpo na sociedade xingua". Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia, n. 32, p. 40-49.

VIVEIROS de CASTRO, E.; BENZAQUEN DE ARAÚJO, R. 1977. "Romeu e Julieta e a Origem do Estado". In: VELHO, Gilberto. Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar, p.130-169.

POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso discute os governos na nova república; o conceito de lulismo; as pesquisas acerca da nova classe média no Brasil; as manifestações de Junho de 2013 e os novos movimentos sociais; a crise da democracia e seus desdobramentos; a ascensão da extrema-direita no Brasil.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Principais interpretações sobre o Brasil pós-constituente; 2. Manifestações de rua e novos movimentos sociais; 3. Crise da democracia e instabilidade institucional; 4. Emergência da extrema-direita no Brasil; 5. Tópicos contemporâneos sobre política brasileira.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
AVRITZER, Leonardo. 2016. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. BRAGA, Ruy. 2017. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo. CARVALHO, Laura. 2018. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). 2018. Encruzilhadas da democracia. Porto Alegre, RS: Zouk. NOBRE, Marcos. 2013. Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras. NUNES, Rodrigo. 2022. Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo, SP: Ubu Editora.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
SAFATLE, Vladimir. 2012. A esquerda que não teme dizer seu nome. São Paulo: Três Estrelas. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 2017. A democracia impedida: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora. SINGER, André. 2012. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras. SINGER, André. 2018. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras.	

POLÍTICA COMPARADA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

A disciplina oferece uma introdução ao estudo da política comparada, abordando as principais teorias, conceitos, métodos e ferramentas utilizados para a análise e compreensão dos sistemas políticos ao redor do mundo. Também examina a diversidade de arranjos institucionais, processos eleitorais, sistemas de governo, e a interação entre Estado e sociedade em diferentes contextos nacionais e regionais. Ao final do curso, os(as) estudantes devem estar familiarizados com os principais conceitos e abordagens teóricas da política comparada; compreenderem as diferenças e semelhanças entre diversos sistemas políticos; e terem uma visão crítica sobre os impactos das variações institucionais e contextuais na governança, na democratização, e na política pública. Além disso, o curso visa desenvolver habilidades analíticas para a comparação sistemática e rigorosa de fenômenos políticos em diferentes países.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à Política Comparada
2. Métodos e Técnicas de Pesquisa
3. Sistemas Políticos Comparados
4. Sistemas Eleitorais e Partidários
5. Governança e Políticas Públicas
6. Estado e Sociedade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMOND, Gabriel A., Powell, G. Bingham Jr., Dalton, Russell J., & Strom, Kaare. *Política Comparada Hoje: Uma Abordagem Mundial*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- AMORIM NETO O, Rodriguez JCC. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. *Rev Adm Pública*.
- AVRITZER, Leonardo. "Modelos de Democracia: Participação e Deliberação no Brasil e na América Latina." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, no. 68, 2008, pp. 3-20.
- CARAMANI, Daniele (Org.). *Manual de Política Comparada*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- COPPEDGE, Michael. "Sistemas de Partidos e Governabilidade nas Novas Democracias." In: Meneguello, Rachel (Org.). *Partidos e Governos no Cone Sul: Desafios da Consolidação Democrática*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.
- GIRAUD O. Comparação dos casos mais contrastantes: método pioneiro central na era da globalização. *Sociologias* [Internet]. 2009Jul;(22):54–74.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- IMMERGUT, Ellen M. - *As Regras do Jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia*, (1992) Nova York, Cambridge University Press.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LIMA, Lúcio Rennó & Guarnieri, Fernando. "Polarização Política e a Crise da Democracia no Brasil: Uma Análise Comparativa." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 34, no. 99, 2019, pp. 1-26.
- MAINWARING, Scott & Pérez-Liñán, Aníbal. "A Nova Geografia dos Sistemas Partidários." In: Mainwaring, Scott. *Sistemas de Partidos e Governabilidade nas Democracias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MAINWARING, Scott. *Sistemas de Partidos e Governabilidade nas Democracias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MARENCO, A.. (2010). Quando leis não produzem os resultados esperados: financiamento eleitoral em perspectiva comparada. *Dados*, 53(4), 821–853.
- MELO, MA. O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática. *Rev bras Ci Soc* [Internet]. 2007Feb;22(63):11–29.
- MENEGUELLO, Rachel (Org.). *Partidos e Governos no Cone Sul: Desafios da Consolidação Democrática*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

PERISSINOTTO R. Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. Rev bras Ci Soc [Internet]. 2013Oct;28(83):151-65.

PERISSINOTTO, Renato; Botelho, João Carlos Amoroso; Bolognesi, Bruno; Batista, Mariana; Santos, Manoel Leonardo (Orgs.) Política comparada: teoria e método. EDUERJ - EDITORA DA UNIVERSIDADE; 1ª edição (1 janeiro 2024).

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SANTOS AM dos. Quando comparamos para explicar: desenhos de pesquisa e sequências temporais na investigação de instituições políticas. Rev bras Ci Soc [Internet]. 2012Oct;27(80):203-17.

SINGER, André. "Reforma Política e Sistemas Eleitorais: Uma Análise Comparativa." Lua Nova, vol. 70, 2007, pp. 89-116.

POLÍTICA PÓS-COLONIAL E DECOLONIAL

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso aborda a política colonial e suas persistências; o surgimento de teorias pós-coloniais e decoloniais; epistemologias alternativas e a crítica aos falsos universalismos; subalternidade e crítica à democracia; a política a partir do Sul global.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Estudos pós-coloniais e decoloniais; 2. Epistemologias alternativas e crítica aos falsos universalismos; 3. Colonialismo, gênero, raça e identidade; 4. Subalternidade e crítica à democracia; 5. Relações políticas a partir do Sul global.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BAHBHA, Homi. 2005. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG. CÉSAIRE, Aimé. 1978. Discurso sobre o Colonialismo. Lisboa: Sá da Costa. FANON, Frantz. 1968. Os Condenados da Terra. São Paulo: Civilização Brasileira. FANON, Frantz. 2008. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: Edufba. GILROY, Paul. 2001. O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência. São Paulo: Editora 34. GONZALEZ, Lélia. 1988. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, no 92/93, pp. 69-82.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
HALL, Stuart. 2003. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG. SAID, Edward. 1990. Orientalismo, o Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras. SEGATO, Rita. 2012. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-Cadernos CES, no 18. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG.	

PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Código: CSO145	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Temas que ofereçam a possibilidade de uma discussão das condições macro-teóricas da análise política, a exemplo dos processos trans-nacionais e de globalização. Blocos econômicos, política internacional e a estratégia brasileira. Temas ligados aos problemas de sustentabilidade da economia e o modo de vida originado na modernidade, direcionado ao consumo e à acumulação. Problemas estruturais do capitalismo e dos Estados, simultaneamente como objetos empíricos de análise e conceitos analíticos de uma teoria crítica das relações internacionais. Os temas do local versus global, a depreciação dos controles domésticos face aos fluxos políticos e econômicos internacionais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Globalização 2. Economia e guerra entre as nações 3. Blocos econômicos e sociedades mundiais 4. Os dilemas do nacional (local) frente ao global 5. O capitalismo de hoje e seus críticos dentro e fora do liberalismo e do marxismo. 6. Crise econômica mundial e crise ambiental: o retorno ao estado de natureza. 7. Prospecções e estudos exemplares (pesquisas recentes e relevantes sobre o tema)	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARON, R. Paz e Guerra entre as Nações. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. KANT, I. A paz perpétua. L&PM, Porto Alegre, 2011. WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como o concebemos. Rj, Revan, 2002. ALBERTI, Raquel Lorensini. Estado x Mercado e o Tipo de Definição da Ordem Global. Disponível na Internet em www.angelfire.com/sk/holgonsi, Maio- 2003 AMBROSE, Stephen. O Dia D – 6 de junho de 1944 – A Batalha Culminante da Segunda Grande Guerra. Civilização Brasileira. ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. 3.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997. Baran, P; Sweezy, P. Capitalismo monopolista. R. Janeiro: Zahar, 1966. BAUMAN, Zygmunt. La globalización: consecuencias humanas. México, Fondo de Cultura Económica, 1999. BECK, Ulrich. O que é globalização? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999. BLACKBURN, Robin. (org.) Depois da queda. O fracasso do Comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 BOBBITT, Philip. A Guerra e a Paz na História Moderna. Campus. BRAGA, Sérgio; MIRANDA, Luiz C. de (Orgs.). Comercio e meio ambiente: BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília, UNB, 2002. CASTELLS, Manoel. O poder da Identidade. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2001 CERVO, Amado Luiz. & BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: UNB, 2002 CHESNAI, François. A Mundialização do Capital. Ed. Xamã, 1996. CHOMSKY, Noam. 11 de setembro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. CHURCHILL, Winston S. Memórias da Segunda Guerra Mundial. Nova Fronteira. CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. Ed. da UnB. DROZ, Bernard & ROWLEY, Anthony. História do Século XX. Lisboa, Dom Quixote, 1988. 4 V. EHRENREICH, Bárbara. Ritos de Sangue – Um Estudo sobre as Origens de Guerra. Record. escolhidas. V. 1. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1982. FEATHERSTONE, Mike. Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. Studio Nobel. FEATHERSTONE, Mike. Cultura Global. Vozes. 1	

FRIEDEN, Jeffry A. & MANHEIMER, Vivian. Capitalismo Global: Historia Economica E Politica Do Seculo XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 572p.

GADDIS, John Lewis. História da Guerra Fria. Nova Fronteira.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo, UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. O Estado-Nação e a Violência. EdUSP. GOLDBLATT, David. Teoria social e ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1998

GÓMES, José Maria. Política e democracia em tempos de globalização. Petrópolis, Vozes, 2000.

GONÇALVES, Williams. Relações internacionais. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002 Grande do Sul: UFRGS, 1998

GROTIUS, Hugo. O Direito da Guerra e da Paz – vols. 1 e 2. Ed. da UNIJUI.

HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional: ensaios políticos. São Paulo, Littera Mundi, 2001.

HELD, David & MCGREW, Anthony. Prós e Contras Da Globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 108p.

HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HONNETH, Axel. “Teoria Crítica” in: GIDDENS e TURNER. Teoria Social Hoje. EdUNESP.

HUNTINGTON, Samuel. Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, s.d

IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais: Teorias E Abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 448p.

JOHNSON, Steven. Cultura da Interface. Jorge Zahar.

KEEGAN, John. Inteligência na Guerra. Companhia das Letras.

KISSINGER, Henry. Diplomacia. Ed. da Faculdade da Cidade (UniverCidade).

KRUGMAN, Paul. Economia Internacional – Teoria e Política. Pearson.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Paz e Terra. KURZ, Robert. Os Últimos Combates. Vozes.

LANDES, David. A Riqueza e a Pobreza das Nações. Campus.

LE PRESTRE, Pierre. Ecopolítica internacional. São Paulo: Editora do SENAC, 2000. Lênin , V. I. U. Imperialismo a face superior do capitalismo. In: Obras

LENS, Sidney. A Fabricação do Império Americano – Da Revolução ao Vietnã. Civilização Brasileira.

Magdoff, H. A era do imperialismo. S. Paulo: Hucitec, 1969.

MARTIN, Hans-Peter. SHUMANN, Harald. A armadilha de Globalização. São Paulo. Ed. Globo, 1999

MORGENTHAU, Hans. A Política entre as Nações. Ed. da UnB/IPRI/Imprensa Oficial do estado de São Paulo.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. Império. Record.

NOGUEIRA, João P. & MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. Paulo, 2002

RESENDE, Paulo-Edgar et alli. Desafios da globalização. 2.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

SADER, Emir (org.). A Guerra Infinita – Hegemonia e Terror Mundial. Vozes.

SADER, Emir. O mundo depois da queda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as Novas Tecnologias. Ed. 34.

TOYNBEE, A.J. Estudos de História Contemporânea. Ed. da UnB. uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Brasília: MMA/SDS, 2002

VIDAL, Gore. Sonhando a Guerra. Nova Fronteira.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro. Rio

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Os dez anos que abalaram o século 20: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre, Novo Século, 1999.

Wallerstein, I. Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. Após o liberalismo. Petrópolis, Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. São Paulo, Contraponto, 2004.

WALTZ, Kenneth. O Homem, o Estado e a Guerra. Martins Fontes.

WALZER, Michael. Guerras Justas e Injustas. Martins Fontes.

WIGHT, M. A Política do Poder. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

RAÇA E POLÍTICA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O curso discute o estudo das relações raciais no Brasil; os conceitos, linguagens e abordagens do campo das relações raciais; os movimentos sociais e políticas públicas antirracistas; as questões raciais em perspectiva comparadas;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O campo de estudos das relações raciais no Brasil;
2. Conceitos linguagens e abordagens do campo das relações raciais;
3. Movimentos sociais anti racistas;
4. Políticas públicas de enfrentamento à desigualdade racial;
5. Relações raciais em perspectiva comparada.
6. Sub-representação política dos não brancos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNARDINO, Joaze. 2002. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Estudos afro-asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2.

CAMPOS, Luiz Augusto e MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2015, n.16, pp.121-151.

CAMPOS, Luiz Augusto e MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Rev. Sociol. Polit.* 25 (61), 2017.

CAVALLEIRO, E. et al. 2005. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10639/03. Brasília: MEC/SECAD.

GUIMARÃES, A. S. 1999. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34.

GUIMARAES, A. S. 2003. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 29, n. 1.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Orgs.) 2000. Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.

HALL, Stuart. 2003. Diáspora. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. 1988. Estrutura Social, Mobilidade e Raça. São Paulo: Vértice.

QUEIROZ, Delcele (Org.). 2002. O negro na universidade. Salvador: Novos Toques.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. 2006. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, no. 4, p. 883-873, 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. 2012. Reconhecimento. Utopia. Distopia. Os sentidos da política de cotas raciais. São Paulo: Annablume/Fapesp.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. 2006. O movimento negro e o Estado (1983-1987). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

SANTOS, R. E.; LOBATO, F. 2003. Ações afirmativas: Políticas Públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A.

SILVERIO, Valter Roberto. 2002. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117.

SOUZA, Celina. 2006. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16.

SOCIEDADES CAMPONESAS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Definição de campesinato. A organização social do campesinato: família, parentesco e vizinhança. A especificidade da economia camponesa. Sociabilidade, moralidade e religião. A cidade e o campo. Natureza e cultura no campesinato. Política de facções, messianismo e questão agrária. Novos nominalismos: quilombolas, populações tradicionais e outros.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Campesinato: uma categoria em debate 2. O mundo da casa e as relações vicinais 3. Produção e troca econômica no mundo camponês 4. A moralidade camponesa: religião, cotidiano e festas 5. A relação entre a cidade e o campo 6. O meio ambiente na perspectiva camponesa 7. Política e movimentos sociais no campo 8. O camponês na contemporaneidade: novos nomes para o mesmo personagem?	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ALMEIDA, Mauro. 2007. "Narrativas agrárias e a morte do campesinato". Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais, Vol 1 (2). BOURDIEU, Pierre. 1962. "Célibat et Condition Paysanne". Études Rurales, 5-6, pp. 32-109. BOURDIEU, Pierre. 1963. "La Société Traditionnelle: attitudes à l'égard du temps et conduite économique". In: Sociologie du Travail, n.l, pp. 24-44. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1981. Os Sacerdotes da Viola. Petrópolis: Editora Vozes. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1999. O afeto da terra. Campinas: Editora da Unicamp. CARNEIRO, Maria José. 2001. "Herança e gênero entre agricultores familiares". Revista Estudos Feministas, 9 (1). CHAYANOV, Alexander V. 1981. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). A Questão Agrária - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense. COMERFORD, John Cunha. 1999. Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política. COMERFORD, John Cunha. 2003. Como uma Família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará. FIRTH, Raymond. 1974. Elementos de organização social. Rio de Janeiro: Zahar. FORTES, Meyer. S/d. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Brasília: UnB (Caderno de Antropologia, 6) GARCIA JUNIOR, Afrânio. 1983. Terra de Trabalho, Trabalho Familiar e Pequenos Produtores. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. GEERTZ, Clifford. 1967. "Form and Variation in Balinese Village Structure". In: POTTER et. al.: Peasant Society: a Reader, pp.255-278. GODOI, E.P. de; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. 2009. Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Construções Identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP; DF: NEAD. GODOI, E.P. de; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. 2009. Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: UNESP; DF: NEAD. HEREDIA, Beatriz. 1979. A Morada da Vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MENDRAS, Henri. 1978. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar.
- MINTZ, Sidney. 1959. "Internal market system as mechanism of social articulation". In: V.F. Ray (ed.), The Intermediate Society. Washington: University of Washington Press.
- MINTZ, Sidney W. and Eric R. Wolf. 1967. "An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo)". In: Peasant Society: A Reader, Jack M. Potter et al. eds. Boston: Little, Brown, pp. 174-199
- MOURA, Margarida M.. 1988. Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- POLANYI, Karl. 2012. "A economia como processo instituído". In A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 293-329.
- PRADO, Regina. 2007. Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa. São Luís: EDUFMA.
- SHANIN, Teodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações". Estudos Cebrap, n. 26, p. 41-80.
- SCOTT, James C.. 2002. "Formas cotidianas de resistência camponesa". Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Vol. 21, nº 1, p. 10-31.
- SIGAUD, Lygia. 1979. Os clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. 2015. "O Camponato Brasileiro: uma história de resistência". RESR, Vol. 52 (1).
- WILLIAMS, Raymond. 1989. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras.
- WOORTMANN, Ellen. F. 1982. "O sítio camponês". In: Anuário Antropológico 81, Vol. 6 (1).Pp. 164 a 202.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. 1997. O trabalho da terra. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- WOORTMANN, Klass. 1990. "Com Parente não se Negueia: o camponato como ordem moral". Anuário Antropológico/87. Brasília/Rio: Ed.UnB/Tempo Brasileiro.
- WOLF, Eric. 1970. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar.
- WOLF, Eric. 2003. Antropologia e Poder. São Paulo: Ed. Universidade.

SOCIEDADE E ECONOMIA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Esta disciplina visa debater a relação entre Sociologia e Economia, tendo como eixo norteador as múltiplas interpretações do capitalismo. Ao longo do século XX, diversas abordagens foram traçadas para a organização econômica das sociedades, tendo como eixos Estado, crescimento e desenvolvimento, em suas diversas matizes. O liberalismo e suas implicações, o compromisso fordista, as variações estratégicas de gestão empresarial e seus impactos sociais, o institucionalismo, a financeirização, as análises dos mercados e de cadeias de valor. Também serão abordadas as formas de relação entre Estado e empresas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. Estados e mercados
2. Crescimento, desenvolvimento e seus impactos na sociedade
3. Escolas de pensamento econômico e seus reflexos na sociedade
4. Regulação e instituições
5. Mercados, financeirização e agentes econômicos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. O novo espírito do capitalismo. WMF Martins Fontes, 2009. pp. 35-79.

BOYER, Robert; DRACHE, Daniel; PINHEIRO, Jorge. Estados contra mercados: os limites da globalização. 1996.

DIMAGGIO, Paul Joseph; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. Caderno CRH, v. 25, p. 481-504, 2012.

GERSCHENKRON, Alexander. O atraso econômico em perspectiva comparada. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014.

GRAÇA, J. C. Afinal, o que é mesmo a Nova Sociologia Económica? Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 73, 2005. p. 111-129.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE eletrônica, v. 6, n. 1, 2007. p. 1-41.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. Novos estudos-CEBRAP, n. 85, 2009. p. 151-170.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Editora Saga, 1960.

OSORIO, Jaime. O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

críticas e perspectivas". Horizontes Antropológicos, n. 58, pgs 7-31. Porto Alegre, set/dezembro 2020, UFRGS.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINTO, L. A. C. Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Leya, 2013.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. São Paulo: Record, 2000

SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre. Editora ARTMED. 2010.

SCHUMPETER, J.A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo, Abril Cultural, 1997.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das letras, 2019.

STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. Boitempo Editorial, 2019.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. Tempo Social, v. 16, n. 2, 2004. p. 7-34.

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

A disciplina propõe discutir temáticas e autores/as contemporâneos/as que tiveram forte influência no pensamento sociológico a partir das últimas décadas do século XX, com destaque para a diversidade de correntes e posições teórico-metodológicas, e para o caráter multiparadigmático da sociologia. Entre as possibilidades de temas a serem trabalhados estão: reconhecimento social, relações de poder, ação comunicativa/estrutura comunicacional, conflito social, identidade, relativismo, colonialismo e decolonialidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O caráter multiparadigmático da sociologia
2. Debates sociológicos contemporâneos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris: Payot, 2005, p. 91-113.
- BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BUTLER, J., & BRETAS, A. Meramente cultural. *Ideias*, 7(2), 227–248, 2017. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. "Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'", em LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p.23-75.
- FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo, Ed. Graal, p.167-179, 1979.
- FOUCAULT, M. O corpo dos condenados. In: *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997, p. 9-30.
- FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York; London: Verso, 2003.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, 2006, p. 231-239.
- GRIMSOM, Alejandro. Las culturas son más híbridas que las identificaciones. *Anuário Antropológico/2007-2008, 2009: 223-267*.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JOAS, H.; KNÖBEL, W. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LUGONES, María. "Colonialidade e gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. "Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas". In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org.). Colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SPIVAK, Gayatri. "Pode o subalterno falar?" Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOCIOLOGIA DA CULTURA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A disciplina intenta apresentar a especificidade da reflexão sociológica quando confrontada com o domínio da cultura. Assim, um dos princípios será o de fornecer um panorama geral das contribuições teóricas e epistemológicas que já se tornaram clássicas no âmbito da sociologia da cultura, possibilitando a compreensão de seus conceitos basilares, de escolas determinadas e de autores diversos neste campo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Cultura na Sociologia
2. Escolas Sociológicas e o conceito de cultura

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. "A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas", IN: *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985, pp. 113-156.

ADORNO, Theodor W. "A indústria cultural", IN: Cohn, Gabriel (org.), *Theodor W. Adorno - Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Editora Ática, 1984, pp. 92-99.

ADORNO, Theodor W. "Caracterização de Walter Benjamin" IN: *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo, Editora Ática, 2001, pp. 223-237.

ADORNO, Theodor W. "Televisão, consciência e indústria cultural", IN: COHN, Gabriel (org.), *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1971, pp. 346-354.

BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução", IN: *Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas: Os Pensadores – Vida e Obra*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1980, pp. 3-28.

BOURDIEU, Pierre & HAACKE, Hans. *Livre troca: diálogos entre ciência e arte*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995.

BOURDIEU, Pierre. "Fundamentos de uma ciência das obras" IN: *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 203-318.

BOURDIEU, Pierre. "Por uma ciência das obras", IN: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Editora Papius, 5.ª edição, 2004, pp. 53-73.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2009, 6.ª edição, pp. 27-98; 99-182; 269-294.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2004, pp. 19-98.

BOURDIEU, Pierre. *O amor pela arte*. São Paulo, Editora Zouk e EDUSP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2003, pp. 37-50.

CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e Sociedade na Arte Italiana: Ensaios de história social da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 125-222.

CHARTIER, Roger. "O mundo econômico ao contrário", IN: ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose Marie (org.): *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2005, pp. 253-260.

COHN, Gabriel. "Adorno e a teoria crítica da sociedade", IN: Cohn, Gabriel (org.), *Theodor W. Adorno - Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Editora Ática, 1984, pp. 7-30.

DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios I: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 21-34.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994, pp. 11-60.

ELIAS, Norbert. *Mozart: a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. "A Sociologia da cultura no Brasil: uma interpretação". In: MICELI, Sergio & MARTINS, Carlos Benedito: *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017.

FREDERICO, Celso. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo, Moderna, 1997.

FURIÓ, Vicenç. "Objetivos, límites y problemas de la sociología del arte", IN: *Sociología del Arte*, Madrid, Ediciones Cátedra, 2000, pp. 19-34.

GUTIERREZ, Alicia B. "A modo de introducción. Los conceptos centrales en la sociología de la cultura de Pierre Bourdieu", IN: BOURDIEU, Pierre: *El sentido social del gusto: Elementos para una sociología de la cultura*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores, 2010, pp. 9-18.

HEINICH, Nathalie. *La sociologie de l'art*. Paris, La Découverte, 2004.

HENRY, Charles. "Elementos para uma teoria da individualização. Quando o criado Mozart se achava um livre artista", IN: GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard (org.): *Norbert Elias e a história*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001, pp. 145-162.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Editora Ática, 1996.

JURT, Joseph. « L'apport de la théorie du champ aux études littéraires », IN: PINTO, Louis, SAPIRO, Gisèle, CHAMPAGNE, Patrick (org.): *Pierre Bourdieu, sociologue*. Paris, Fayard, 2004, pp. 255-278.

KOHE, Flávio. *Benjamin e Adorno: confrontos*. São Paulo, Editora Ática, 1978.

KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.

LUKÁCS, György. "Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels", IN: *Arte e Sociedade: escritos estéticos (1932-1967)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2.ª Edição, pp. 87-119.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. "A história dos homens", IN: FERNANDES Florestan (org.), *Marx, Engels – História*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Editora Ática, 1989, pp. 182-214.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.

MICELI, Sergio. "Norbert Elias e a questão da determinação", IN: NEIBURG, Federico et alli (org.): *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo, EDUSP, 2001, pp. 113-128.

MICELI, Sergio. « Effet de réel et réalité de l'illusion. Le Flaubert de Bourdieu », IN: PINTO, Louis, SAPIRO, Gisèle, CHAMPAGNE, Patrick (org.): *Pierre Bourdieu, sociologue*. Paris, Fayard, 2004, pp. 279-288.

PALHARES, Taísa Helena Pascale. *Aura: a crise da arte em Walter Benjamin*. São Paulo, Editora Barracuda, 2006.

PINTO, Louis. "A teoria dos campos", IN: *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, pp. 65-90.

PONTES, Heloísa. "Elias, renovador da ciência social", IN: NEIBURG, Federico et alli (org.): *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo, EDUSP, 2001, pp. 17-36.

SAPIRO, Gisèle. "Autonomia estética, autonomização literária", IN: ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose Marie (org.): *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2005, pp. 293-300.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código: CSO140	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Refletir sobre a Educação como fenômeno sociológico, a partir de eixos transversais: às tradições sociológicas e sua leitura da Educação, os papéis sociais da Escola e as matrizes para análise histórica da Educação como objeto da pesquisa social. A Educação no contexto da Estrutura de Classes investiga o papel da escola nos processos de estratificação, reprodução e mobilidade social. Segue-se a análise sociológica do fracasso escolar, o papel político da escola e sua relação com o Estado. Os determinantes endógenos e exógenos do processo de escolarização são analisados em conexão com os processos culturais e os processos educativos extra-classe. Sociologia da Educação no Brasil.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Educação como objeto sociológico: Educação nas tradições sociológicas: Durkheim, Weber, Marx e o marxismo (Gramsci). A Educação no liberalismo: A. Marshall (economia) e TH Marshall (política). Algumas interpretações do papel social da educação no século XX: Dewey, Bourdieu, Boudon, Giddens. 2. Socialização e aprendizagens sociais: Os processos de socialização primária e secundária. Capital Social, Civismo e Cidadania. 3. Classes Sociais e Educação: Estratificação, desigualdades e equalização social. Economia material x posicional e credencialismo. Mobilidade Social: fluidez, fechamento e efeitos de trajetória. 4. Economia e Educação: Teoria do Capital Humano e seus contrapontos; Produtividade e “proletarização”; Economia do conhecimento, inovação e empreendedorismo. 5. Estado, Política e Educação: A Escola como espaço de poder; Gestão escolar e a relação entre Estado e Escola. Sistemas de Ensino: diferentes modelos (<i>tracking</i>) e realização social; Os profissionais de educação; Movimentos Sociais e Educação. 6. Cultura, Pluralidade e Educação; Currículo como produção social; Pedagogias visíveis e invisíveis e violência simbólica; <i>Habitus</i>, Pedagogia da repetência e profecia auto-realizadora; Pós modernidade e Educação. 7. Sociologia da Educação no Brasil; Escola tradicional e a Escola Nova; Reformas educacionais e a lenta democratização do acesso; Os desafios de rendimento (fluxo), desempenho (qualidade) e equidade; Pesquisas contemporâneas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
PETITAT, André. Produção de Escola / Produção de Sociedade. Análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994. FORQUIN, Jean Claude. <i>Sociologia da Educação: 10 anos de pesquisa</i>. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995. GIDDENS, Anthony. <i>Sociologia</i>. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. DURKHEIM, Emile. <i>Educação e Sociologia</i>. Lisboa, Edições 70, 2007. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. VALLE SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos. "Tendências da desigualdade educacional no Brasil". Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000. BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. “Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil”. Texto para Discussão nº 857. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 2002. BOUDON, Raymond. A Desigualdade de Oportunidades. Brasília: Ed. UNB, 1981. HIRSCH, Fred. Limites Sociais do Crescimento. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. Tratado Introdutório. São Paulo, Nova Cultural, 1996, vol. 1. VALLE SILVA, Nelson & HASENBALG, Carlos A. “Recursos familiares e transições educacionais”. Cadernos de Saúde Pública, nº 18, sup., mar. 2002, pp.67-76. NOGUEIRA, Maria Alice. “Trajetórias Escolares, Estratégias Culturais e Classes Sociais”. Teoria e Educação, nº 3, 1991.	

VALLE SILVA, Nelson & HASENBALG, Carlos A. (orgs.). Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM, Topbooks, 2003.

APPLE, Michael W. Educação e Poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. Ed. Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1999

SILVA, Tomaz Tadeu (org). Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 250p

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. Estudos Avançados. São Paulo, v. 5, n. 12, Aug. 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 28 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. Sociologia Educacional. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BAUDELLOT, C. e ESTABLET, R. L'école capitaliste en France. Paris, Maspero. 1971.

BECKER, Gary, Human Capital: a Theoretical and Empirical Analysis, with Special reference to Education. Nova York: Columbia University Press, 1964.

BLUESTONE, Barry; HARRISON, Bennett. The deindustrialization of America: plant closings community abandonment, and the dismantling of basic industry. New York: Basic Books, 1982. 323p.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução - Elementos para uma teoria do sistema de ensino. (2ª. Ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1982.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no séc. XX. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Guabunabara, 1987.

BUCHMANN, Claudia e HANNUM, Emily. "Education and Stratification in Developing Countries: A Review of Theories and Research". International Sociological Association (ISA), Research Committee 28 on Social Stratification and Mobility (<http://www.soc.duke.edu/~rc28/>). Conference Paper, Libourne, 2000.

COLEMAN, James S. et al. Report on Equality of Educational Opportunity. U.S. Government Printing Office for Department of Health, Education and Welfare, 1966.

COLLINS, Randall. The credential society : an historical sociology of education and stratification. Nova York: Academic Press, 1979.

COMENIUS, Iohannis Amos. Didactica Magna. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DAVIES, Brian. Bernstein, Dukheim e a sociologia da educação na Inglaterra. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 120, Nov. 2003.

DEWEY, John. Experiência e Educação. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1971.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da escola improdutiva. SP, Cortez, 1984.

GRANOVETTER, Mark S. Getting a job: a study of contacts and careers. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1974.

GRIFFIN, P. e COX EDWARDS, A. Rates of Return to Education in Brazil: Do Labor Market Conditions Matter?. Economics of Education Review, vol. 12, nº 3, pp. 245-255. 1993

HASENBALG, Carlos A.; LIMA, Marcia e SILVA, Nelson do Valle. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HUME, David. Tratado da Natureza Humana. Livro I, partes 3 e 4 (Credulidade). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

JENCKS, Christopher. Inequality: A Reassessment of the effect of family and Schooling in America. New York, Basic Books, Inc., 1972.

JENCKS, Christopher & PHILLIPS, Meredith (orgs). The Black-White Test Score Gap. Oxford: Brookings Institution Press, 1998.

LAM, David. Intergenerational educational mobility in Brazil. Rio de Janeiro: IPEA, 1992

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo, Ed. Hucitec, 1984.

MURPHY, Raymond. Social closure: the theory of monopolization and exclusion. Oxford, Clarendon Press, 1988.

PERRENOUD, Philippe. Escola e Cidadania. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2005.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 29o ed., 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SALM, Cláudio. Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.

SCHULTZ, Theodore W. The economic value of education. Nova York, Columbia University Press, 1963.

SCHUMPETER, Joseph A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SHAVIT, Y. e MULLER, W. From school to work: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations. Oxford, Clarendon Press/Oxford Univ. Press, 1998.

THUROW, Lester C. Generating inequality. Nova York, Basic Books, 1975.

VALLE SILVA, Nelson do. "Race, schooling and social mobility in Brazil". Ciência e Cultura, vol. 51, nº 5/6, set. 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, Ed., 1989.

WILLIS, Paul. Aprendendo a ser Trabalhador. Escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA

Código: CSO137	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Explicações sociológicas sobre o fenômeno da violência. A violência no Brasil contemporâneo. A violência e os padrões de sociabilidade no Brasil. A violência e suas repercussões sobre a juventude, a saúde pública, a organização territorial, a exclusão social.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Os conceitos de violência, crime e desvio 2. O crescimento da violência desde o fim do século 20 3. Agressores e agredidos 4. Violência e cultura 5. Violência, poder e controle social	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
DADOUN, Roger. 1998. A violência. São Paulo: Difel. MICHAUD, Yves. 1989. A violência. São Paulo: Ática. PAIVA, Vanilda (org.). 2007. Juventude em conflito com a lei. Rio de Janeiro: Garamond.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ZALUAR, Alba. 2004. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio De Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. YOUNG, Jock. 2002. A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan.	

SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O objetivo da disciplina é oferecer ao/à aluno/a uma introdução ao debate da questão étnico-racial na atualidade. Sendo assim, o curso permite um conhecimento da história do debate sobre raça, suas principais correntes teóricas e os temas tratados até o momento. Cada aula abordará esses debates a partir de textos de autores e autoras de diferentes contextos nacionais e perspectivas teóricas. Por fim, a bibliografia selecionada privilegia, da perspectiva sociológica, estudos recentes sobre raça e racismo no debate público contemporâneo, tomando como central a emergência das teorias pós-colonial e decolonial para o debate racial e racismo.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. O que é raça? 2. O conceito de raça 3. Desigualdades raciais 4. Racismo 5. Raça e a Teoria pós-colonial	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa. 2003, v. 29, n. 1, pp. 93-107 HOFBAUER, Andreas. De raça a identidade. Cadernos de Campo (USP. 1991), São Paulo, v. 5/6, p. 173-188, 1997. BETHENCOURT, Francisco. Racismos: Das Cruzadas ao século XX. São Paulo: Cia das Letras, 2015. OTH, Wendy. The multiple dimensions of race, Ethnic and Racial Studies, v. 39, n. 8, pp. 1310-1338, 2016. DOI: 10.1080/01419870.2016.114079 FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
JESUS, Matheus. O Massacre dos Libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889). São Paulo: Editora Perspectiva. Hasenbalg, Carlos Alfredo. (1979), Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal. Capítulo 3. LIMA, R. K. ; CAMPOS, M.S. Sujeição sanitária e cidadania vertical: Analogias entre as políticas públicas de extermínio na segurança pública e na saúde pública no Brasil de hoje. Revista Dilemas IFCS-UFRJ, v. 14, p. 1-9, 2021. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. Dados, v.49, n.4, pp.833-873, 20 DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. Capítulos 1 e 5. Complementar GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, v. Anpocs, p. 223-243, 1984 FERNANDES, Florestan. "Pauperização e anomia social" A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Editora Globo, 2008. ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Letramento e Justificando, 2019. HOFBAUER, Andreas. O conceito de raça e o ideário do branqueamento no séc. XIX -bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria & Pesquisa, São Carlos (UFSCar), v. 42-43, n.jan / jul, p. 63-110, 2003. LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, no. 87, p. 77-95, Julho de 2010.	

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João e CAMPOS, Luiz Augusto. "Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico". Cadernos de Pesquisa, vol.43, n.148, pp. 302-327, 2013

FANON, F. Os condenados da terra. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005, p.23-75.

Bernardino-Costa, Joaze. A prece de Frantz Fanon. Civitas - Revista de Ciências Sociais. 2016, v. 16, n. 3 , pp. 504-521.

SAID, Edward. Introdução e capítulo 1. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Bueno, Tomás Rosa (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13-121.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem Imperialidade? O Elo Perdido do Giro Decolonial. Dados-Revista de ciências sociais, v. 60, p. 505-540, 2017.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? 2a. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? São Paulo: Letramento e Justificando, 2017.

ROSA, A. R., MEDEIROS, C. R.O e VALADÃO JÚNIOR, V. M. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. Cadernos EBAPE.BR . 2012, v. 10, n. 2 , pp. 393-410

Gilroy, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001, p.33-101.

Guimarães, A. S. Formações nacionais de classe e raça. Tempo Social, v. 28, p. 161-182, 2016.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.55-101.

GUIMARAES, A. S.; RIOS, Flavia; SOTERO, E. C. Coletivos negros e novas identidades raciais. Novos Estudos. CEBRAP, v. 39, p. 309-327, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do Negro Brasileiro; Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SCHWARCZ, L. K. M.. Questão racial e etnicidade. In: Sérgio Miceli. (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) Antropologia. São Paulo: Sumaré, 1999, v. 1, p. 267-326.

SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A disciplina propõe acompanhar as discussões sobre os estudos de gênero e suas contribuições para a compreensão do mundo social. Serão trabalhados e refletidos aspectos de seu desenvolvimento: como se construiu a própria noção de gênero e como ela foi sendo interpelada e mesmo desconstruída no desenvolvimento desses estudos; e quais são algumas tendências capazes de sinalizar a originalidade e o vigor da contribuição dos estudos de gênero para a sociologia. Trata-se de oferecer um painel das inovações teóricas e metodológicas presentes no campo nos últimos anos e o modo como dão continuidade a estudos anteriores e trazem novos desdobramentos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. O conceito de gênero: história e desenvolvimento 2. Os caminhos da institucionalização dos estudos de gênero 3. Identidade, igualdade e diferença 4. Perspectivas interseccionais 5. Estudos Queer 6. Perspectivas decoloniais 7. Política, gênero e feminismos	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABREU, Maira e CASTRO, Bárbara. "Marxismos, feminismos, queer e sexualidades – Parte I". *Crítica Marxista*, n.48, p.89-107, 2019.
- ANZALDÚA, Gloria. "La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARNEIRO, Sueli. "Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. "Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória". *Parágrafo*, vol. 5, n.1, jan/jun de 2007.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CURIEL, Oschy. "Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, Christiane. "O inimigo principal: a economia política do patriarcado". In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, Brasília, maio-agosto de 2015.
- FALQUET, Jules. "A combinatória straight. Raça, classe, sexo e economia política: análises materialistas e decoloniais". *Crítica Marxista*, n.48, p.127-146, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRANÇA, Isadora Lins e FACCHINI, Regina. "Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois". In: MICELI, Sérgio e MARTINS, Carlos Benedito (orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afro-latino-americano". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HARAWAY, Donna. "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 07-41, 1995.
- HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil". In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970-1995)*. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré, 1999. v. 2 (Sociologia).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. "Novas configurações da divisão sexual do trabalho". *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez 2007, pp. 595-609.
- HIRATA, Helena. "Gênero, raça e classe: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014, pp. 61-73.
- KERGOAT, Danièle. "O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero?" In: MARUANI, Margaret. *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2019.
- LAURETIS, Teresa de. "Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LUGONES, María. "Colonialidade e gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.
- MATOS, Marlise. "Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

MISKOLCI, Richard. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

NASCIMENTO, Beatriz. "A mulher negra no mercado de trabalho"; "A mulher negra e o amor". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NOYÉ, Sophie. "Por um feminismo materialista e queer". Crítica Marxista, n.48, p.147-163, 2019.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PIERUCCI, Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: Editora 34, 1999.

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a categoria mulher". In: ALGRANTE, Leila. A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas, IFICH, 2002.

PRECIADO, Paul Beatriz. "Multidões queer: notas para uma política dos anormais". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

REBUCINI, Gianfranco. "Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais". Crítica Marxista, n.48, p.109-126, 2019.

RIVERA-CUSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

RUBIN, G.; BUTLER, J. "Tráfico sexual – entrevista". Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 21, p. 157–209, 2016.

RUBIN, Gayle. "O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo". Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].

RUBIN, Gayle. "Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade"

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para a análise histórica". In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995 [1986], pp. 71-99.

VÊRGES, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CSO XXX - SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Apresentar aos estudantes a trajetória da temática do trabalho como objeto de análise da Sociologia ao longo do século XX. A disciplina perpassa as formas iniciais de organização coletiva dos trabalhadores, a gênese dos sindicatos e seus desafios ao longo do tempo, os conflitos de classe em meio à sociedade industrial e as formas de luta. Ao abordar a temática no Brasil, trata da Consolidação das Leis Trabalhistas, formalidade e informalidade, a temática do desemprego e as transformações institucionais com as diversas reformas à CLT, além das transformações do trabalho ante as mudanças no regime de acumulação capitalista.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Trabalho, produção e mundo industrial 2. Organizações coletivas e conflitos de classe 3. Primeiras organizações de trabalhadores no Brasil 4. Legislação trabalhista, formalidade e informalidade no Brasil 5. Mudanças na acumulação capitalista, novas configurações do trabalho e reformas	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. Boitempo Editorial, 2020.
BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
CARDOSO, Adalberto Moreira. Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Editora FGV, 2013.
CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Editora FGV, 2015.
CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
GUIMARÃES, Nadya Araujo. Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. Editora 34, 2004.
HOBSBAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
LEITE, Márcia De Paula. Trabalho e sociedade em transformação. Sociologias, p. 66-87, 2000.
LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. Caderno CRH, v. 32, p. 325-342, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
RAMALHO, José Ricardo. Além da Fábrica-trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo, Boitempo, 2003.
RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta, 1997.
RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. Edições Símbolo, 1979.
RODRIGUES, Leôncio Martins. Industrialização e atitudes operárias. São Paulo, Brasiliense, 1970.
SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Editora Paz e Terra, 2020.
VIANNA, Luis Jorge Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOCIOLOGIA DO MEIO AMBIENTE

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O debate da relação homem/natureza nos clássicos. Pensamento socioambiental e as perspectivas críticas das consequências dos impactos econômicos e políticos na modernidade e o desenvolvimento do capitalismo para o meio ambiente. Análise das perspectivas do desenvolvimento sustentável nas sociedades contemporâneas. Conflitos ambientais na América Latina e Brasil.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Discussão da relação homem-natureza nos clássicos e a crítica ao antropocentrismo. 2. Debate dos eixos analíticos do paradigma socioambiental 3. Sociedade de riscos e modernização ecológica. 4. Abordagens do construcionismo ambiental 5. Discussão ambiental na América Latina e Brasil	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

Beck U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34; 2010.

BUTTEL, Frederick H.. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**, São Paulo, n. 15, p. 69-94. 1992.

CATTON, William R.; DUNLAP, Riley E. Sociologia ambiental: um novo paradigma. **Revista Sociedade e Estado**, v. 36, n. 02, p. 773-787, maio/agosto 2021.

FERREIRA, Leila da C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, n. 7, p. 105-118, out. 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

_____. **As Consequências da Modernidade**. FIKER, Raul (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Piaget, 1997.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

ZHOURI, Andréa. A Revolta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol. 7, n. 2, p. 211-213, 2004.85.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SOCIOLOGIA DO CRIME

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A disciplina tem por objetivo debater as abordagens sociológicas sobre o fenômeno da criminalidade, enfocando os principais conceitos, as correntes interpretativas e explicativas, às temáticas inerentes à disciplina e pesquisas brasileiras desenvolvidas nas últimas décadas abordando temas correlatos e utilizando metodologias e enfoques teórico-metodológicos variados e críticos. Enfatiza a reflexão sociológica sobre a questão das relações entre Estado, indivíduos, grupos e relações instituições no que se refere aos direitos à segurança pública e à produção do crime e da criminalidade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Escolas e abordagens sociológicas clássicas e contemporâneas do crime: Teorias funcionalistas, a escola de Chicago e teorias de subcultura Durkheim e a abordagem moral do crime. Merton e a teoria anômica do crime. A Segunda Geração da Escola de Chicago. Os interacionistas e a “Teoria da Rotulação”. Teoria da Associação Diferencial e Estigma Social. Tradições ocultas da juventude e as técnicas de neutralização da culpa.	
2. Abordagens conservadoras do crime e a vitimologia: A teoria das janelas quebradas. A vitimologia como abordagem conservadora.	
3. Drogas, punição e criminalidade: As drogas como questão política e de segurança pública. Drogas e violência. O debate ideológico sobre drogas. A economia gerada pelos mercados legais e ilegais.	
4. Políticas de segurança e Polícia: Instituição, conceitos de segurança Segurança e violência: A segurança pública como direito e relação de poder. Estudos sobre a relação entre polícia e criminalidade. Modelos de polícias. O monopólio da violência e seu uso ilegítimo.	

5. Estudos brasileiros sobre violência e criminalidade: Estudos de autores brasileiros e autoras brasileiras sobre temas relacionados à sociologia do crime e da criminalidade. Homicídios e desaparecimentos no Brasil. Violência racial e violência de gênero.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Araújo, Fábio Alves. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. Horiz. antropol. [online]. 2016, vol.22, n.46 [cited 2020-06-19], pp.37-64.

Bandeira, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Soc. estado. [online]. 2014, vol.29, n.2 [citado 2020-06-19], pp.449- 469.

Bayley, D. H.;Skolnick, J. Nova Polícia. São Paulo: EDUSP, 2006.

Becker, H. Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

Bergeron, H. Sociologia da Droga. Aparecida/SP. Letras e Ideias, 2006

Bordua, D. Delinquent Subcultures: Sociological Interpretations of Gang Delinquency. The Annals of American Academic. 119-136

Durkheim, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999.. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Fraga, P.C.P; Delgado, L.P. “MORTES QUE SE ACUMULAM: homicídios, perfis das vítimas e políticas públicas em Juiz de Fora.” Revista de Política Públicas. 2020, vol.24, n.1.

Goffman, E. Estigma. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

Hardyns, W. and Lieven J.R. Pauwels The Chicago School and Criminology. In The Handbook of the History and Philosophy of Criminology, First Edition. Ruth Ann Triplett. John Wiley & Sons, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Kopp, P. Economia da droga. Bauru, EDUSC, 1998.

Matza, D. As tradições da Juventude In: Vários autores, Sociologia da Juventude, Vol III, Rio de Janeiro, Zahar Ed. PP. 81-106, 1968.

Merton, R. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.

Riccio, V; Skoogan, W.G. Police and Society in Brazil. New York, Routledge, 2018.

Sinhoreto, J; Souza, D. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada, Rev.estud.soc. No. 64 • abril-junho.

Sutherland,E.White-CollarCriminality. American Sociological Review, Vol. 5, No. 1 (Feb., 1940), pp. 1-12. URL: <http://www.jstor.org/stable/2083937>

Wilson, J e Keeling, G. The police and neighborhood safety broken windows Wemmers, Jo-Anne. Introduction à la Victimologie. Montreal, Presse de U. Montréal, 2005.

SOCIOLOGIA E ECONOMIA: DIÁLOGOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Código: CSO135	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Discutir a interface entre Ciências Sociais e Economia, através da aplicação da sociologia à análise dos fenômenos econômicos, de modo a destacar como as ações econômicas (concernentes à produção, distribuição, troca e consumo) estão circunscritas pela escassez dos recursos que as sustentam e pelas características da estrutura social e das estruturas de significados, social e culturalmente produzidas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. Introdução: o campo sociologia econômica.
2. O debate clássico/moderno em torno do capitalismo: Marx e Weber, Pareto e Veblen; os neoclássicos e o mercado como agente decisivo; bases sociais da economia em Keynes e Schumpeter.
3. Limites da economia (e da sociologia): limites da economia, de Mauss a Polanyi; política versus mercado: a produção de bem estar.
4. A “nova” sociologia econômica: sociologia política da economia: Bourdieu; Granoveter e Steiner.
5. Conclusão: uma construção social do mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABRAMOVAY, Ricardo. 2004. “Entre Deus e o Diabo: mercado e interações humanas nas ciências sociais”. Tempo Social, vol. 16, n.2.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. “Gostos de classe e estilos de vida”. In: R. ORTIZ (org.), Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, p. 82-121.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. “É possível um ato desinteressado?” In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, , p.137-156.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta. 1994. “Welfare States and the Economy”. In N. SMELSER; R. SWEDBERG, (eds.), The Handbook of Economic Sociology. Princeton: Princeton Univ. Press, p. 711-732.
- FLIGSTEIN, Neil. 2001. “Mercado como política: uma abordagem político cultural das instituições de mercado”. Contemporaneidade e Educação, 9, p. 26-55.
- GRANOVETER, Mark and SWEDBERG, Richard. 1992. The sociology of economic life. Colorado: Westview Press.
- GRANOVETER, Mark. 2007. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE eletrônica. FGV-SP, v. 6, n.1.
- KEYNES, JOHN M. 1992. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo, Atlas,
- LEYS, Colin. 2004. A política a serviço do mercado. Rio de Janeiro: Record.
- MARX, Karl. 2002. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valor. In: O Capital (Vol. 1, Cap. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 211-231.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MAUSS, Marcel. 2001. Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: Edições 70.
- POLANYI, Karl. 2000. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- RAUD, Cecile. 2003. “A construção social do mercado em Durkheim e Weber. uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica”. Cadernos de Pesquisa, PPGSP/UFSC, 34.
- SCHUMPETER, Joseph. 1988. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural.
- SMELSER, Neil and SWEDBERG, Richard (eds). 1994. The handbook of economic sociology. Princeton: Princeton Univ. Press.
- SWEDBERG, Richard. 2004. Sociologia econômica: hoje e amanhã. Tempo Social, 16(2), p. 7-34.
- STEINER, Philippe. 2004. “A doação de órgãos. A lei, o mercado e as famílias”. Tempo Social, vol. 16, n. 2.
- STEINER, Philippe. 2006. Sociologia econômica. São Paulo: Atlas.
- VEBLEN, Thorstein. 1965. A teoria da classe ociosa. São Paulo: Pioneira.
- WEBER, Max. 1991. Economia e Sociedade. Brasília: UnB.

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE BRASILEIRA

Código: CSO141	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

O objetivo é discutir os principais modelos produzidos pela reflexão sociológica sobre o Brasil (século XX), discriminando temas e obras relevantes, bem como os suportes metodológicos mobilizados pelos autores escolhidos. Evitando o tratamento canônico de obras e autores que compõem a produção sociológica no Brasil, é essencial o estudo criterioso das condições que presidiram a construção do conhecimento sociológico, reconhecendo como dimensões fundamentais que deverão ser exploradas: a caracterização da produção dos autodidatas e dos professores universitários, o acompanhamento das trajetórias regionais (MG, RJ, SP etc), o desenvolvimento da indústria editorial e a construção das políticas culturais produzidas a partir do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Autodidatismo, impressionismo e ecletismo na interpretação do fenômeno brasileiro: os recursos teóricos, o estágio da pesquisa e a forma ensaística; intelectuais e política; Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda.
2. As ciências sociais entre a Universidade e a produção teórica “militante”: as mudanças no campo sociológico: pesquisa, escrita e leituras; ciência e política: opções excludentes?; USP, IBESP e ISEB; Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Fernando de Azevedo, Fernando Henrique Cardoso, Raimundo Faoro.
3. Novas interpretações sobre a dinâmica do capitalismo brasileiro: as mudanças no campo sociológico: a profissionalização e a internacionalização dos cientistas sociais brasileiros, mudanças no padrão de financiamento da produção intelectual; o impacto das ciências sociais norte-americanas e dos novos autores marxistas na produção dos cientistas sociais brasileiros; a nova geografia da produção intelectual: CEBRAP, IUPERJ, UNICAMP, UFMG, USP; a esfera da política: Wanderley G. dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Francisco Weffort, Simon Schwartzman, Florestan Fernandes.
4. Interpretações sobre o Brasil no novo século.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AMADO, Gilberto. 1947. A chave de Salomão e outros escritos. Rio de Janeiro: José Olympio.
- AMARAL, Azevedo. 1930. Ensaaios brasileiros. Rio de Janeiro: Omena e Barreto.
- AZEVEDO, Fernando de. 1943. A cultura brasileira. Rio de Janeiro: Nacional.
- BASTOS, Tocary Assis. 1965. O positivismo e a realidade brasileira. Belo Horizonte: UFMG.
- BOMFIM, Manoel. 1935. O Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BOMFIM, Manoel. 1931. O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira. 2 vols. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- CARDOSO, Fernando Henrique. 1964. Empresário industrial e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difel.
- FERNANDES, Florestan. 1963. A sociologia numa era de revolução nacional. São Paulo: Editora Nacional.
- FERNANDES, Florestan. 1975. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, Florestan. 1980. A sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, Florestan. 1980. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. 4ª ed. São Paulo: T. A. Queirós.
- FRANCO, M. S. de Carvalho. 1969. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: USP.
- HOLANDA, SÉRGIO B. de. 1981. Raízes do Brasil. 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- IANNI, Octávio. 1975. O colapso do populismo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LAMOUNIER, Bolívar. 1977. Formação de um pensamento autoritário na primeira República: uma interpretação, in FAUSTO, B. (org.). O Brasil republicano. São Paulo: Difel, v. II.
- LAVALLE, Adrián Gurza. 2004. Vida pública e identidade nacional. São Paulo: Globo.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. 1967. Crise do Brasil arcaico. São Paulo: Difel.
- MICELLI, Sérgio (org.). 1999. O que ler na ciência social brasileira. 2ª ed. São Paulo: Sumaré/Anpocs.
- MICELLI, Sérgio (org.). 1995. História das ciências sociais no Brasil. 2 vols. São Paulo: IDESP/Vértice.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- RAMOS, Alberto Guerreiro. 1965. A redução sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. 1995. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1978. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades.
 SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1988. Paradoxos do liberalismo. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice.
 SCHWARTZMAN, Simon (org.). 1979. O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo. Brasília: UNB.
 SCHWARTZMAN, Simon (org.). 1982. Bases do autoritarismo brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
 SODRÉ, N. W. 1962. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
 SORJ, Bernardo. 2001. A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
 SORJ, Bernardo. 2000. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
 SOUZA, Jessé de.(org.). 1999. O malandro e o protestante. Brasília: UNB.
 TORRES, Alberto. 1982. O problema nacional brasileiro. 4ª ed. Brasília: UNB.
 WEFFORT, Francisco. 1978. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 WEFFORT, Francisco. 1984. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense.
 WEFFORT, Francisco. 1992. Qual democracia? São Paulo: Cia. das Letras.

SOCIOLOGIA URBANA: CIDADE E POLÍTICAS URBANAS

Código: CSO136	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Oferecer aos alunos oportunidade de conhecimento e debate dos principais temas tratados pela Sociologia Urbana, desde sua constituição como campo das Ciências Sociais até sua aplicação mais recente no planejamento urbano e políticas públicas. A trajetória compreende também o diálogo com o Urbanismo e Planejamento Urbano, áreas de aplicação da Sociologia. A disciplina deve propiciar aos alunos uma experiência de pesquisa na área.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A sociologia urbana na escola de Chicago. 2. Novos temas e novas visões sobre a cidade. 3. Sociologia urbana e urbanismo. 4. Sociologia urbana e planejamento urbano.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARANTES, Otilia. 2001. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2a. ed. São Paulo: EDUSP. BONDUKI, Nabil (org.). 1996. Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel. CARDOSO, Adauto (org.). 2001. Cadernos do programa Habitar-Brasil-BID. Vol.1. Brasília/Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ & Ministério do desenvolvimento Urbano. CARDOSO, Adauto Lúcio. 2001. Notas metodológicas sobre o déficit habitacional. Rio de Janeiro: IPPUR, UFRJ. CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. 2007. Proposta de Política Municipal de Habitação – Juiz de Fora. Juiz de Fora: CPS/UFJ. CHOAY, Françoise. 1992. O urbanismo. 3. ed. São Paulo: Perspectiva. CONNIFF, Michael. 2006. Política Urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945. Rio de Janeiro: Relume Dumará. EUFRÁSIO, Mário. 1999. Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP/Editora 34.	

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2005. Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

GIDDENS, Anthony. 2005. Sociologia. Porto Alegre: Artmed.

HAROUËL, Jean-Louis. 1990. História do urbanismo. Campinas: Papirus.

LACAZE, Jean-Paul. 1993. Os métodos do urbanismo. Campinas: Papirus.

LOPES, Rodrigo. 1998. A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad.

MARICATO, Ermínia. 2003. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados. n. 48, v. 17, . 151- 167.

MARICATO, Ermínia. 2000. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva. n. 4, v. 14, p. 21-33.

OLIVEN, Ruben G. 1992. A Antropologia de grupos urbanos. 3. ed. Petrópolis: Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PARK, Robert E. 1987. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O. VELHO, Otávio. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.

PASTERNAK TASCHNER, Suzana. 2003. O Brasil e suas favelas. In: P. ABRAMO (org.), A Cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras/FAPERJ, p. 13-42.

PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. 1999. "Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80". Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14, n. 40, p. 143-162.

RIBEIRO, Luiz César de Q.; CARDOSO, Adauto L.; LAGO, Luciana C. do. 2003. Necessidades habitacionais: déficit habitacional e inadequação habitacional. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. 2007. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. Sociedade e Estado. Brasília, Vol. 22, n. 3, p. 525-544.

SANTOS, Carlos Nelson F.; VOGEL, Arno (coords.). 1985. Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. São Paulo: Projeto.

SIMMEL, George. 1987. A metrópole e a vida mental. In: O VELHO (ORG.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.

SUSSER, Ida (ed.). 2001. La sociología urbana de Manuel Castells. Madri: Alianza Editorial.

TORRES, Haroldo da Gama. 2004. "Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990". Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, n. 54, p. 41-56.

VELHO, Otávio. 1987. O fenômeno urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

WIRTH, Louis. 1987. "O urbanismo como modo de vida". In: o. velho (ORG.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.

WIRTH, Louis. 1973. "Os desafios da cidade e da metrópole". In: F. FERNANDES (org.), Comunidade e Sociedade. São Paulo: Nacional/EDUSP, p. 501-14.

TÉCNICAS DE ANÁLISE POLÍTICA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso discute a formação do campo da ciência política no Brasil; a institucionalização da Ciência Política no Brasil e suas técnicas de pesquisa; controvérsias acerca do uso métodos e técnicas de pesquisa no campo disciplinar; problema de pesquisa em ciência política; desenho de pesquisa em ciência política; pesquisa quantitativa: conceito, métodos e prática; pesquisa qualitativa: conceito, métodos e prática.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. O campo da Ciência Política e suas técnicas de pesquisa;
2. Problema e hipótese;
3. Desenho de pesquisa;
4. Metodologias quantitativas;
5. Metodologias qualitativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGRESTI, Alan; FINLAY. 2012. Métodos estatísticos para as Ciências Sociais. Consultoria, supervisão e tradução técnica Lori Viali. 4.ed. Porto Alegre, RS: Penso.

AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). 2016. A ciência política no Brasil: 1960-2015. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BABBIE, Earl. 2001. Métodos de pesquisas de survey. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.) 2015. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

FLICK, Uwe. 2009. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica Sônia Elisa Caregnato. 3.ed. Porto Alegre, RS: Armed.

FORJAZ, Maria Cecília Spina Forjaz. 1997. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, no. 35.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. 2015. Fundamentos da pesquisa em Ciência Política. São Paulo, SP: Blucher.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. 1999. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, RS: Artmed; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. 2014. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. 2005. O calcanhar metodológico da Ciência política no Brasil. Sociologia, problemas e práticas, no. 48, p. 27-52.

YIN, Robert K. 2016. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução Daniel Bueno; revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso.

TEORIA POLÍTICA GREGA E MEDIEVAL

Código: CSO146	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso objetiva fornecer uma visão introdutória do pensamento político clássico, desde suas origens na Polis grega, analisando seus desdobramentos nos contextos históricos imediatamente posteriores, ou seja, o advento da noção de Estado Imperial em Roma, seguida de sua substituição pelas monarquias cristãs medievais. Ao discutir as interrelações entre Igreja e Estado, deverão ficar evidenciados, a partir da idade média até o renascimento, as questões que irão continuamente criar um caráter próprio para a ciência política, independentemente de qualquer filosofia moral e religiosa. Além de trabalhar os conceitos dentro do quadro social de sua produção, o curso deve estabelecer pontes entre as proposições da teoria política clássica e suas apropriações mais modernas e contemporâneas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. O pensamento grego: a- Da filosofia da natureza à filosofia social; b- A noção de Polis e a democracia grega; c- Platão e a noção de sociedade justa; O conhecimento como guia da política; A justiça e a especialização das funções sociais; A corrupção das formas históricas de governo; Aristóteles e o estabelecimento da ciência política; A análise da composição social da Polis; A teoria das formas de governo; A política como realização de um fim ético
2. Roma: a- A decadência da Polis e o advento do Estado-Império; b- as noções de autoridade e de res-pública; c- a concepção do estado burocrático romano; d- o advento do cristianismo e a decadência do império.
3. O pensamento político medieval: a- A Cidade dos Homens e a Cidade de Deus; b- A autoridade do rei versus a autoridade do papa; c- O tomismo e o neo-tomismo na política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

_____. Dos argumentos sofísticos, Os pensadores. São Paulo, Abril, 1978.

_____. Ética nicomaquea, in Obras. Madrid, Aguilar, 1982.

_____. Tópicos, Os pensadores. São Paulo, Abril, 1978.

BARBOZA, Rubem Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na formação americana Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.

BARKER, Ernest. Teoria política grega. Brasília, UNB, 1978. BARROW, R. H. Los Romanos. México DF, Fondo de Cultura Económica, 1992.

BIGNOTTO, Newton. O Tirano e a Cidade. São Paulo, Discurso Editorial, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

_____. Maquiavel Republicano, São Paulo, Edições Loyola, 1991. BOBBIO, Norberto et alli. Dicionário de Política, Brasília, UNB, 1986.

_____. A teoria das formas de governo. Brasília, UNB, 1980.

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia, volume 1, São Paulo, Brasiliense, 1994.

COULANGES, Fustel. A cidade antiga. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

DAHRENDORF, Ralf. Em Louvor de Trasímaco. in: Ensaios para a Teoria da Sociedade, Rio de Janeiro

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA I

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA III

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IV

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA V

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I

Código: CSO122	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA III

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA IV

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA V

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA III

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA IV

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA V

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

9.1 – A Transição de PPCs no Curso de Ciências Sociais

Em agosto e dezembro de 2024, o Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) e o Conselho Universitário (CONSU) da UFJF aprovaram, respectivamente, a Proposta de Reestruturação dos Cursos em Ciclo do Instituto de Ciências Humanas, que garantiu a possibilidade que esta Reforma Curricular de Ciências Sociais viesse a ser apresentada nesses termos ao CONGRAD.

A Proposta de Reestruturação, em seus detalhes, assegura aos discentes que ingressaram anteriormente a esta reforma por meio do Primeiro Ciclo no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (BACH) a conclusão do curso de Ciências Sociais nos moldes do Projeto Político-Pedagógico originário, anterior a este aqui apresentado. Ou seja: após o término do curso do BACH, o discente terá garantido o seu direito por optar seguir para o segundo ciclo. Assim como ocorre atualmente, ao ingressar no curso de segundo ciclo, o aluno se vinculará ao currículo do curso de segundo ciclo que estiver vigente no semestre do seu ingresso no curso de primeiro ciclo.

O tempo recomendado para conclusão do BACH é de cinco períodos, conforme previsto em seu PPC. O RAG assegura, no máximo, o dobro do tempo para que o discente conclua seu curso. Assim, os discentes do formato antigo do BACH terão regularmente dez períodos para concluí-lo, excetuando-se as extensões de prazo garantidas pelos regimentos internos da Universidade. Em reuniões do Conselho de Unidade do ICH, os departamentos do ICH asseguram a manutenção da oferta de turmas para o curso durante todo processo de transição, garantido assim a qualidade do mesmo e a execução de suas atividades essenciais de ensino e pesquisa.

Logo, ao longo de cinco anos de transição (dez períodos letivos, que se estende do primeiro período letivo do ano de 2026 ao segundo período letivo do ano de 2030, o dobro do período recomendado para alunos do BACH integralizarem o mesmo), o Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) passará a operar a partir de uma dupla entrada de discentes: 1) por meio do processo seletivo do PISM/ SISU, no qual os discentes serão alocados na nova matriz curricular dos cursos; 2) a continuação da entrada de discentes oriundos do BACH no curso de segundo ciclo em seu formato mais antigo, tendo em vista o período assegurado a eles de conclusão de curso acima mencionado.

Assim, a fim de se evitar um grande crescimento da quantidade de discentes no curso de Ciências Sociais durante a fase de transição, aumentando exponencialmente o número de vagas em disciplinas, bem como a demanda da carga horária de trabalho dos docentes do Instituto, foi aprovada pelo CONGRAD e pelo CONSU uma entrada seriada de discentes via PISM/ SISU ao longo dos cinco anos no curso de Ciências Sociais (2026 a 2030), curso este que tem sido historicamente procurado pelos discentes oriundos do BACH, sendo provavelmente aquele que irá mais sofrer o impacto da dupla entrada de discentes durante esses cinco anos de transição, projetando a quase duplicação semestral de seu corpo discente frente ao fluxo atual.

As 95 vagas anuais que passarão a existir no curso para entrada direta nos moldes apresentados no tópico 2.6 (48 vagas para ingressantes no primeiro semestre vespertino do bacharelado; 47 vagas para ingressantes no segundo semestre noturno em Licenciatura) não serão disponibilizadas de imediato logo no primeiro ano da transição para ingresso via PISM/

SISU mas, sim, de maneira gradual, conforme o passar dos cinco anos, a fim de que o curso consiga receber com qualidade o quantitativo de discentes represados do BACH e que ainda seguirão para o segundo ciclo.

A proposta de entrada gradativa de estudantes no curso de Ciências Sociais ao longo dos cinco anos se expressa na Tabela presente no tópico 9.2, por meio de uma gradação anual de dez vagas para ingresso direto até o término do período de transição, acompanhada de uma redução gradual e bem pontual de vagas para a entrada de discentes oriundos do BACH. Optou-se por essa proposta na medida em que serão nos primeiros anos de transição o período de maior entrada de discentes do BACH no curso de ciências sociais, dado o quantitativo ainda represado no primeiro ciclo após aprovada a reestruturação. Com o passar dos anos, essa procura tende a diminuir, permitindo com que seja possível convocar mais discentes via entrada direta PISM/SISU.

A meta é que não se ultrapasse o número de 80 ingressantes por semestre no Curso de Ciências Sociais, principalmente ao final do período de transição, tendo em vista as dificuldades do Departamento de Ciências Sociais em arcar com uma quantidade alta de estudantes nas disciplinas, uma vez que, conforme o PPC de Segundo Ciclo, tem-se a entrada de apenas 45 alunos semestralmente. Sendo assim, receber o quantitativo de 70 a 80 alunos por semestre durante o período de transição (sendo que, atualmente, são apenas 45 o número de ingressantes por semestre, como dito) demonstra o quanto o departamento ficará sobrecarregado neste período, bem como a disposição e empenho do mesmo em arcar com esse aumento temporário de trabalho a fim de garantir a reforma curricular que seja mais desejável aos seus atuais interesses político-pedagógicos.

Nesse sentido, reforça-se a importância da transição escalonada aqui apresentada, tendo em vista que, ao longo dos cinco anos, o Curso de Ciências Sociais passaria a ter o dobro de alunos matriculados por semestre quando comparado ao atual modelo, caso não houvesse tal entrada gradual de discentes via PISM/ SISU. A proposta de escalonamento mantém o limite de até 160 discentes anuais nas ciências sociais. Sem ela, seriam 45 alunos via BACH e 47 via entrada direta por semestre; em um total anual de mais de 180 discentes, um quantitativo que torna impossível um atendimento qualificado por parte dos docentes do Departamento de Ciências Sociais.

O escalonamento visa garantir também uma infra-estrutura adequada no ICH para durante o período de transição, bem como a não necessidade de professores substitutos, vagas de professores concursados ou outra mão-de-obra docente para atendimento dos discentes. A transição escalonada impactará menos na carga-horária dos docentes do Departamento em Ciências Sociais em sala de aula e mais no número de discentes por turma. Sem ela, não é possível garantir que não haja aumento da carga-horária dos docentes do Departamento, dado o quantitativo de alunos que necessitariam ser cobertos.

A distribuição das vagas escalonadas segue, assim, a maior ocupação de alunos nas Ciências Sociais oriundos do sistema antigo do BACH nos primeiros anos, com redução gradual desses discentes conforme o passar dos anos, já que boa parte deles começará a colar grau.

Após o 5º ano de transição, foi aprovada pelo CONGRAD e pelo CONSU a redução do número de vagas ofertadas para ingresso nos cursos de segundo ciclo para um quantitativo pequeno destinado a acolher os discentes que obtiveram autorização para dilatação de prazo para conclusão, dentre outros procedimentos previstos nos regulamentos da UFJF. Este quantitativo continuaria a ser ofertado até o último discente do currículo antigo encerrar seu vínculo com o curso. Caso haja a necessidade de mais vagas após o período de transição, os

curso se comprometem a rever tais quantitativos e levar o assunto ao CONGRAD, a fim de sempre garantir com qualidade o segundo ciclo aos discentes oriundos do modelo antigo do BACH.

Número de vagas por semestre nos cursos de segundo ciclo após o 5º ano de transição (a partir de 2030/1)

CURSO	Nº DE VAGAS NO 1º SEMESTRE	Nº DE VAGAS NO 2º SEMESTRE
CIÊNCIA DA RELIGIÃO	3	3
CIÊNCIAS SOCIAIS	7	7
FILOSOFIA	3	3
TURISMO	3	3
TOTAL	16	16

9.2 – Cronograma de Transição e Distribuição de Vagas: Segundo Ciclo e entrada direta via PISM/ SISU

Conforme resoluções aprovadas no âmbito do CONGRAD e do CONSU acima mencionadas, a distribuição gradual de entrada de discentes no curso de Ciências Sociais durante o período de transição entre os anos de 2026 e 2030 se estabelecerá da seguinte forma:

Número de vagas no curso de ciências sociais por entrada durante transição	Discentes oriundos do BACH (conforme PPC atual)	Discentes oriundos do PISM/ SISU por semestre	Total de discentes ingressantes no curso durante transição
1º ano/ 1º semestre 2026	Até 45 vagas	25 vagas	Até 70 vagas
1º ano/ 2º semestre 2026	Até 45 vagas	25 vagas	Até 70 vagas
2º ano/ 1º semestre 2027	Até 40 vagas	30 vagas	Até 70 vagas
2º ano/ 2º semestre 2027	Até 40 vagas	30 vagas	Até 70 vagas

3º ano/ 1º semestre 2028	Até 40 vagas	35 vagas	Até 75 vagas
3º ano/ 2º semestre 2028	Até 40 vagas	35 vagas	Até 75 vagas
4º ano/ 1º semestre 2029	Até 35 vagas	40 vagas	Até 75 vagas
4º ano/ 2º semestre 2029	Até 35 vagas	40 vagas	Até 75 vagas
5º ano/ 1º semestre 2030	Até 32 vagas	48 vagas	Até 80 vagas
5º ano/ 2º semestre 2030	Até 33 vagas	47 vagas	Até 80 vagas

9.3 - Equivalência de Disciplinas entre Antigo Curso de Segundo Ciclo e a Nova Matriz Curricular

A fim de facilitar a transição entre o antigo e novo PPC do Curso de Ciências Sociais, institui-se as seguintes equivalências entre as disciplinas das duas matrizes curriculares:

Antigo Currículo de Ciências Sociais (73C; 73CB e 73CL)	Novo Currículo de Ciências Sociais
CSO 115 – Teorias da Socialização	CSO 001 – Sociologia I
CSO 116 – Pensamento Social Brasileiro II	CSO XXX – Política Brasileira
CSO 133 – Cultura, Ideologia e modernidade	CSO 003 – Sociologia III
CSO 123 – Antropologia Brasileira	CSO 123 – Antropologia Brasileira
CSO 134 – Sociologia do Brasil Contemporâneo	CSO XXX – Sociologia Brasileira
CSO 155 – Teorias Antropológicas Contemporâneas	CSO 043 – Antropologia III
CSO 152 – Método Etnográfico	CSO XXX – Metodologia da Pesquisa Antropológica

CSO 153 – Metodologia Aplicada à Ciência Política	CSO XXX – Metodologia da Pesquisa em Ciência Política CSO 015 – Métodos e Técnicas de Pesquisa II
CSO 148 – Projeto de Bacharelado	CSO 148 – Projeto de Bacharelado
CSO 149 – Monografia/ Artigo de Conclusão de Curso	CSO 149 – Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais
CSO 109 – Teoria Política Contemporânea	CSO 039 – Política II
CSO 111 – Teorias Antropológicas I	CSO 010 – Antropologia I
CSO 113 – Tradição e Contemp. Do Pensamento Sociológico	CSO 002 – Sociologia II
CSO 119 – Teorias Antropológicas II	CSO 042 – Antropologia II
CSO 120 – Instituições Políticas em Perspectiva Comparada	CSO 040 – Política III
CSO 143 – Políticas Públicas e Sociedade	CSO 035 – Política I
CSO 151 – Metodologia da Pesquisa Sociológica	CSO 151 – Metodologia da Pesquisa Sociológica CSO 014 – Métodos e Técnicas de Pesquisa I
CSO 156 – Instrumentos para Licenciatura em CSO I	CSO XXX – Juventudes, Gerações e Educação
CSO 157 – Instrumentos para Licenciatura em CSO II	CSO XXX – Juventudes, Gerações e Educação

9.4 - Questões Omissas

Em caso de situações não contempladas neste Projeto Político-Pedagógico, cabe ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais (CLC) bem como ao Conselho de Unidade do Instituto de Ciências Humanas (ICH) a análise e decisão sobre os assuntos omissos.

ANEXO 1 – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
(Bacharelado e Licenciatura)

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

Dispõe sobre as normas que regulamentam o Núcleo Docente Estruturante do Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

CAPÍTULO I

Da Natureza e Composição

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante é órgão complementar à estrutura do Curso de Ciências Sociais e suas atribuições consultivas e propositivas sobre matéria acadêmica, subsidiam as deliberações do Colegiado do Curso no processo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, observando o previsto na Resolução CONAES No. 01, de 17 de junho de 2010.

Art. 2º Para efeito de representação no Núcleo Docente Estruturante do curso, serão considerados: o Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente); o vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente); 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais; 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);

Art. 3º Os membros do Núcleo Docente Estruturante do curso terão o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução. A renovação do colegiado ocorrerá dentro de um período mínimo de 02 (dois) anos, sempre de forma parcial, com a substituição de até três membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso.

§ 1º - 60% dos membros componentes do NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

§ 2º - 20% dos membros tem que ter regime de trabalho integral;

Art. 4º Os membros do Núcleo Docente Estruturante serão indicados pelos Departamentos relacionados ao curso, sendo nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas.

CAPÍTULO II

Das competências

Art 5º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Sociais;
- V – realizar avaliação continuada do Projeto Pedagógico do Curso, encaminhando suas conclusões ao Colegiado do Curso.

CAPÍTULO III

Do funcionamento e Deliberação

Art. 6º A coordenação do Núcleo Docente Estruturante caberá ao coordenador de curso, a ele competindo:

- I - convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II - representar o NDE junto à outras instâncias da instituição e fora dela;
- III - encaminhar as proposições do NDE;
- IV - designar relator ou constituir comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE.

Art. 7º O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á ordinariamente pelo menos seis (06) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu coordenador.

§1º As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 8º As reuniões dos órgãos colegiados serão convocadas, por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, constando da convocação a respectiva pauta.

§1º Em caso de urgência, poderá a reunião ser convocada com antecedência de 1 (um) dia útil, ficando restrita ao assunto de caráter excepcional que lhe houver dado causa.

Art. 9º Às reuniões do Núcleo Docente Estruturante somente terão acesso seus membros; facultada a participação de terceiros em assuntos específicos, a juízo do plenário, desde que previamente solicitada ao presidente.

Art. 10º Qualquer membro de núcleo tem o direito de solicitar vista dos processos submetidos à sua deliberação.

§1º O processo objeto do pedido de vista será incluído na pauta da reunião do núcleo docente estruturante, imediatamente subsequente.

§2º O pedido de vista será concedido pelo prazo máximo de 3 (três) dias.

Art. 11º A participação nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante prefere qualquer outra atividade e obriga o comparecimento de seus integrantes.

§1º Perderá o mandato aquele que, sem causa justificada, faltar, no período de um ano, a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões não-consecutivas do Núcleo Docente Estruturante ao qual estiver vinculado.

Art. 12º Nenhum membro de Núcleo Docente Estruturante poderá participar e votar matéria direta ou indiretamente relacionada com seus interesses particulares, do cônjuge ou de parente consanguíneo ou afim até 3º grau inclusive.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 13º As omissões desse regulamento serão solucionadas no colegiado ou pelo presidente

Art. 14º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 2 – REGIMENTO DO COLEGIADO DO CURSO (CLC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

(Bacharelado e Licenciatura)

REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO (COC) DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

Dispõe sobre as normas que regulamentam o Colegiado do Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

CAPÍTULO I

Da Natureza e Composição

Art. 1º O colegiado do curso de graduação em Bacharelado e Licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora é órgão consultivo e de assessoramento do coordenador do curso, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua área de competência.

Art. 2º O Colegiado do curso de ciências sociais é presidido pelo coordenador do curso, sendo ele composto por professores (80% dos membros), discentes do curso de ciências sociais e técnicos-administrativos (20% dos membros).

Art. 3º A presidência do colegiado do curso de Ciências Sociais será exercida pelo Coordenador do curso, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente, para um mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução, sendo substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Coordenador, eleito pela mesma forma e também componente do Colegiado pelo período de 03 (três) anos.

Art. 4º Para efeito de representação no órgão colegiado do curso, serão considerados, além do coordenador de curso e vice, 03 (três) representantes dos departamentos que compõe o curso de Ciências Sociais; 01 (um) representante discente do curso de Ciências Sociais e 01 (um) técnico-administrativo do Instituto de Ciências Humanas que serão reconduzidos como forma de manutenção e continuidade das propostas do colegiado. Os membros no total do colegiado são: o Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente); o vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente); 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais; 1

docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia); 1 representante estudantil do curso de ciências sociais; 1 representante técnico-administrativo do Instituto de Ciências Humanas (ICH);

Art. 5º Os membros do colegiado do curso terão mandatos assim definidos: docentes e técnico-administrativos terão o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução. O discente representante terá mandato de 01(um) ano, permitida uma recondução. A renovação do colegiado ocorrerá a cada 4 (quatro) anos de forma parcial, com a substituição de até três membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso.

Art. 6º Os membros do Colegiado serão indicados pelos Departamentos relacionados ao curso, pela direção do Instituto de Ciências Humanas (no caso dos técnicos-administrativos) e pelo centro acadêmico de ciências sociais (no caso dos discentes), sendo nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas.

CAPÍTULO II

Das competências

Art 7º Compete ao colegiado de curso:

- I – Analisar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento pedagógico do curso, propondo às instâncias competentes, se necessário, as devidas alterações;
- II – Participar da administração acadêmica, assessoramento à coordenação e o núcleo docente estruturante no desempenho de suas funções;
- III – Propor medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinas, administrativas e didático-pedagógicas, necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;
- IV- Constituir comissões específicas para o estudo de assuntos de interesse do curso de Geografia;
- V – Propor alterações nas disposições desse regulamento, observadas as competências dos conselhos superiores;
- VI – Propor ao coordenador do curso providências necessárias à melhoria do curso;
- VII – Funcionar como órgão de recurso para as decisões do coordenador do Curso;
- VIII – Propor alterações curriculares;
- IX – Propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso;

CAPÍTULO III

Do funcionamento e Deliberação

Art. 8º As reuniões dos órgãos colegiados serão convocadas, por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, constando da convocação a respectiva pauta.

§1º Em caso de urgência, poderá a reunião ser convocada com antecedência de 1 (um) dia útil, ficando restrita ao assunto de caráter excepcional que lhe houver dado causa.

Art. 9º Às reuniões dos órgãos colegiados somente terão acesso seus membros; facultada a participação de terceiros em assuntos específicos, a juízo do plenário, desde que previamente solicitada ao presidente.

Art. 10º Ressalvados os casos em que for exigido “quórum” especial, os órgãos colegiados funcionarão e deliberarão com a presença da maioria simples de seus membros.

§1º A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não for requerida nem expressamente prevista.

§2º Além do seu voto, o presidente do Órgão Colegiado terá, também, nos casos de empate, o voto de qualidade.

§3º- Não será permitido o voto por procuração.

Art. 11º Qualquer membro de órgão colegiado tem o direito de solicitar vista dos processos submetidos à sua deliberação.

§1º O processo objeto do pedido de vista será incluído na pauta da reunião do órgão colegiado, imediatamente subsequente.

§2º O pedido de vista será concedido pelo prazo máximo de 3 (três) dias.

Art. 12º A participação nas reuniões dos órgãos colegiados prefere qualquer outra atividade e obriga o comparecimento de seus integrantes.

Parágrafo único- Perderá o mandato aquele que, sem causa justificada, faltar, no período de um ano, a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões não-consecutivas do colegiado ao qual estiver vinculado.

Art. 13º Nenhum membro de órgão colegiado poderá participar e votar matéria direta ou indiretamente relacionada com seus interesses particulares, do cônjuge ou de parente consanguíneo ou afim até 3º grau inclusive.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 14º As omissões desse regulamento serão solucionadas no colegiado ou pelo presidente

Art. 15º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 3 – REGIMENTO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (CAEX)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
(Bacharelado e Licenciatura)

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (CAEX) DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

Dispõe sobre as normas que regulamentam a curricularização da extensão do Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1º Este regimento dispõe sobre as normas que regulamentam a Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da UFJF, órgão suplementar da estrutura da Coordenação do Curso de Ciências Sociais da UFJF no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 2º Compete à CAEX:

- I. Assegurar a observância do conceito, das diretrizes e dos princípios fundantes da política de extensão da UFJF no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso, conforme a resolução Nº 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura (CONEXC);
- II. Atuar como elemento articulador entre a Pró-Reitoria de Extensão e o curso de ciências sociais;

- III. Integrar-se e colaborar com as demais unidades acadêmicas e administrativas da UFJF, no que tange às ações de extensão desenvolvidas por docentes e técnicos-administrativos em educação vinculados ao curso de ciências sociais;
- IV. Assessorar docentes, técnicos-administrativos em educação e discentes na elaboração e encaminhamento dos programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços de extensão;
- V. Apoiar os proponentes, departamentos e direção, analisando as ações de extensão propostas quanto à sua adequação às normativas e princípios da extensão na UFJF, sugerindo melhorias nas propostas, quando se fizer necessário;
- VI. Contribuir para a viabilização das ações de extensão por meio de abertura de chamamentos/editais para seleção de beneficiários, organização de banco de dados permanentes de interessados em serem beneficiários e divulgação;
- VII. Garantir um ambiente que promova a integração dos docentes, técnicos-administrativos em Educação e discentes no desenvolvimento de ações de extensão;
- VIII. Analisar a oferta das atividades de extensão e o percurso dos(as) discentes na integralização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- IX. Atender ao Art. 6º da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) – segundo o qual as ACE serão registradas no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), para fins de registro no Histórico Escolar dos(as) discentes de graduação, após a validação da CAEX, quando necessário;
- X. Atender ao Art. 9º, §4º, da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) – segundo o qual as ACE desenvolvidas como disciplinas devem estar vinculadas a um programa ou projeto previamente aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), ser avaliadas previamente pela CAEX, registradas em Plano Departamental e encaminhadas para registro junto à PROEX a cada novo oferecimento;
- XI. Validar as atividades acadêmicas a serem consideradas como Programas especiais com interface extensionista, propiciando uma compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos, conforme previsto no Art. 9º, inciso II, da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD);
- XII. Definir, fundamentada no PPC e na política institucional de extensão da UFJF, os critérios para aceitação de atividades extensionistas desenvolvidas em outras Unidades Acadêmicas e Instituições de Ensino no Brasil e no exterior, bem como o percentual mínimo e máximo de carga horária passível de ser computada para fim de integralização de cada ACE nos respectivos PPC;
- XIII. Fornecer à PROEX e à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), quando solicitado, informações acerca das ACE desenvolvidas pelo curso.

CAPÍTULO III

Da Composição, Estrutura e Elegibilidade

Art. 3º A CAEX será composta pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de ciências sociais e de 1 (um) representante discente do curso de ciências sociais.

§1º Conforme o Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, o NDE é constituído por, pelo menos, 5 (cinco) professores efetivos lotados nos departamentos que atendem o curso. Os membros são: O Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente);

O vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente); 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais; 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);

§2º É desejável que Coordenador e Vice-coordenador tenham experiência prévia no desenvolvimento de atividade extensionista;

§3º O representante discente será indicado pelo Centro Acadêmico de estudantes de ciências sociais, preferencialmente com experiências prévias em extensão universitária. O discente representante terá mandato de 01(um) ano de mandato, permitida uma recondução.

§4º Os membros a que se refere este artigo serão substituídos por seus substitutos legais, escolhidos pelo mesmo processo dos titulares;

§5º A estrita função de membro da CAEX não será remunerada, considerando-se relevante serviço público.

Art.4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 4 – REGIMENTO DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS (COE) E DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NÃO-OBRIGATÓRIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
(Bacharelado e Licenciatura)**

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS (COE) DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

Dispõe sobre as normas que regulamentam a Comissão de Orientação de Estágios e estabelece normas complementares para o estágio não-obrigatório do Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O Colegiado do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião ordinária do dia 30 de novembro de 2023, e sem prejuízo do disposto na Lei nº 11.788/08, no Regulamento Acadêmico de Graduação da UFJF, na Resolução nº 46/2023 CONGRAD/UFJF, e no Projeto Pedagógico do Curso,

RESOLVE:

Art. 1. Constituir a Comissão Orientadora de Estágio (COE) do curso de Ciências Sociais. A COE possui caráter consultivo e deve ser composta por três (03) membros, eleitos pelo Colegiado do curso, sendo um (01) membro obrigatoriamente o Coordenador Acadêmico do curso.

§ 1. Cada membro deverá ser oriundo do Departamento de Ciências Sociais;

§ 2. O Coordenador do curso será substituído, como membro da COE, pelo Vice-Coordenador em suas licenças e impedimentos.

§ 3. Os membros da COE elegerão o Presidente e Vice-Presidente da Comissão, entre seus pares, excluindo-se o Coordenador do Curso, para mandato de dois (02) anos.

Art. 2. É responsabilidade da COE a organização didática pedagógica do estágio.

Art. 3. É responsabilidade do docente orientador o acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

Art. 4. É facultado aos discentes do curso a realização do estágio não-obrigatório.

§ 1. O estágio poderá ser realizado na área das Ciências Sociais, dentro dos campos de atuação profissional previstos neste Projeto Político Pedagógico (PPC).

§ 2. O estágio-não obrigatório poderá ser contabilizado como atividade complementar (flexibilização curricular) para a integralização do curso até o limite máximo de 60 horas por semestre letivo regular.

Art. 5. O estágio tem por objetivos:

- I - Proporcionar complementação do ensino e da aprendizagem;
- II - Favorecer a integração Universidade/sociedade civil;
- III - Proporcionar ao discente, através de sua inserção em situações reais, treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-científico e de relacionamento humano;
- IV - Fornecer parâmetros e referências para uma permanente avaliação do curso.

Art. 6. São requisitos para realização do estágio não-obrigatório, além dos definidos na legislação:

- I - Estar pelo menos no 3º período do curso, e ter sido aprovado em pelo menos 05 disciplinas necessárias para a integralização do curso;
- II - Ter IRA suficiente, conforme o Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF e a Resolução nº46/2023, e mantê-lo durante o período do estágio;
- III - apresentar à COE o formulário de solicitação de Estágio, juntamente com a declaração de aceite do orientador, o Plano de Atividades assinado pelo orientador, o Histórico escolar e o Comprovante de Matrícula do aluno, documentação feita através do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da UFJF;
- IV - tramitar toda a documentação referente à autorização do estágio, junto à COE, ao orientador, à Coordenação de Estágios da UFJF, e à Concedente antes do início do estágio, e dentro do período letivo regular, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFJF;

Art. 7. São competências da COE:

I – Elaborar normas complementares para o estágio não obrigatório no âmbito do respectivo curso.

II – Auxiliar o professor orientador do estágio na definição de instrumentos de avaliação para o estágio não-obrigatório.

III – Fixar as atribuições dos professores orientadores e demais instruções necessárias ao bom desenvolvimento dos estágios.

a) a orientação do estágio em cada curso deve ser exercida, obrigatoriamente, por docente da UFJF com formação superior em área afim ao Plano de Atividade de Estágio (PAE), sendo o docente o responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades acadêmicas do estagiário;

b) a responsabilidade pela análise das atividades descritas no Plano de Atividades, as quais deverão estar diretamente relacionadas ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular do estágio não obrigatório;

c) garantir que a orientação de estágio não-obrigatório seja entendida como efetivo acompanhamento sistemático e processual do desenvolvimento e avaliação das atividades de acordo com o Plano de Atividade de Estágio (PAE) do estagiário;

d) avaliar, sempre que os dispositivos do convênio não tiverem a previsão, as condições das instalações onde serão desenvolvidas as atividades de estágio, dando ciência à Coordenação de Estágios da UFJF;

e) zelar para que o professor temporário ou substituto somente oriente alunos em estágio se o término do estágio for anterior ao vencimento do contrato deste profissional;

f) exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, do relatório das atividades, no qual deverá constar avaliação do supervisor em conjunto com o orientador do estágio;

g) zelar pelo acompanhamento dos estágios, reorientando o estudante para outro campo em caso de descumprimento das cláusulas e condições pactuadas nos documentos regulatórios do estágio pelo estudante, orientador ou pelo supervisor;

h) comunicar, por escrito, quando solicitado pelo estagiário, à parte concedente do estágio, as datas de realização das avaliações acadêmicas.

IV – Oficiar à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) bem como ao Setor da Prograd responsável pelos estágios de graduação da UFJF sobre o período de mandato do Presidente e Vice-Presidente da COE, bem como a relação nominal de seus participantes.

Art. 8. São competências do docente orientador, além das definidas na legislação:

- I - manter encontros periódicos com o discente estagiário para acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das atividades do estagiário;
- II - atentar-se para os prazos estabelecidos pela COE e cuidar para que as datas estipuladas para entrega dos relatórios sejam cumpridas por seus orientandos;
- III - após análise, entregar os relatórios de atividades do estágio à COE para arquivamento.

Art. 9. São obrigações do discente estagiário, além das definidas na legislação:

- I - conhecer a legislação, regulamentação, documentação e trâmites referentes à realização do estágio;
- II - apresentar-se periodicamente ao docente orientador em horário por este estabelecido;
- III – apresentar o Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio e encaminhar ao setor da Prograd responsável pelos estágios de graduação da UFJF, para análise, caso haja coincidência de horários em um semestre letivo subsequente àquele em que se iniciou o estágio não-obrigatório.
- III - apresentar ao docente orientador o relatório de atividades do estágio, no início de cada semestre letivo regular, independentemente da data de início do estágio, e ao final do estágio.
 - a) O relatório deve contemplar a descrição das atividades realizadas; a contribuição para formação do estudante; e o parecer do professor orientador e ser devidamente assinado pelo estagiário, professor orientador e supervisor de estágio. A não apresentação dos relatórios parciais dentro do prazo poderá implicar no cancelamento do estágio, com a devida solicitação de rescisão do estágio para a concedente e impedimento de realização de novos estágios não obrigatórios
 - b) Os prazos para entrega do relatório de atividades serão: o 15º dia letivo de cada semestre letivo regular, conforme as datas estabelecidas no Calendário Acadêmico da Graduação da UFJF; e 5 dias após a data de término do estágio.
 - c) Para o estudante que estiver matriculado somente em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), este deverá apresentar, junto ao processo SEI de Homologação de Estágio aos documentos de estágio, a Declaração de Comprometimento do seu professor orientador disponível no SEI para fins de assegurar o atendimento ao inciso I do art. 3º da Lei 11.788/08, que estabelece a obrigatoriedade de matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior. Caso o estudante venha a não concluir o TCC, com a indicação de “Sem Conceito” por 2 semestres seguidos implica na suspensão do estágio.

Art. 10. Casos omissos serão analisados pela COE, e em instância de recurso, pelo Colegiado do curso de Ciências Sociais.

Art. 11. Esta norma entra em vigor a partir da data de sua aprovação no Colegiado do Curso de Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Humanas (ICH)/UFJF.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

